



UFC
UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ – UFC
INSTITUTO DE CULTURA E ARTE – ICA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO PROFISSIONAL EM ARTES

MIQUÉIAS GOMES FERREIRA

**O ENSINO DE MÚSICA NO MUNICÍPIO DE SOBRAL: LEVANTAMENTO SOBRE
A IMPLEMENTAÇÃO DA MÚSICA NA DISCIPLINA DE ARTES DENTRO DO
CURRÍCULO ESCOLAR**

FORTALEZA

2016

MIQUÉIAS GOMES FERREIRA

O ENSINO DE MÚSICA NO MUNICÍPIO DE SOBRAL: LEVANTAMENTO SOBRE A
IMPLEMENTAÇÃO DA MÚSICA NA DISCIPLINA DE ARTES DENTRO DO
CURRÍCULO ESCOLAR

Dissertação de mestrado apresentado ao Curso de Mestrado Profissional em Arte do Instituto de Cultura e Arte da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial à obtenção do título de mestre em Artes.

Orientação: Prof. Dr. Marco Antonio Toledo Nascimento.

FORTALEZA

2016

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Federal do Ceará
Biblioteca Universitária

Gerada automaticamente pelo módulo Catalog, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

F442e Ferreira, Miquéias Gomes.

O ensino de Música no município de Sobral: Levantamento sobre a implementação da Música na disciplina de Artes dentro do currículo escolar/Miquéias Gomes Ferreira. – 2016.
107 f.: il. color.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Instituto de cultura e Arte, Programa de Pós-Graduação Profissional em Artes, Fortaleza, 2016.

Orientação: Prof. Dr. Marco Antonio Toledo Nascimento.

1. Educação Musical. 2. Sobral. 3. Música. 4. Pesquisa de Levantamento/Survey. 5. Escola Básica. I.
Título.

CDD 700

MIQUÉIAS GOMES FERREIRA

O ENSINO DE MÚSICA NO MUNICÍPIO DE SOBRAL: LEVANTAMENTO SOBRE A
IMPLEMENTAÇÃO DA MÚSICA NA DISCIPLINA DE ARTES DENTRO DO
CURRÍCULO ESCOLAR

Dissertação de mestrado apresentado ao Curso de Mestrado Profissional em Arte do Instituto de Cultura e Arte da Universidade Federal do Ceará, como requisito à obtenção parcial do título de mestre em Artes.

Aprovada em: ___/___/_____.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Marco Antonio Toledo Nascimento (Orientador)
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Profa. Dra. Adeline Aneelyse Marie Stervinou
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof. Dr. João Emanuel Ancelmo Benvenuto

À minha filha, Vitória Larisse.
Aos meus pais, João Ferreira e Conceição
Gomes.

AGRADECIMENTOS

À Deus.

À minha filha pela constante descoberta do amor imensurável.

Aos meus pais pela existência, educação e amor dado durante todos estes anos.

Aos meus irmãos pelo companheirismo fraterno diário.

Ao Prof. Dr. Marco Antonio Toledo Nascimento, pelas orientações prestadas, sem as quais este trabalho não seria possível.

Aos professores do mestrado ProfArtes pela contribuição no acréscimo de conhecimento e lapidação da pesquisa ora apresentada.

Aos colegas da turma de mestrado pelas reflexões, críticas e sugestões recebidas e por fazerem parte de momentos de experiência que nos passam.

À Lucineide Freire (Lu) pelo companheirismo fraterno durante o decorrer das disciplinas, nas orientações, nas reflexões, nas contribuições e, além disso, na amizade firmada e correspondida.

A Émerson Barbosa pelo companheirismo durante o decorrer das disciplinas, nas orientações, nas reflexões, nas contribuições e, além disso, na amizade firmada e correspondida.

Aos professores participantes da banca examinadora Prof. Dr. João Emanuel Ancelmo Benvenuto e Profa. Dra. Adeline Aneelyse Marie Stervinou pelo tempo e pelas valiosas colaborações e sugestões.

Aos professores entrevistados, pelo tempo concedido nas entrevistas e suas importantes contribuições para esta pesquisa.

À Dayne Macedo pela escrita e revisão do abstract.

À professora Heldelânia Romão pela revisão ortográfica.

À CAPES, pelo apoio financeiro com a manutenção da bolsa de auxílio.

Aos colegas de trabalho pelo incentivo e apoio.

“Sem a música, a vida seria um erro.”
(Friedrich Nietzsche)

RESUMO

Essa pesquisa de mestrado tem como intuito conhecer a implementação da música nas aulas de Artes na Rede Municipal de Educação de Sobral, cidade localizada no interior do Ceará. Atendendo as diretrizes das Leis nº 9.394/96 e 11.769/2008, a Secretaria Municipal de Educação instaura em 2014 o ensino de Artes dentro do currículo básico escolar e música é uma das modalidades oferecidas aos alunos do ensino fundamental final, do 6º ao 9º ano. O objetivo principal dessa investigação é fazer um levantamento destas incursões musicais na escola, averiguando se no município de Sobral realmente têm aulas de Artes no currículo e, conseqüentemente, se contempla o conteúdo Música. A investigação permite também conhecer como está sendo o acesso dessas aulas pelos estudantes, se os professores têm competências e/ou habilidades para o ensino desta linguagem artística, dentre outras características, ou seja, descrever como se dá o processo de ensino e aprendizagem dos conteúdos musicais na disciplina de Artes. Para isso, será utilizado um protocolo de investigação próprio da Pesquisa de Levantamento (FOWLER, 2011), que utilizará como coleta de dados um questionário a ser aplicado junto aos professores de Artes. Esta análise mostra que a formação específica dos professores é pouco significativa, a estrutura não é satisfatória e nem todas as escolas têm o ensino de música, apresentando assim problemas para Educação Musical no município.

Palavras-chaves: Música; Ensino/aprendizagem; Educação Musical; Escola Básica; Pesquisa de Levantamento; Sobral.

ABSTRACT

This Master research aim to know the implementation of the Musical Education in the Arts classes within the Municipality Education System of Sobral, a city in the interior of Ceará. According the guidelines of the Laws N° 9.394/96 and 11.769/2008, the Municipal Education, installed in 2014, the teaching of arts within the school core curriculum, and music is one of the modalities offered to elementary school students end, 6° to 9° year. The main objective of this research is to survey of these musical incursions in the school, rising if in the municipality of Sobral actually has Arts classes in the core curriculum and consequently if contemplate the music content. The investigation also possibiliting to know how has been the access of these classes by the students, if the teachers have capacity and/or abilities for the teaching of this artistic language, among other character, in other words, to describe how happening the process of teaching and learning of the musical contents on arts discipline. To this, will be utilized a proper protocol of investigation of the survey research (FOWLER, 2011), that will utilize as a data collection a questionnaire to be applied to the arts teachers. This analysis shows that the specific formation of the teachers is little significance, the structure isn't satisfactory, not all the schools have the musical teaching, presenting thus problems to the Musical Education on Municipal.

Keywords: Music; Teaching/Learning; Musical Education; Basic School; Survey research; Sobral.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Escolas municipais de Sobral.....	18
Tabela 2 – Alunos matriculados em Sobral e no Ceará em 2014.....	19

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

SME	Secretaria Municipal de Educação de Sobral
UFC	Universidade Federal do Ceará
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
IPECE	Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará
IDEB	Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
J.A	Jornada Ampliada – Escola Viva

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	11
1.1	Justificativa	12
1.2	Objetivos	15
1.2.1	<i>Objetivo geral</i>	15
1.2.2	<i>Objetivos específicos</i>	15
2	EDUCAÇÃO EM SOBRAL	17
2.1	Estrutura educacional de Sobral	17
2.2	Educação Musical na escola em Sobral	19
3	REFERENCIAL TEÓRICO E METODOLOGIA	28
3.1	Referencial teórico: Educação Musical na escola básica	28
3.1.1	<i>Educação Musical e a Legislação pertinente no Brasil</i>	28
3.1.2	<i>Reflexões sobre o ensino/aprendizagem de Música na escola</i>	32
3.2	Metodologia	40
3.3	Coleta de dados	41
4	LEVANTAMENTO SOBRE A IMPLEMENTAÇÃO DO ENSINO DE MÚSICA NA DISCIPLINA DE ARTES EM SOBRAL: EXPOSIÇÃO, ANÁLISE E DISCUSSÃO	44
4.1	Dados Gerais	46
4.2	O Ensino de música na disciplina de Artes	47
4.3	Quanto a escola	60
4.4	Quanto aos professores de Artes	65
4.5	Quanto aos alunos, na percepção dos professores de Artes	73
4.6	Professores que optaram por não responder o questionário	77
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	81
	REFERÊNCIAS	89
	APÊNDICE A – INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS	93
	ANEXO A – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E	104

ESCLARECIDO

1 INTRODUÇÃO

Sobral é uma cidade em crescimento que conta hoje, musicalmente falando, com um curso de nível superior, Música-Licenciatura da Universidade Federal do Ceará (UFC); uma Escola de Música pública, que oferta um ensino gratuito; escolas particulares de ensino de música; além de vários projetos de Artes próprios da rede municipal que ocorrem nas escolas particulares e públicas de Sobral e outros projetos de intervenção da universidade na escola como o PIBID Música UFC, *Campus Sobral*.

Portanto, diante deste contexto, tentando se adequar a Lei 9.394/96 o aparato educacional local está buscando desenvolver o ensino de Artes dentro do programa pedagógico da escola básica, conforme a orientação legal.

Sobral sempre esteve à frente no que diz respeito a diretrizes e metas didático-estruturais para uma educação de qualidade. Desde 2001 o município vem implementando reformas na estrutura educacional, tanto física, como de gestão e pedagógicas, que vêm trazendo resultados aparentes, onde o alcance das metas se tornou possível, como nos conta a literatura do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), Série Projeto Boas Práticas na Educação:

Sabe-se que não é uma experiência acabada: continua em processo e possui numerosos e renovados desafios. Mas é uma experiência de sucesso, pois, assumindo suas escolhas, o município de Sobral implantou uma política integrada e alcançou as metas prioritárias, com resultados que podem ser expressos numericamente. Os dados indicam que, em Sobral, as crianças e os adolescentes das séries iniciais do ensino fundamental estão permanecendo na escola e estão aprendendo. (INEP, 2005, p. 18-19).

Neste quadro educacional de muito tempo se incentiva o ensino de Arte e Cultura como objetivos de uma boa educação nas escolas municipais de Sobral. Sendo assim, a existência de projetos que priorizam o ensino de Artes já eram e são presentes no ambiente escolar com aulas não só de Artes Plásticas, mas também de Música, Dança, Teatro e Contação de História. No entanto, este ensino sempre se configurou através de oficinas e/ou projetos que funcionavam no contraturno, sem obrigatoriedade e, quase sempre, não eram acessíveis a todos os estudantes.

Posta esta situação, a Secretária Municipal de Educação de Sobral (SME), a partir de 2014, fez exercer uma nova diretriz em que as escolas de ensino fundamental, séries finais (do 6º ao 9º ano), passariam a ter no currículo na disciplina de Artes, os conteúdos de Música,

Dança, Teatro e Artes Visuais.

É neste ponto que se encontra o objetivo central desta pesquisa, o qual visa descrever a implantação da música como componente curricular do ensino de Artes como disciplina obrigatória do curso regular.

Para isso buscou-se uma metodologia de pesquisa, que possibilitasse alcançar os objetivos propostos, decidindo-se por um método chamado Pesquisa de Levantamento, nas condições que coloca Fowler, quando diz que esta pesquisa

(...) versa sobre padrões e procedimentos práticos para levantamentos feitos a fim de fornecer descrições estatísticas de pessoas por meio de perguntas, normalmente aplicadas em uma amostra. Pesquisa abrange amostragem, com formulações de questões e com métodos de coletas de dados. (FOWLER, 2011, p. 11).

Espera-se a partir desta amostragem poder estabelecer uma descrição de toda a população, ao apresentar a relação entre as escolas municipais de Sobral investigadas e a situação do ensino de Artes/Música no contexto escolar, assim como, diante desta descrição, debater, discutir, direcionar argumentos e reflexões para um ensino de música coerente, que demonstre sua importância dentro do espaço escolar.

1.1 Justificativa

É destaque nos discursos de pesquisadores e professores da área de educação musical a importância do ensino de música dentro do ambiente escolar. Como discursa Alicia Maria Loureiro, ao falar do avanço dos estudos e pesquisa na área de música e o seu valor para o ensino dentro do contexto escolar:

Atualmente, estudos e pesquisas mais recentes podem contar com o auxílio de outras áreas do conhecimento, tais como sociologia, a psicologia, a etnomusicologia, a filosofia. O desenvolvimento de tais áreas vem contribuir para uma análise mais racional e esclarecedora do porquê de a educação musical ser importante e do porquê que ela deveria se constituir como disciplina do currículo escolar. (...) Esses estudos e reflexões vêm buscando assegurar, dentro de um processo de continuidade e descontinuidade característico da educação musical, a sua legitimidade e valorização dentro do contexto educacional. (LOUREIRO, 2010, p. 110).

Estas discussões se tornaram mais contundentes, pois o momento é propício para argumentações necessárias em favorecimento do ensino de música na Educação Básica, porque recentemente a legislação, na Lei 11.769/2008 (texto reformulado na Lei 13.278/16), o torna obrigatório.

A professora Maura Penna relata:

A lei 11.769/2008 fortalece essas conquistas, e com elas abrem-se múltiplas possibilidades para a área de educação musical, que se encontra em momento histórico de transição, de extrema importância quanto aos reais efeitos dessa determinação legal, em processo de implementação. (PENNA, 2014, p.142).

Esta lei 11.769/08, a partir de 2016, recebe uma nova redação alterada pela Lei 13.278 de dois de maio de 2016 que modifica o § 6º do artigo 26 da LDB 9.394/96. Ficando o novo texto da seguinte forma: “§ 6º As artes visuais, a dança, a música e o teatro são as linguagens que constituirão o componente curricular de que trata o § 2º deste artigo.” (BRASIL, 2016). Dando ainda um prazo de cinco anos para os estabelecimentos educacionais se adaptarem a este novo regulamento.

Porém, mantêm-se a obrigatoriedade do ensino de música na escola compondo o conteúdo da disciplina de Artes. Sendo obrigatório também o ensino de Dança, Teatro e Artes Visuais.

Assim diante do quadro que se mostra, analisar o desenvolvimento do ensino de música na escola é imprescindível para termos dados e argumentações que descrevam como a implementação desta lei acontece. Tais pesquisas possibilitarão caracterizar os êxitos e infortúnios de como o ensino de música se configura dentro do ambiente escolar, direcionando para discussões de melhorias ou mesmo de fortalecimento e reformulações contínuas, no que diz respeito a questão de estrutura física, materiais didáticos e até quanto a visão que se tem dado ao ensino de música dentro do currículo escolar.

Estudos se fazem necessários neste íterim de levantar dados, descrever, caracterizar, mapear, catalogar informações e posicionamentos, transcrever dados e características, ou mesmo de quantificar uma realidade que a muito se sabe que é presente na escola brasileira, como comenta Penna: “A legislação educacional estabelece, há quase 40 anos, um espaço para a arte, em suas diversas linguagens, nas escolas regulares de educação básica.” (2014, p. 122), mas que só agora é uma temática que não se pode deixar às vontades individuais, pois tem-se uma lei que a constitui como legítima e obrigatória.

Falando desta importância do atual posicionamento quanto ao ensino de música na escola, Bellochio (2010) *apud* Penna, diz:

Este momento para a educação musical é ímpar, está politicamente instituído, mas contorna-se em possibilidade instituinte. Está em processo, em devir, em vir-a-ser, em constituir-se. É instituinte porque se impõe como a utopia do “ensino de música como conteúdo obrigatório na educação básica” (BELLOCHIO *apud* PENNA,

2014, p. 144).

Portanto, aqui se encontra a importância necessária de se fazer um levantamento, pois este tipo de pesquisa, que vem ganhando grande espaço ultimamente por sua característica descritiva, permite descrever uma população, ou até criarem-se argumentos explicativos a partir da coleta de dados estatísticos de uma amostra ou de uma população-alvo, para podermos compreender uma determinada situação, como a que se espera com esta pesquisa, para conhecer como os conteúdos de Música são lecionados no currículo básico da escola em Sobral, utilizando-se como amostra uma parte das escolas municipais onde tem o ensino de Arte no currículo.

Fowler, falando das características para o uso de uma pesquisa de levantamento, confirma a sua valia para atingir os interesses desta pesquisa em questão, quando diz:

Levantamentos são formulários para produzir estatísticas sobre uma população-alvo. O processo pelo qual isso é feito apóia-se na inferência de características da população-alvo a partir das respostas fornecidas por uma amostra de entrevistados. (FOWLER, 2011, p. 22).

No tópico Metodologia, a frente no texto, será melhor descrito o processo utilizado nesta investigação para levantamento, avaliação e validação dos dados, mas com o que aqui se expressa, pretende-se destacar o mérito de tal procedimento para descrever a Educação de Sobral.

Cidade localizada no interior do estado, porém com desenvolvimento de capital, que possui um grande prestígio no meio social por suas emblemáticas aparições na história de nossa região e, atualmente, por sua constante presença nos noticiários, como uma das melhores educação do país, confirmada pelos altos índices nos principais indicadores de avaliação da educação no nosso país. Segundo o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), em 2013, o município de Sobral alcançou a taxa de 7,8, se configurando como a quinta melhor escola de nível nacional e com o melhor rendimento do estado.

Recentemente, com a criação do Índice de Oportunidades da Educação Brasileira (IOEB) que avalia não só os resultados de indicadores, mas os insumos como a qualidade dos professores, tempo pedagógico, experiência dos diretores, se o aluno tem cumprido o ano na idade certa, entre outros, Sobral atingiu o percentual de 6,1, sendo a primeira cidade do Brasil, dentre outras 5.241, que participaram do ranking que oferece as melhores oportunidades de educação de qualidade para crianças e adolescentes.

Expõe, da seguinte forma, um boletim municipal sobre este ranking em que

Sobral se encontra em primeiro lugar:

Com nota 6,1, Sobral conquistou o 1º lugar entre 5.241 cidades avaliadas em todo o país, resultado superior ao do Ceará (4,6) e do Brasil (4,5). (...) O IOEB revela que uma pessoa que mora em Sobral tem melhores oportunidades de atendimento educacional de qualidade que alguém que mora em São Paulo, melhor desempenho entre as capitais, porém na 1.387ª posição no ranking geral de cidades. (SOBRAL, 2015, p. 1).

Junto ao que se destaca Sobral tem, ainda, reconhecidos artistas, portanto sendo uma cidade de berço cultural eminente (destacaremos a educação e a cultura de Sobral, principalmente no que se refere a música nos capítulos posteriores), mas quero identificar que dentro da escola se reflete esta culturalidade sobralense. Nos textos que se seguem, perceberemos o quão é bem querido o ensino de Artes dentro do ambiente escolar, que existe inclusive já há algum tempo e com certa eficiência no que diz respeito a sua instrumentalidade e execução, mesmo que possa, em termos pedagógicos, precisar de uma avaliação.

Contudo se há este alinhamento que, inclusive, faz parte da visão da educação em Sobral entre a escola e o ensino de música, temos que ter um retrato deste ensino, descrevendo todo este processo para que possamos ter um diagnóstico e para então criarmos direcionamentos e até diretrizes para o ensino de música na escola básica.

Assim, justifica-se como imprescindível uma pesquisa deste porte com este íterim. Esse estudo, que se esclarecerá em sua peculiaridade nos capítulos que se seguem, mas que já traz a essencialidade de sua necessidade, que nos permitirá levantar discussões sobre dados reais de um ensino de música em pleno processo de acontecimento, trazendo novos pensamentos e reflexões para a educação musical local, regional e até nacional.

1.2 Objetivos:

1.2.1 Objetivo Geral

Esta pesquisa de mestrado traz como objetivo principal realizar um levantamento do ensino de música nas aulas de Artes do município de Sobral, para produzir dados concretos sobre esta realidade quanto ao ensino/aprendizagem desta linguagem artística.

1.2.2 Objetivos Específicos

- Fazer um levantamento das incursões musicais na escola, identificando quantas escolas realmente têm aulas de música no currículo;
- Analisar quantos professores estão habilitados para o ensino desta linguagem artística, nessas condições, saber quantos tem formação específica em Música, em nível superior ou formação artística equivalente;
- Investigar se há alguma formação continuada para o ensino de Música e, caso tenha, como se desenvolvem os conteúdos pedagógicos e artísticos nesta;
- Compreender de que forma este ensino está chegando até o alunato;
- Retratar se há uma preocupação com uma estrutura física e didática apropriada, ou seja, se tem espaço adequado e se as aulas de Música são apoiadas em diretrizes e parâmetros educacionais;
- Levantar, ainda, se a rede dispõe de instrumentos musicais, e outros recursos didáticos e materiais como aparelhagem sonora diversa, e/ou instrumentos de banda.

2 EDUCAÇÃO EM SOBRAL

2.1 Estrutura educacional de Sobral

Para entendermos a essencialidade deste levantamento e como se desenvolverá, temos inicialmente que descrever o contexto da educação local, como é estruturada, por quem é formada, de quantos distritos, quantas escolas, quais as peculiaridades que caracterizam o ensino nesta cidade.

Sobral, município situado a 230 Km da capital Fortaleza, é uma localidade que tem aparecido nos noticiários como a cidade do interior do Ceará que revolucionou sua rede educacional onde, desde 2001, vem reestruturando a forma de administrar os estabelecimentos de ensino municipal e investindo em políticas públicas que garantam a todos o acesso a uma educação de qualidade (INEP, 2005).

Constatação dessas políticas são os índices altíssimos na Prova Brasil, que vem crescendo durante os anos, atingindo hoje percentuais que só se esperavam para 2021, como confirma Maurício Holanda, secretário estadual de educação, num evento dos jornais O Globo e Extra (Educação 360), destacado por Leonardo Vieira:

Vimos com antecedência os dados da Prova Brasil e podemos afirmar que as duas piores escolas da rede municipal de Sobral ficarão com 6,9, 15% maior do que a meta para o Brasil em 2021 para os primeiros anos do ensino fundamental. E na outra ponta, teremos duas unidades com nota 9. (VIEIRA, 2014, p. 1).

Hoje em Sobral, toda criança na idade de alfabetização sabe ler e escrever, por mérito de um projeto de alfabetização na idade certa, que inclusive foi referência para o PNAIC (Programa Nacional de Alfabetização na Idade Certa) do governo federal.

Para se ter uma ideia, a Prova Brasil é uma prova aplicada pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), que visa medir o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB). Aplicada a cada dois anos, seu último resultado de 2013, divulgado num ranking das escolas municipais no IDEB 2013, das 31 (trinta e uma) escolas que fizeram a prova nos 5º anos, 30 (trinta) delas alcançaram ou ultrapassaram a meta para 2021, assim como das 19 (dezenove) escolas que fizeram a avaliação nos 9º anos, 10 (dez) delas alcançaram resultado esperado para 2021 (SOBRAL, 2013).

Assim, caracterizar essa realidade institucional foi necessário para possibilitar o

levantamento feito, pois se tratou essencialmente de retratar as aulas de Artes, buscando particularizar o ensino de música que é desenvolvido na rede educacional de Sobral.

Fundada em 1772, com mais de 2100 km² de superfície, de clima quente do semi-árido, Sobral é formada do município sede e mais 12 (doze) distritos que são: Aprazível, Aracatiaçu, Bonfim, Caioca, Caracará, Jaibaras, Jordão, Rafael Arruda, Patos, Patriarca, São José do Torto e Taparuaba. Em 2010, possuía uma população de 188.233, segundo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Em 2015, de acordo com estimativas estará com uma população em torno de 200.000 habitantes (IPECE, 2014).

Conta, em 2014, com 48 (quarenta e oito) escolas de Educação Infantil e Fundamental, onde 6 (seis) escolas são de ensino infantil e mais 2 (duas) de ensino integral, Colégio Sobralense de Tempo Integral Maria Dorilene Arruda Aragão, localizada na sede, e outra em Aracatiaçu, Colégio Sobralense de Tempo Integral Maria de Lourdes de Vasconcelos. Das escolas que oferecem o Ensino Fundamental, 42 (quarenta e duas) são classificadas como urbanas, sendo 14 (catorze) nos distritos e 22 (vinte e duas) na sede, as outras 6 (seis) escolas são classificadas como rurais. Como nos mostra a tabela a seguir:

Tabela 1: Escolas Municipais de Sobral.

ESCOLAS MUNICIPAIS DE SOBRAL							
E S C O L A S	CEI- Centro de Educação Infantil	Escola de Ensino Fundamental Urbanas – Sede		Escola de Ensino Fundamental Urbanas – Distritos		Escola de Ensino Fundamental – Rurais	
	Ensino Infantil	Séries iniciais	Séries iniciais e finais	Séries iniciais	Séries iniciais e finais	Séries iniciais	Séries iniciais e finais
	1 - CEI - Dolores Lustosa 2 – CEI - Irmã Anísia Rocha 3 – CEI - Jacyra Pimentel Gomes 4 – CEI – José Lourenço da Silva 5 – CEI – Maria José Carneiro 6 – CEI – Tereza Rodrigues dos Santos	1 - Antenor Napolini 2 – Antônio Mendes Carneiro 3 – José da Matta e Silva 4 – José Ermírio de Moraes 5 - José Parente Prado 6 – Maria Yedda Félix Frota 7 – Mocinha Rodrigues 8 – Raimundo Pimentel Gomes – CAIC	1 - Carlos Jereissati 2 - Dinorah Tomás Ramos 3 - Emílio Sendim 4 – Gerardo Rodrigues de Albuquerque 5 – Maria do Carmo Andrade 6 – Maria José Santos Ferreira Gomes 7 – Netinha Castelo 8 – Osmar de Sá Ponte 9 – Padre Osvaldo Chaves 10 – Padre Palhano 11 – Paulo Aragão 12 – Raul Monte 13 – Trajano de Medeiros 14 - Maria Dorilene Arruda Araújo - Colégio de Tempo Integral	1 – Francisco Aguiar - Aracatiaçu	1 – Antônio Custódio de Azevedo – Aprazível 2 – Araújo Chaves – Taparuaba 3 – Elpídio Ribeiro da Silva – Torto 4 – Fco Monte – Taparuaba 5 – José Arimatéia – Bonfim 6 – José Inácio Gomes Parente 7 – Leonília Gomes Parente – Jaibaras 8 – Manoel Marinho – Caioca 9 – Odete Barroso – Caracará 10 – Pery Frota – Patriarca 11 – Raimundo Santana – Barragem 12 – Vicente Antenor Ferreira Gomes – Rafael Arruda 13 - Maria de Lourdes de Vasconcelos – Colégio de Tempo Integral (Aracatiaçu)	1 - Jacira Mendes de Oliveira-Sítio São Francisco (Jordão)	1 - Deliza Lopes – Patos 2 - Frederico Auto Correia – Vassouras (Taparuaba) 3 - Joaquim Barreto Lima – Setor 1 (Jaibaras) 4 - José Leôncio – Baracho (Jordão) 5 - Massilon Saboia Albuquerque - Olho D'agua (Taparuaba)

Fonte: INEP 2014/ Secretaria de Educação de Sobral. Disponível em: idebescola.inep.gov.br/ideb/consulta-publica

Priorizando o Ensino Fundamental em suas séries finais, que é o público-alvo das aulas de Artes, turmas de 6º ao 9º anos, consolidou-se, em 2014, 10.521 estudantes matriculados nas séries finais das 13.878 matrículas, nas mesmas séries, no ensino estadual, municipal, federal e particular, somente neste município. Ou seja, aproximadamente 76% dos alunos desta faixa etária, são atendidos pela escola municipal, conseqüentemente, 76% dos estudantes de Sobral, que se encontram nas séries finais do ensino fundamental estariam tendo acesso ao ensino de Artes e aos conteúdos de Música, agora instituídos por lei, como obrigatórios de acordo com a Lei 13.278/2016.

Comparando com as matrículas feitas neste mesmo período em todo o estado, nas mesmas séries, que foram da ordem de 584.655 matriculados em todas as instituições de ensino, sendo 438.124 matriculados apenas em escolas municipais, podemos deduzir que uma boa porcentagem dos estudantes do estado e que estudam em Sobral, estão tendo acesso a conhecimentos musicais. Dados transcritos na tabela 2 abaixo:

Tabela 2: Alunos matriculados em Sobral e no Ceará em 2014

ESTADO	DEPENDÊNCIA	Ed. Infantil		Ensino Fundamental		MUNICÍPIO	DEPENDÊNCIA	Ed. Infantil		Ensino Fundamental	
		Creche	Pré-escola	Anos iniciais – 1ª a 4ª séries	Anos finais – 5ª a 8ª séries			Creche	Pré-escola	Anos iniciais – 1ª a 4ª séries	Anos finais – 5ª a 8ª séries
CEARÁ	Municipal	99865	171124	528050	438124	SOBRAL	Municipal	3279	4093	11646	10521
	Federal	33	32	0	477		Federal	0	0	0	0
	Estadual	220	709	3501	47509		Estadual	0	0	0	418
	Privada	40494	71612	163564	98545		Privada	1081	1310	3247	2939
	Total	140612	243477	695115	584655		Total	4360	5403	14893	13878

Fonte: Inep 2014.

Estes são estudantes em potencial para o ensino de música, que se pensarmos, a partir da percepção da quantidade de pesquisas de mapeamento sobre educação musical, feitas no Brasil, podemos considerar que com a obrigatoriedade da lei e as políticas públicas de fortalecimento deste ensino, cada município fazendo valer a lei, a cada por cento poderemos, em breve, ver o ensino de música dentro do currículo escolar como manda a LDB.

2.2 Educação musical na escola em Sobral

Fazendo um breve retrospecto recente, poderemos entender que o ensino de música em Sobral é uma iniciativa que já vem se consolidando com o tempo nos projetos políticos desta localidade, principalmente no que diz respeito à educação musical no ambiente escolar.

A palavra Sobral é conhecida no cenário nacional principalmente pela dualidade educação, considerada uma das melhores do país, exemplo até para programas educacionais do Governo Federal e, também, por suas personalidades artísticas, que inclusive ganharam destaque de uma proporção internacional, podemos citar Renato Aragão e musicalmente Belchior, dentre outros, portanto um dos seleiros artísticos do estado.

Por conseguinte, esta característica própria vem refletir dentro da escola. Sempre foi interesse da administração local a disseminação de arte e cultura e, com uma visão ampla, aliou esta valoração à educação, assim desde muito cedo a escola é um dos ambientes de ensino de arte e cultura, incluída nestas, a Música.

Fato que segue a um quadro histórico nacional é a presença da música no ambiente escolar já há algum tempo. Algo que o professor Sérgio Figueiredo, em seus estudos relata, assim como outros autores, como Penna (2014), Loureiro (2010): “Ao se traçar uma linha do tempo nota-se que, desde o século XIX até os dias de hoje, a música esteve presente nos currículos escolares, com diversas abordagens.” (FIGUEIREDO, 2013, p. 31). Assim, neste aspecto de ter o ensino de música e outras formas artísticas como ferramenta de aprendizagem dentro da escola, em Sobral, sempre se esteve à frente, também, em termos de políticas educacionais para o ensino de Artes.

A exemplo disso, em 1999, Sobral é contemplada com o Programa de Apoio às Reformas Sociais para o Desenvolvimento de Crianças e Adolescentes (PROARES), feito em parceria entre Governo do Estado e Prefeitura Municipal, e que conta com financiamento do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). Um projeto voltado para o atendimento da criança e adolescente em situação de risco, que tinha como um dos seus objetivos a construção de 18 (dezoito) escolas que passariam a ser atendido pelo Projeto Escola Viva, que traz, como uma de suas diretrizes, o ensino de arte e cultura dentro do ambiente escolar, com o objetivo de diminuir a evasão, como Ana Paula de Macedo Soares conta para o boletim Dicas do Instituto Pólis (SOARES, 1999).

Vindo a confirmar a implantação do projeto e a descrevê-lo, um Jornal Municipal de 2002, traz o seguinte texto:

Escola Viva, componente do PROARES (Programa de Apoio às Reformas Sociais para o Desenvolvimento de Crianças e Adolescentes), é um Projeto voltado para o desenvolvimento de atividades em arte e educação, que atende alunos da rede de ensino público, com faixa etária de 7 a 17 anos. Tem como objetivo: despertar as múltiplas inteligências do aluno; integrar, ao máximo, os alunos nas atividades escolares; combater a ociosidade e os fatores de riscos, com a prática do exercício da cidadania; desenvolver a riqueza adormecida dos talentos natos. Em Sobral, são 27 Escolas Vivas, sendo 21 municipais (8 nos distritos e 13 na sede) e 6 estaduais, que beneficiam cerca de 1.940 crianças (1.100 alunos da rede municipal de ensino). As atividades oferecidas são: artes plásticas, coral infantil, flauta doce, violão, teclado, artesanato, capoeira e recreação esportiva. (SOBRAL, 2002, p. 1).

Podemos perceber nesta descrição que em 2002 pelo menos 1940 crianças e adolescente, 1100 só na escola municipal, estavam tendo acesso a alguma linguagem artística e podemos ver que as modalidades musicais se apresentam em maior quantidade tendo, além do coral infantil, aulas de flauta doce, violão e teclado.

Neste momento, as formas que se mostram estas aulas eram de oficinas ministradas no contraturno escolar. Como a estrutura não permitia a disponibilização do ensino de música a todos os alunos, eram abertas inscrições, participando, portanto, apenas quem tinha interesse, o que causava uma seleção natural e ao mesmo tempo uma enorme quantidade de desistência. Era bem comum alunos preencherem as fichas de inscrição e uma quantidade menor frequentarem as aulas, tendo a partir desta participação ainda uma desistência a mais, ficando apenas aqueles que de alguma forma tinham interesse em tocar algum instrumento.

Acontecia, neste oferecimento de educação musical específica deste primeiro período, uma auto-classificação, até discriminatória, de quem podia e quem não podia tocar, pois o ideal do “talento” era um discurso muito forte, desestimulando muitos alunos, levando-os a desistir. Algo perceptível, inclusive, feito pelo próprio professor de música, que acreditava na ideologia do dom nato, talvez pela falta de formação apropriada em educação musical ou não estar a par das discussões sobre o ensino de música, como atualmente é entendido, ou mesmo pela forma instrumentalizada que este projeto se propunha, que era de formar grupos musicais para apresentações nos momentos festivos das escolas e até mesmo dos eventos municipais.

Discussão esta muito disseminada no meio cultural, onde atualmente estudos defendem que este conhecimento é um acúmulo de capital cultural adquirido durante a vida. Amato, citando Ortiz (1983) e Bourdieu (1998a), traz numa reflexão em seu texto sobre o dom e a família, na biografia de oito compositores/músicos, uma clareza sobre esta

compreensão, quando diz:

Assim como o acesso à escola e as respectivas atitudes tomadas diante desta, também a posição do indivíduo com relação à cultura é condicionada pelo meio familiar. Nesse matiz sociológico, os saberes, o estilo, o bom gosto, o “talento” aparecem principalmente como frutos do acúmulo de capital cultural, não como uma simples subjetividade (um dom natural), mas como uma “objetividade interiorizada” (ORTIZ, 1983) ou “dom social” (BOURDIEU, 1998a), fruto da interação entre sociedade e indivíduo, do acesso a formas materiais de cultura, proporcionada por uma certa condição econômica favorável. (AMATO, 2008, p. 84-85).

Em 2010, o Projeto Escola Viva passa a se chamar Jornada Ampliada-Escola Viva (J.A.) tendo como objetivo um maior desenvolvimento do ensino de Artes, como uma das metas do programa educacional de ampliação do ensino escolar, com o intuito de manter o aluno mais tempo na escola. O estudante passaria a ter 15 (quinze) horas semanais a mais de atividades extracurriculares, sendo estas atividades disponibilizadas em todas as escolas do município, inclusive aos de ensino infantil.

Este projeto, também em contraturno que antes visava à diminuição da evasão, agora traz como objetivo o letramento dos estudantes da rede municipal de ensino proporcionando atividades artísticas e lúdicas, que dividia seu ideal intrínseco, na qual o próprio ensino de artes, com o auxílio de outras metas, que sejam a escolarização dos estudantes. Porém, é um projeto que passou a ter mais significância dentro do ambiente escolar, pois atingia um maior número de estudantes, com uma contratação maior de profissionais professores e artistas de várias linguagens.

Imagem 1 – Aula de Música pelo Projeto Jornada Ampliada-Escola Viva (J.A.) na escola municipal de Sobral.



Fonte: Arquivo pessoal do pesquisador.

A evasão, neste projeto, também era fato recorrente, pois se endereçava ainda a quem quisesse participar, porém ocorria em menor quantidade, pois neste momento o aparato educacional local passa a se estruturar para acolher melhor estas aulas, que passaram a possuir teor de importância na rede municipal de educação.

As escolas, na figura da Secretária Municipal de Educação (SME), e confirmada pelas gestões de cada ambiente educacional, passaram a ter um olhar mais acolhedor para este projeto. Neste momento, instrumentos que antes estavam em estado de precariedade passaram por reciclagem e novos instrumentos foram comprados, inclusive em sua variedade, não tendo mais apenas flautas doces e violões, mas tendo teclados, baterias, bandas de fanfarras, aparelhagens eletrônicas de características sonoras, desde equipamentos para tocar cds e mp3 à mesas de som e microfones, dentre outros.

Imagem 2 e 3 – Apresentações artísticas feitas por alunos do Projeto Jornada Ampliada-Escola Viva.



Fonte: Arquivo pessoal do pesquisador.

Neste período, espaços que antes eram pátios, quadras, embaixo de uma árvore, passaram a ser pensados com mais facilidade de alocação, mesmo que em momentos posteriores os mesmos espaços passassem a ser cedidos para outras aulas, mas já se pensava no discurso de alguns diretores de escola, em construir ou destacar salas específicas para o ensino de música.

Mas o grande ganho deste novo formato do projeto foi o oferecimento, pela SME, de uma formação continuada específica para o ensino de várias modalidades artísticas, onde um grupo de formadores com habilidades específicas por área artística repassaria uma formação em música, dança, teatro, artes visuais e contação de história. Inclusive este grupo tinha o comprometimento de formar um conjunto com os professores de Artes da rede municipal, não só para aprender novos conteúdos e/ou ser um espaço de discussão também, mas que se comprometiam com a formação de um espetáculo em conjunto.

Inseriu-se no Projeto J.A. um projeto do Governo Federal, chamado Mais Educação, que tem características parecidas por ocorrer no contraturno, ou seja, de incentivo da permanência do estudante na escola por mais tempo. Tais modificações foram incorporadas em 30 (trinta) escolas a partir do ano de 2011. Em 2013 já compunha o quadro de toda estrutura educacional municipal, ficando a divisão das modalidades artísticas da seguinte forma: a) J.A., articula os projetos dentro da escola e leciona a modalidade de Contação de História; o agente que assume este cargo recebe o nome de articulador/agente de leitura; b) as modalidades artísticas e o reforço escolar fica por conta do Projeto Mais Educação onde os agentes recebem o nome de monitores de Dança, monitores de Música e

assim com as outras modalidades citadas acima.

Imagem 4 – Aula de Música pelo Projeto Mais Educação na escola municipal de Sobral.



Fonte: Arquivo pessoal do pesquisador.

A implementação do Projeto Mais Educação na rede municipal de Sobral acrescenta um rigor maior na fiscalização de participação dos estudantes inscritos. Como neste projeto a escola tem acesso a uma renda que é direcionada a mesma para compra de material e pagamento das bolsas dos monitores, ela se compromete em contrapartida a manter a quantidade de inscritos e a permanência destes alunos no ambiente escolar pelo tempo acordado.

Assim, os estudantes inscritos passaram a frequentar a escola três horas a mais diariamente, nos cinco dias da semana e, obrigatoriamente, teriam que ter aula de todas as modalidades oferecidas pela escola. O que por um lado foi bom, pois era oferecido o ensino de música a todos os participantes. Porém, se mantinham alguns percalços, tendo em vista que, nem todos os alunos eram matriculados no Mais Educação e nem todas as escolas tinham optado pelo ensino de música.

Imagem 5 – Apresentações artísticas no intervalo de aula realizado por alunos do Projeto Mais Educação.



Fonte: Arquivo pessoal do pesquisador

Por este relato, se pode perceber então, que as Artes já fazem parte do ensino em Sobral há algum tempo, inclusive como diretriz das políticas educacionais que passaram neste período. A Música sempre esteve presente como uma linguagem e, podemos dizer, com certo destaque, porém sempre como um ensino extracurricular e de caráter não-obrigatório. Em 2010, no seu lançamento J.A. ambicionava atender 10.000 estudantes da rede municipal que se compunha de quase 35.000 matriculados, ou seja, por volta de 28% dos alunos.

Contudo, em 2014, uma nova diretriz chega às escolas municipais de Sobral, na qual o diretor escolar, responsável pela seleção e contratação do professor, deveria contratar para a disciplina de Artes, componente obrigatório da grade curricular municipal, um profissional com formação em licenciatura e que comprovasse, pelo menos, 320 horas/aula de cursos ou atividades artísticas para que pudesse assumir esta função.

Assim, a disciplina de Artes passou a ter um conteúdo específico, seguindo ao que consta na Lei 9.394/96, portanto, passou-se a lecionar conteúdos das linguagens artísticas, dentre elas Música, Dança, Teatro e Artes Visuais, um ensino ainda executado de forma polivalente.

Mesmo nestas perspectivas foi dado um passo, onde o professor de Artes se atinha

em determinado período, como consta na Lei 13.278/2016, de conteúdos próprios da linguagem musical e, também, possibilitou o acesso a todos de forma igualitária do ensino de música, como é defendido em muitos discursos de professores e pesquisadores da área, como vemos no texto de Penna:

...concebemos a musicalização como um processo educacional orientado que se destina a todos que, na situação escolar, necessitam desenvolver ou aprimorar seus esquemas de apreensão da linguagem musical – mesmo que sejam adolescentes ou adultos. (PENNA, 2014, p. 43,44).

Desta forma, todos os estudantes do ensino fundamental, séries finais de 6º ao 9º ano, passaram a ter aulas de Artes no currículo escolar, além de ter acesso às modalidades no contraturno, portanto o ensino de Música, podemos assim dizer, passou a atingir um maior número de alunos.

Não é intenção deste texto (de início) discutir a qualidade e o real quantitativo das aulas de Música na escola municipal (no caso específico desta pesquisa, aulas no turno escolar), se tem gestão preparada para tal projeto e/ou professores capazes, se há e quais são, caso tenha, as diretrizes para estas aulas. Enfim, este será o objetivo final deste levantamento: estar em posse de dados que possam embasar esta discussão na busca de poder primeiramente descrever e depois direcionar para apontamentos e reflexões sobre o ensino de Música na disciplina de Artes, que possa ser ministrada de maneira condizente com estudos sobre a Educação Musical.

Na descrição deste contexto escolar é necessário destacar três pontos, que mesmo não estando diretamente ligados aos projetos de Artes na escola e a disciplina em si, desenvolvida no currículo, vão influenciar de forma preponderante, pois são polos formadores de profissionais preparados para o ensino de Música especificamente. Mostra também que há uma preocupação com o desenvolvimento do ensino-aprendizagem de Música na cidade.

Refiro-me a uma escola de ensino exclusivo de Música, no caso Escola de Música de Sobral Maestro José Wilson Brasil, criada pelo Decreto 303/2001, que traz em seu caput o seguinte texto:

Cria a Escola de Música do Município de Sobral, e dá outras providências. O prefeito municipal de Sobral, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 66, inciso IV da Lei Orgânica do Município, e, considerando, a necessidade de desenvolver uma política social integrada e abrangente que contribua para a emancipação da comunidade, visando o resgate dos Direitos da Cidadania da Criança e do Adolescente, no Município de Sobral e; considerando, a possibilidade de desenvolver uma ação educativa crítico-criativa, visando a formação, qualificação, requalificação e profissionalização de músicos instrumentistas eruditos

e populares, bem como a formação de grupos musicais como: camerata, quarteto e quinteto de cordas, grupo de flauta doce, banda de MPB, orquestra e música de câmara em geral; considerando, a necessidade de cursos técnicos destinados a proporcionar habilitação profissional; considerando, finalmente, ser necessário oferecer condições para o desenvolvimento da capacidade expressiva e sensibilidade artística, com vistas ao desenvolvimento da criatividade e a ampliação da oferta de centros musicais para cumprirem estas funções. (SOBRAL, 2001)

Outro ponto é a chegada do curso de Música-Licenciatura da Universidade Federal do Ceará-UFC, *Campus* Sobral, com edital no Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) de 2010 e primeira turma iniciando-se em 2011, formando os primeiros licenciados em Música de Sobral, em 2014, que destaca como justificativa em seu Projeto Pedagógico para Implantação do curso (PPI) a fertilidade cultural desta região.

Cabe também destacar o curso profissionalizante em regência, que acontece na Escola Profissionalizante Lysia Pimentel Gomes, que formará uma turma de profissionais com experiência em música.

É conveniente mencionar que a cidade tem condições de formar profissionais para o ensino de música, objetivando melhorar o aprendizado musical no meio escolar. Predizendo, inclusive, da necessidade de um edital de concurso público para ingresso efetivo de professores de música que possam assumir com mais propriedade a educação musical de Sobral.

Sendo assim, descrever esta realidade com um protocolo de pesquisa adequado, como se intentará nesta pesquisa, além de caracterizar este contexto, dará subterfúgios para pensar uma melhor apropriação deste aparato artístico/musical a fim de adequar o ensino de Música as necessidades locais, porém feita à luz das discussões recorrentes.

3 REFERENCIAL TEÓRICO E METODOLOGIA

3.1 Referencial teórico: Educação Musical na Escola Básica

Refletir sobre a Educação Musical, que é, na verdade, o tema principal desta pesquisa se faz primordial na construção do referencial teórico em questão, para que se torne o processo de compreensão desta realidade em estudo mais dialógico com os muitos e constantes estudos sobre o tema.

Leituras de pesquisas específicas que têm o mesmo teor de investigação se fizeram necessárias, a priori, para compreensão do que já havia de pesquisa sobre o assunto, no Brasil e no mundo. Focando muito suas particularidades e regionalidades, houve uma leitura atenta de mapeamentos, levantamentos e pesquisas, pode-se citar: Figueirôa, Abreu e Monteiro (2014), Wolffernbüttel (2011), Hirsch (2007), Almeida (2007) e Penna (2002).

Concomitantemente fez-se um estudo dos métodos de pesquisa que poderiam viabilizar este tipo de investigação, pois é preocupação deste trabalho um resultado que mantenha a lisura e possa levantar discussões em cima de bases de dados concretos. Fowler (2011) e Babbie (2003) foram escolhidos por melhor responderem aos objetivos de investigação que aqui se propõe; uma pesquisa de levantamento ou Survey.

As reflexões são feitas a partir do embate dialético da realidade pesquisada com estudos já consagrados sobre Educação Musical. Podem-se citar alguns destes textos que servirão de base em cada análise dos dados: Penna (2001, 2002, 2014), Figueiredo (2013), Del Ben (2003, 2005, 2010), Souza (2001, 2009), Arroyo (2002, 2008), Bellochio (1999, 2000, 2003), Oliveira (2006), Kraemer (2000), Jorgensen (1997).

Esta parte do texto aborda a discussão principal desta pesquisa que é o ensino e aprendizagem de música dentro do currículo escolar no Brasil. São refletidos dois pontos que merecem argumentações. São eles: A definição de educação musical e a legislação que possibilita tal ensino.

3.1.1 Educação Musical e a Legislação pertinente no Brasil

Segue um esclarecimento sobre as leis que possibilitam o ensino de música no currículo escolar como parte das disciplinas obrigatórias, tais como Português, Matemática, Física, História, Geografia, Educação Física, Biologia, Química, Filosofia, Sociologia,

Religião, Artes e suas linguagens – tendo hoje no escrito legal a obrigatoriedade do ensino de Música (Lei 13.278/2016).

Fazendo um aparte neste ponto, destaca-se que, quando do início da escrita da pesquisa, a lei que tornava o ensino de música compulsório era a Lei 11.769/2008, que traz o seguinte texto para o parágrafo 6º do artigo 26 da LDB 9.394/96 – artigo este que em seu 2º parágrafo, torna Artes uma disciplina do componente curricular obrigatório da escola básica - “§6 A música deverá ser conteúdo obrigatório, mas não exclusivo, do componente curricular de que trata o § 2º deste artigo.” (BRASIL, 2008).

Porém neste ano de 2016 foi aprovada uma lei em maio que altera este texto do 6º parágrafo da LDB. Como já foi citado na introdução aproveito este momento para reiterar este texto, pois por ser um novo escrito legal precisa que se torne cada vez mais conhecido.

Assim a nova redação do parágrafo seis é dada pela Lei 13.278/2016 que diz “§ 6º As artes visuais, a dança, a música e o teatro são as linguagens que constituirão o componente curricular de que trata o § 2º deste artigo.” (BRASIL, 2016). Portanto, é esta redação legislativa que tomaremos como base de imperatividade de Educação Musical na escola, mesmo que em algumas referências ainda possam vir se direcionando a lei anterior, porém entende-se que, particularmente ao ensino de música, as duas representam o interesse deste assunto da mesma forma.

O ensino/aprendizagem de conhecimentos artísticos já se encontra legalmente amparado há algum tempo no aparato legal brasileiro, tendo, portanto, várias terminologias para este ensino, as mais conhecidas: Educação Artística (LDB 5.692/71) e o mais recente ensino da Arte (LDB 9.394/96, art. 26) que diz em seu parágrafo 2º: “o ensino da Arte, especialmente em suas expressões regionais, constituirá componente curricular obrigatório nos diversos níveis da Educação Básica, de forma a promover o desenvolvimento cultural dos alunos.” (BRASIL, 2010). Redação dada pela Lei nº 12.287/2010 que altera a Lei nº 9.394/96, no tocante ao ensino da Arte.

A LDB atual substitui a antiga lei de 1971, que segundo estudiosos trouxe para o ensino curricular dos conteúdos artísticos um distanciamento na prática de algo que se pudesse considerar com este fim, tornando-se as aulas da extinta Educação Artística mera reprodução, como concorda o texto do parecer CNE/CEB 22/2005

Na Lei nº 5.692/71, de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, a arte foi incluída no currículo escolar com o título de Educação Artística, considerada, porém, como “atividade educativa” e não como disciplina. A consequência foi a perda da

qualidade dos saberes específicos das diversas formas de arte, dando lugar a uma aprendizagem reprodutiva. (...) A Lei nº 9.394/96, das Diretrizes e Bases da Educação Nacional, significou um avanço para a área. Em primeiro lugar, pôs fim a discussões sobre o eventual caráter de não obrigatoriedade. E arte passa a ser considerada obrigatória na Educação Básica (...) (BRASIL, 2005, p. 1).

E vem corroborar, ao mesmo tempo em que destaca o processo de diluição das Artes na extinta Educação Artística, Luciana Del Ben (2010) ao fazer referências aos estudos que tratam desta particularidade legislativa, em destaque Maura Penna (1998, 2001, 2002, 2004), quando diz “(...) remonta à implementação da educação artística, em 1971, nas então escolas de 1º e 2º graus, e a conseqüente diluição dos conteúdos específicos das linguagens artísticas, entre elas, a música.” (p. 3).

Acrescenta ainda que o efeito esperado para essa nova designação – ensino da Arte – não trouxe os objetivos esperados, permanecendo sem nenhuma mudança aparente:

Essa diluição parece não ter sido superada com a atual Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei n.º 9.394/96), em função das imprecisões e ambigüidades de seus termos ao substituir a educação artística pelo ensino de arte. Isso, para muitos autores, teria levado ao desaparecimento da música nas escolas. (DEL BEN, 2010, p. 3)

Contudo, este mesmo parecer citado acima deixa claro a substituição do termo Educação Artística por Ensino da Arte e direciona para um processo educacional que privilegie as especificidades de cada linguagem dentro da disciplina de Artes.

Entendemos assim que a retificação da denominação “Educação Artística” por “Arte” está na linha de compreensão do Parecer e da Resolução, define melhor a noção de área de conhecimento, fica em consonância com a LDB e permite às redes públicas, no âmbito de sua autonomia, receber, indistintamente, em concursos públicos licenciados em Educação Artística, em Arte ou em quaisquer linguagens específicas, Artes Visuais e Plásticas, Artes Cênicas ou Teatro, Música e Dança que utilizarão os seus conhecimentos específicos, com a finalidade de atingirem os objetivos preconizados pela legislação em vigor para o Ensino Fundamental e, de modo mais direto, o objetivo do ensino da arte, que é “promover o desenvolvimento cultural dos alunos”. (BRASIL, 2005, p. 3)

Configura-se então o quadro legislativo atual do direcionamento legal para o ensino de artes dentro do currículo escolar, sendo bastante claro na LDB de 1996, que este ensino consta das demais disciplinas que fecham a grade de conhecimentos necessários ao aluno e que, portanto, a escola tem que privilegiar seu ensino a todos os alunos dentro do cronograma regular de cada ano.

Com a Lei 11.769/08 o ensino de música passou a ser componente obrigatório, porém não exclusivo da disciplina de Artes, tendo a partir de então três anos para se adequar

ao novo regulamento legal. Atualmente, passados oito anos, percebe-se ainda um despreparo estrutural e de conhecimento dos órgãos responsáveis pela educação no Brasil, que nem ao menos fiscalizam se está sendo cumprida esta norma legal.

Para amenizar esta situação o Conselho Nacional de Educação (CNE) e a Câmara de Educação Básica (CEB) estruturam um parecer a partir de discussões processuais com objetivo de dar diretrizes para as escolas, para as Secretarias de Educação, para as escolas de formação e universidades e para os próprios Conselhos de Educação, quanto à implementação da música na escola básica. Portanto o parecer CNE/CEB 12/2013, homologado apenas este ano (10/maio/2016), traz em seu texto estes direcionamentos e um reconhecimento da necessidade da música como componente fixo do aprendizado do estudante.

A obrigatoriedade do ensino de Música na escola, determinada pela Lei nº 11.769/2008, é o resultado de um processo permanente de luta histórica e socialmente construído por músicos e educadores na busca pelo reconhecimento da importância do componente curricular Música para a formação integral dos estudantes. (...) É dessa forma, em um novo contexto de mobilização pelo reconhecimento da importância da Música na escola, compreendida como direito humano, promotora de cidadania e de maior qualidade social na educação, que se faz mister a aprovação de Diretrizes que orientem o tratamento a ser dado ao ensino de Música nas escolas da Educação Básica. (BRASIL, 2013, p. 8)

A atual Lei da Educação Básica dá autonomia as entidades educacionais para a construção de sua proposta pedagógica em seu artigo 12 (doze). Mas diante do despreparo concernente a falta de conhecimentos e procedimentos para o ensino de música na escola e mesmo de visões equivocadas dos envolvidos no processo educacional sobre a necessidade deste ensino na sala de aula, se faz pertinente o estudo deste parecer e a real implementação no ensino regular brasileiro, para que a música não fique limitada a aparições pontuais dentro do currículo escolar e, também, restrita ao investimento de ações individuais de alguns poucos professores de Artes ou gestores educacionais.

Transcrevo os parágrafos 1º e 2º do artigo primeiro deste parecer, que fala do papel das escolas e das Secretarias de Educação, por se considerar um passo importante para a educação musical. Tendo nos parágrafos 3º e 4º direcionamentos para as escolas de formação em música e os Conselhos de Educação. Assim está escrito no parecer CNE/CEB 12/2013:

Art. 1º Esta Resolução tem por finalidade orientar as escolas, as Secretarias de Educação, as instituições formadoras de profissionais e docentes de Música, o Ministério da Educação e os Conselhos de Educação para a operacionalização do ensino de Música na Educação Básica, conforme definido pela Lei nº 11.769/2008, em suas diversas etapas e modalidades.

§ 1º Compete às escolas:

I - incluir o ensino de Música nos seus projetos político-pedagógicos como conteúdo curricular obrigatório, tratado de diferentes modos em seus tempos e espaços educativos;

II - criar ou adequar tempos e espaços para o ensino de Música, sem prejuízo das outras linguagens artísticas;

III - realizar atividades musicais para todos os seus estudantes, preferencialmente, com a participação dos demais membros que compõem a comunidade escolar e local;

IV - organizar seus quadros de profissionais da educação com professores licenciados em Música, incorporando a contribuição dos mestres de saberes musicais, bem como de outros profissionais vocacionados à prática de ensino;

V - promover a formação continuada de seus professores no âmbito da jornada de trabalho desses profissionais;

VI - estabelecer parcerias com instituições e organizações formadoras e associativas ligadas à música, visando à ampliação de processos educativos nesta área;

VII - desenvolver projetos e ações como complemento das atividades letivas, alargando o ambiente educativo para além dos dias letivos e da sala de aula.

§ 2º Compete às Secretarias de Educação:

I - identificar, em seus quadros de magistério e de servidores, profissionais vocacionados que possam colaborar com o ensino de Música nas escolas, incluindo-os nas atividades de desenvolvimento profissional na área de música;

II - promover cursos de formação continuada sobre o ensino de Música para professores das redes de escolas da Educação Básica;

III - apoiar a formação dos professores e dos demais profissionais da educação em cursos de segunda licenciatura em Música;

IV - criar bancos de dados sobre práticas de ensino de Música e divulgá-las por meio de diferentes mídias;

V - promover a elaboração, a publicação e a distribuição de materiais didáticos adequados ao ensino de Música nas escolas, considerando seus projetos político-pedagógicos;

VI - organizar redes de instituições ligadas à música com vistas ao intercâmbio de experiências docentes, de gestão e de projetos musicais educativos, bem como à mobilidade de profissionais e ao compartilhamento de espaços adequados ao ensino de Música;

VII - realizar concursos específicos para a contratação de licenciados em Música;

VIII - cuidar do planejamento arquitetônico das escolas de modo que disponham de instalações adequadas ao ensino de Música, inclusive condições acústicas, bem como do investimento necessário para a aquisição e manutenção de equipamentos e instrumentos musicais;

IX - viabilizar a criação de Escolas de Música, ou instituições similares, que promovam a formação profissional em Música. (BRASIL, 2013, p. 9)

Com todos estes argumentos legais e diante do contexto não se pode negligenciar mais a obrigatoriedade do ensino/aprendizagem de música na escola como componente do currículo, nem mesmo sua importância no processo de formação humana tal como as demais disciplinas existentes no currículo.

Jusamara Souza fala da relevância da música para o cotidiano social do jovem.

“A música ajuda no reconhecimento de culturas juvenis que se destacam de outras através de determinadas preferências musicais; informa sobre novos estilos de vida, modas, formas de conduta, etc.; serve de estímulos para sonhos e anseios próprios; constrói identidades; possibilita a identificação com artistas; desafia para a ação, bem como oferece a possibilidade de isolamento do cotidiano, o que se torna possível, por exemplo, pelo uso de fones de ouvido.” (SOUZA, 2009, p. 9)

Mas qual perspectiva de educação musical se entende que seja necessária no ambiente escolar? E quais os principais direcionamentos que podemos ter a partir deste aprendizado? A partir deste ponto se tentará trazer definições e opiniões que possam nos direcionar a entender o que se defende por ensino/aprendizagem de música na escola.

3.1.2 Reflexões sobre o ensino/aprendizagem de Música na escola

Principio trazendo uma definição de educação musical citada por vários pesquisadores como Arroyo (2008), Del Ben (2003), Bellochio (2003), que é a de pedagogia da música de Kraemer:

A Pedagogia da Música ocupa-se das relações entre as pessoas e as músicas sob os aspectos de apropriação e de transmissão. Ao seu campo de trabalho pertence toda a prática músico educacional que é realizada em aulas escolares e não escolares, assim como toda cultura musical em processo de formação (KRAEMER, 2000, p.51).

Partindo da compreensão que educação musical está no processo de ensino e aprendizagem onde tenha alguma intervenção sonora independente de ser formal ou não, então, se têm a apropriação e transmissão de música, onde há alguém fazendo música, onde há alguém ensinando música, onde há alguém escutando música, onde há qualquer prática musical. Confirma isso a ideia central da abordagem sociocultural da Educação Musical de Margaret Arroyo.

Essa abordagem implica em considerarmos que toda prática musical, “fenômeno transversal”, que “perpassa todos os espaços sociais” (Bozon, 2000, p.147), traz implícita a aprendizagem dessa prática e que, assim, alguma modalidade de educação musical ocorre em diversos contextos, envolvendo grupos sociais e culturais diversos. (ARROYO, 2002, p. 18)

A Educação Musical é uma das subáreas da música, como a composição, a musicologia, etnomusicologia, regência, o que nos leva a distinguir que música é um processo educacional ou não muito mais abrangente e que Educação Musical engloba partes específicas relacionadas a este estudo.

Como campo de estudo Del Ben define da seguinte forma:

(...) caracteriza-se pela associação, pela dupla participação da Musicologia e da Pedagogia. ARROYO (1999) parece preferir os termos Musicologias e Pedagogias. Para ela, a Educação Musical é um campo que se origina na intersecção entre Musicologias e Pedagogias, entendida como as várias disciplinas que se dedicam, respectivamente, ao estudo das músicas e ao estudo da educação. De um lado,

Etnomusicologia, Psicologia da Música, Teoria Musical, por exemplo; do outro, Sociologia da Educação, Psicologia da Educação, Filosofia da Educação, entre outras. (DEL BEN, 2003, p. 79)

Na prática da rotina diária podemos nos ater ao que Arroyo diz ser Educação Musical:

O termo "Educação Musical" abrange muito mais do que a iniciação musical formal, isto é, é educação musical aquela introdução ao estudo formal da música e todo o processo acadêmico que o segue, incluindo a graduação e pós-graduação; é educação musical o ensino e aprendizagem instrumental e outros focos; é educação musical o ensino e aprendizagem informal de música. (ARROYO, 2002, p. 18)

Complementa este pensamento, a ideia de Jorgensen:

A educação musical (...) é uma colagem de crenças e práticas. Seu papel na formação e manutenção dos [mundos musicais] - cada qual com seus valores, normas, crenças e expectativas - implicam formas diferentes nas quais ensino e aprendizagem são realizados. Compreender esta variedade sugere que pode haver inúmeras maneiras nas quais a educação pode ser conduzida com integridade. "A busca por uma única teoria e prática de instrução musical aceita universalmente, pode levar a uma compreensão limitada". (JORGENSEN, 1997, p. 66)

O objeto da Educação musical na escola se torna, portanto, a possibilidade de vivenciar/estimular aspectos do cognitivo, do motor, do social, do psicológico, do pedagógico, do filosófico, do étnico, do histórico, sonoro/perceptivo/prático, entre outros aspectos humanos, a partir da relação principal entre aluno e os conhecimentos musicais no processo de ensino aprendizagem diário de música em sala de aula ou mesmo no contraturno escolar. Englobando essa relação todos os aspectos que envolvem música na escola, como grupos musicais, teatros musicais, bandas de fanfarras, bandas de rock, apresentações musicais, músicas para datas comemorativas, para o processo didático no ensino infantil, entre outras apropriações de música no universo escolar. Tendo sua maior abrangência de aprendizagem ao proporcionar este ensino como obrigatório no currículo escolar, como parte integrante da disciplina de Artes, pois permite a todos os alunos sem exceção ou nenhum tipo de diferenciação ou mesmo discriminação musical, o acesso democrático ao conhecimento musical e, conseqüentemente, o desenvolvimento deste como ser humano social.

Hoje, os desafios para educação musical se concretizar como disciplina obrigatória são muitos, mas a cada período estes percursos estão sendo vencidos graças à novos avanços legislativos e à visão de importância dada à música na escola, graças às "culturas" que se mantêm presentes e exigindo seu espaço na formação escolar dos estudantes, graças as constantes idealizações do valor das artes e da música na formação do

ser humano social, dentre outras perspectivas.

Papel fundamental é prestado pela investigação científica acadêmica, mesmo compreendendo ainda o distanciamento da pesquisa e a prática, como coloca Bellochio ao fazer referência a Tardif (2002, p. 290)

Reservados os propósitos da pesquisa, para uns e outros, o que se tem percebido é que pesquisas produzidas estão distantes das práticas concretas dos professores e são demasiadamente fragmentadas, não conseguindo articular grupos em torno de si. Em consequência “tem pouco ou nenhum impacto nas práticas profissionais”. (BELLOCHIO, 2003, p.40)

Porém, é fato que a pesquisa em educação musical contribui bastante para essa fomentação do ensino de música (Arroyo 2008, Bellochio 2003, Del Ben 2003), dando novos direcionamentos, novas metodologias, atualizando os dados e as práticas que estão sendo realizadas no país e também no mundo.

Não se pode deixar de citar aqui a importância de Associações como ABEM (Associação Brasileira de Educação Musical) e ANPPOM (Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Música) nesta “cultivação” do conhecimento, além de inúmeros cursos de licenciatura em Música que acrescentam a cada ano a formação de um pensamento acadêmico sobre a aprendizagem do conhecimento musical.

Como bem se expressa Bellochio sobre a pauta atual da pesquisa:

Parece-me que as pautas narrativas da produção científica não se esgotaram e mantêm-se atuais e fecundas para novas discussões, na abrangência das produções científicas sobre e para a educação musical. (...) Se antes os focos das pesquisas giravam em torno da produção de conhecimento sobre e para uma educação musical de cunho mais formal e escolarizado, com o passar dos anos novos temas passaram a compor as pautas investigativas, tais como educação musical em situações não formais, processos de auto-aprendizagem, educação musical e mídias; educação musical em espaços alternativos, dentre outros. (BELLOCHIO, 2003, p. 39)

Estes desafios precisam ser encarados na prática. A educação musical precisa se vestir da contemporaneidade. Expressão essa pensada como o “hoje” ou o “bem próximo do hoje” (Arroyo, 2002), lembrando que hoje também se mantêm presentes as vivências da tradição, portanto é a forma de pensar o ensino de música na escola que deve ser constantemente atualizado.

Devemos partir do pressuposto que os estudantes trazem suas experiências sonoras e quase sempre relacionadas com o social muito presente em sua peculiaridade de indivíduo, assim a área precisa se ater de possíveis “conhecimentos” prévios. Jusamara Souza ao falar desta situação comenta que a área ainda “não tomou conhecimento dos “alunos” ou

“professores” como indivíduos que se relacionam com a música condicionada a muitos diferentes pré-conhecimentos e expectativas, impregnadas pelo social, pelo meio, pela educação, pela idade e pelos hábitos.” (SOUZA, 2001, p. 91).

Maura Penna sintetiza bem este pensamento

Acreditamos que o objetivo do ensino de música na escola é ampliar o alcance e a qualidade da experiência musical do aluno, e para tal é necessário tomar a vivência do aluno como ponto de partida para o trabalho pedagógico, reconhecendo como significativa a diversidade de manifestações musicais – sejam produções eruditas, populares ou da mídia. (PENNA, 2002, p. 18)

Não confundir aqui que devemos deixar de ensinar elementos da linguagem musical. Uma postura educacional não elimina a outra. Pelo contrário o discurso deve ser sempre para que a música tenha seu lugar de destaque em sua importância no ambiente escolar, inclusive com a disponibilização dos conteúdos próprios desta linguagem, evitando qualquer margem para que se acredite que a polivalência é algo aceitável.

Como argumenta Alda de Jesus Oliveira

É preferível ampliar as atividades escolares para o fazer musical, para a apreciação de músicas de vários gêneros, para a criação e improvisação ou outras competências fundamentais para o desenvolvimento como futuro apreciador, como músico amador ou mesmo profissional. (OLIVEIRA, 2006, p. 28)

Porém não se esquecendo da necessidade de não abrir mão de outros aspectos do ensino de música

Mas não há como abrir mão das muitas relações (nem sempre sonoras) que construímos com esse objeto sonoro e com as outras pessoas que estão em torno dele e de nós mesmos, principalmente se pensamos ou atuamos em contextos de educação básica. E esse, acredito, é nosso grande desafio como formadores e como professores de música, pessoas que, intencionalmente, “interferem” na relação de outras pessoas com a música. (DEL BEN, 2003, p.8)

É preciso encarar que constantemente há uma resignificação dada pelos jovens do uso da música e o ensino de musical precisa estar atento a isso. Tem que estar apto a observar a necessidade dos grupos em relação à música, percebendo os novos valores e expectativas quanto ao aprendizado de música.

Não pode ser propósito substituir a pedagogia musical por entretenimento ou impor o gosto do educador aos alunos, mas sim entreter com fantasia e humor, a ponto de satisfazer a necessidade a qual eles têm direito: a necessidade de empolgação, tensão e relaxamento. Pois, afinal de contas, não só crianças, mas também adultos e jovens querem se divertir com a música, e não “aprender”(...)” (SOUZA, 2009, p. 11)

Um destes aspectos são as novas mídias que surgem e a Educação musical precisa estar atenta, pois elas trazem novas relações das pessoas com as músicas. Souza destaca em seu texto essas relações

As transformações tecnológicas configuraram novas formas de aprender e ensinar música presentes na educação musical contemporânea. As tecnologias possibilitaram a vivência simultânea de sons, imagens e textos. Novas conexões tornaram-se possíveis, produzindo diferentes sociabilidades. Para os educadores musicais, tornou-se imperiosa a necessidade de compreender as condições de produção de sentidos que as tecnologias eletrônicas promovem nas experiências pedagógico-musicais dos alunos. (SOUZA, 2009, p. 8)

A Educação Musical precisa fazer a música importante dentro da escola; bem mais que importante, necessária; bem mais que necessária, concretizada no currículo básico dos vários ensinos. Portanto, tem que ser importante, necessária e concreta como promotora de conhecimentos essenciais ao tipo de pessoas que queremos formar. Só assim um dia perceberemos mudanças educacionais que envolvam os conteúdos musicais.

Para isso é imprescindível ultrapassarmos barreiras antigas, que estão tão presentes que parecem atuais. Uma delas é que pode estar no início da mudança pela permanência das artes na escola como ensino de Artes, incluindo a música é a busca pelo conhecimento específico e a valorização deste conhecimento.

A escola precisa ser lugar de perspectiva de trabalho dos muitos licenciados em música que se formam a cada ano. Há um aumento dos cursos de licenciatura em música no Brasil como um todo, mas estes profissionais têm preferido escolas especializadas. É o que retrata Penna a partir de suas pesquisas

Parece haver, portanto, uma preferência pela prática pedagógica e pelo exercício profissional em diversos tipos de escolas de música, em detrimento da atuação nas escolas regulares de educação básica – ou seja, em detrimento do ensino de música no espaço curricular de Educação Artística ou de Arte, que tem, a princípio, um maior alcance social. Nessa afirmação não há nenhuma crítica pessoal às escolhas de cada um, mas um questionamento ao descompromisso da área com a educação básica e com a escola regular. (PENNA, 2002, p. 17)

Tal predileção acarreta que, enquanto profissionais que não trazem em sua formação os referenciais fundamentais do ensino de Artes, estiverem dando aulas no lugar de um licenciado em área específica da arte, este ensino pode sempre ser direcionado a fugir de seus propósitos. Pode-se ter aulas de Artes que pouco privilegie o ensino de música e, em casos mais graves, estas aulas serem substituídas por aulas de reposição de outros conhecimentos, que não os artísticos/musicais.

Penna (2002) relata que apenas 9 (nove) professores em João Pessoa eram formados em música há época da sua pesquisa. Fato parecido foi relatado por Del Ben (2003) ao analisar em seu artigo os dados da pesquisa de Hirsch (2007) e perceber que apenas 2,2% dos professores trabalham somente a modalidade música. Assim afirma a pesquisadora

O que esses estudos de levantamento também nos mostram – e isto, talvez, nos incomode e leve vários autores a falarem no desaparecimento da música na educação básica – é que é bastante reduzido o número de professores licenciados em música (ou em educação artística com habilitação em música) atuando nas escolas, assim como são raras as escolas públicas que oferecem aulas de música como disciplina curricular. (DEL BEN, 2003, p.4)

Um direcionamento capaz de melhorar a qualificação para o ensino de artes/música na escola é a formação contínua que deve ser meta individual de cada profissional, mas que deve também ser disponibilizada pela rede de ensino em que se quer um trabalho mais apurado na escola.

Um artifício que pode favorecer estas formações é a inclusão de mais disciplinas de formação em música nos cursos de licenciatura. Imprescindível que seja nos cursos de pedagogia para que este profissional, que é o único habilitado para o ensino nas séries iniciais e no infantil, possa ter um trabalho com música mais consubstanciado favorecendo assim a ampliação do ensino de música no ambiente escolar. Defendem esta proposição pesquisadores como Sérgio Figueiredo (2013) e Bellochio (1999, 2000) dentre outros pesquisadores.

Professores que atuam nos anos iniciais da escola, habilitados nos cursos de pedagogia, poderiam se tornar aliados no desenvolvimento de atividades musicais na escola, a partir de formação adequada durante o curso universitário e também em ações de formação continuada. (FIGUEIREDO, 2013, p. 37)

Outro aspecto a ser reparado, herdado da antiga Educação Artística, é o processo polivalente de ensino aprendizagem em sala de aula. Algo que foi durante anos e ainda se configura como processo de ensino em artes nas escolas.

Como coloca Penna, foi inclusive diretriz do Conselho de Educação na época

Conforme Resolução n.º 23/73–CFE e Parecer n.º 540/77–CFE, respectivamente. A postura do CFE – Conselho Federal de Educação, em seu Parecer no 540/77, era bastante clara: “A Educação Artística não se dirigirá, pois, a um determinado terreno estético.” E adiante: “A partir da série escolhida pela escola, nunca acima da quinta série, (...) é certo que as escolas deverão contar com professores de Educação Artística, preferencialmente polivalente no 1º grau. (PENNA, 2002, p. 11)

Ou mesmo nos argumentos de Figueiredo

A pressão dos administradores escolares na manutenção do modelo onde um professor seria responsável por todas as áreas tem um fundo econômico evidente: um professor custa menos do que 4 professores. Outra razão também poderia estar relacionada com o hábito de se fazer um pouco de cada linguagem artística na disciplina de educação artística, de forma superficial, sem maiores compromissos com o desenvolvimento de habilidades e competências relativas a cada linguagem artística. (FIGUEIREDO, 2013, p. 35)

Processo de ensino este ferrenhamente combatido por pesquisadores como Figueiredo, 2004a, 2004b; Fonterrada, 2005; Penna, 2002, Tourinho, 1993; na qual me utilizarei da palavra do professor Sérgio Figueiredo que, ao citar alguns destes, sintetiza o pensamento geral da área para com a polivalência

Barbosa (2001, p. 48) considera que a polivalência é “uma versão reduzida e incorreta do princípio da interdisciplinaridade” que foi desenvolvida em escolas norte-americanas, mas introduzida no Brasil de forma distorcida. Fonterrada (2005) enfatiza a falta de preparação dos professores de educação artística com relação às expectativas educacionais da época. Duprat (2007) lastima que a educação artística produziu “efeitos devastadores” que perduram até os dias atuais. (FIGUEIREDO, 2013, p. 35- 36)

Cada linguagem artística merece ter sua participação no cronograma escolar, mas cada professor que tem sua formação específica ou mesmo sua formação artística deve poder trabalhar os conteúdos de sua linguagem, que já é extremamente complexa em si.

Os profissionais precisam se sentir confortáveis nas suas funções docentes em música e ter uma identidade ou perfil de atuação clara da profissão de Educação Musical para que a sociedade brasileira possa, em retorno, defender sua necessidade e permanência perante o sistema educacional. A área de música já é bastante diversa e requer muitas habilidades, experiências e saberes acumulados. (OLIVEIRA, 2006, p. 26)

Não se tem a soberba pretensão nestas poucas linhas de abranger todas as dificuldades que cercam o processo de implementação da Educação Musical nas escolas básicas, nem mesmo levantar todos os questionamentos e os argumentos que já existem nos inúmeros estudos e pesquisas já divulgadas no meio acadêmico.

Porém definem-se aqui pontos que vão sobressair na realidade então pesquisada e poderão se refletir nos dados coletados. Sendo assim destaca-se no referencial teórico, ora apresentado, PENNA (2001, 2002, 2014), FIGUEIREDO (2013), DEL BEN (2010) nos estudos sobre as legislações pertinentes que viabilizam o ensino obrigatório de música na disciplina de Artes, também já compulsória na educação escolar básica e também argumentações críticas ao ensino polivalente que é recorrente no quadro educacional do Brasil.

Também ARROYO (2008), BELLOCHIO (2003), DEL BEN (2003), para definir o conceito de Educação Musical e definir os parâmetros para este ensino na escola, além de direcionar as novas pautas da pesquisa em música neste aspecto. Se junta a essas colocações SOUZA (2001, 2009), ARROYO (2002), PENNA (2002) e a ressignificação do ensino de música que se precisa perceber no ambiente escolar, tais como compreender os conhecimentos prévios dos estudantes e as relações destes com a música na contemporaneidade e com o cotidiano.

Além da abordagem de questões pontuais, que estes estudos favoreceram a discussão como FIGUEIREDO (2013) e BELLOCHIO (1999, 2000), que levantam a possibilidade de o pedagogo auxiliar no ensino de música na escola, havendo para isso mais disciplinas de ensino de música no processo de formação deste licenciado. Também sobre a formação do professor de música e sua preferência por ambientes especializados de ensino de música, indicando uma necessidade de uma maior valorização da escola básica, argumentados por PENNA (2002), DEL BEN (2003, 2005), FIGUEIREDO (2013).

Por fim, o que fica dos trechos escritos neste tópico, é o quanto é urgente a mudança nos quadros escolares para que possamos ter uma Educação Musical com efetividade no processo de ensino brasileiro, mas fica também a necessidade de destacar os avanços legais e de opiniões da importância da Música no contexto escolar.

Portanto, conhecendo detalhes das lutas levantadas, das discussões já de muito rebatidas, das definições e espaços já alcançados, poder-se-á compreender os dados levantados em Sobral e fazer uma reflexão coerente. Podendo se ter um levantamento condizente e que resulte reflexões preponderantes para a Educação Musical local e habilita-se dizer, regional e federal.

3.2 Metodologia

Desta forma para descrever o contexto atual do ensino de Música na disciplina de Artes, que é o cerne deste levantamento, na qual se apresentará como resultado final, nesta dissertação de mestrado, para o Mestrado Profissional em Artes (PROFARTES) da Universidade Federal do Ceará (UFC), se apropriará como método de investigação da Pesquisa de Levantamento, também conhecida como Survey, não só por sua tradução literal, mas dada a comparação que podemos fazer quando Fowler descreve a Pesquisa de Levantamento como:

O objetivo do levantamento é produzir estatísticas, isto é, descrições quantitativas ou numéricas sobre alguns aspectos de uma população. A principal forma de coletar informação é por meio de perguntas feitas às pessoas; suas respostas constituem os dados a serem analisados. Em geral, a informação é coletada apenas sobre uma fração da população, isto é, uma amostragem, e não sobre cada membro dela. (FOWLER, 2011, p.11-12).

E Earl Babbie, ao exemplificar um Survey, o descreve como:

Seleciona-se uma centena de amostras de estudantes da totalidade do corpo discente. Um questionário é elaborado para obter informações (...). Os questionários são aplicados à amostra de alunos, através de pesquisas pessoais (...). As respostas de cada estudante da amostra são codificadas de forma padronizadas e registradas de forma quantitativa. (BABBIE, 2003, p. 77).

Por conseguinte, percebe-se pela similaridade, que não se encontra tão somente nesta descrição, mas em toda estrutura de elaboração desta metodologia, que ao se falar em Pesquisa de Levantamento estará se falando do Survey. E nesta narrativa estará se utilizando das duas terminologias.

Assim para esta pesquisa se utilizará de um Survey Amostral Interseccional, pois os dados serão colhidos em apenas um determinado tempo, tendo como objetivo descrever uma população a partir de uma amostra, podendo ser gerado, inclusive, a partir do levantamento de dados explicativos do contexto educacional pesquisado.

Com o objetivo de generalizar as informações obtidas para toda população, far-se-á a seleção de uma amostra da população, pois esta é uma das vantagens da pesquisa de levantamento, poder validar os resultados da amostra para a população, como confirma Fowler: “Os pesquisadores normalmente não têm interesse nas características de uma amostragem em si. A razão para coletar os dados é alcançar conclusões sobre uma população inteira.” (*Opus cit.*, p. 52).

Esta metodologia se torna eficaz, para esta pesquisa, justamente por esta característica própria de validação a partir de uma amostra. Seria inviável ser feito a pesquisa em todas as instituições de ensino, que fazem parte das possibilidades de escolha para esta pesquisa, porque se pretende a aplicação direta do questionário ao profissional, como será explicitado abaixo na coleta de dados. Isso tornaria impossível, em curto espaço de tempo, percorrer territorialmente as escolas em questão, além de prever outros percalços possíveis que possam ocorrer, por exemplo, nem todos os profissionais poderem ser contatados, nem todas as escolas permitirem o acesso as informações e/ou a negação de preenchimento do questionário, até mesmo o simples desleixo de não responder por não entender a importância

do projeto.

3.3 Coleta de dados

A coleta dos dados se deu pela aplicação de um questionário junto aos professores de Artes que lecionam a disciplina no ensino fundamental na rede municipal de ensino de Sobral.

Quanto à confecção e aferição do questionário, este foi construído tomando como referência o que se pretende pesquisar e o contexto estudado. Após a produção do mesmo e antes de ir a campo, foi aplicado um teste piloto. Destaca-se que estes dados obtidos no pré-teste não serão inclusos nessa pesquisa.

Ainda do momento da qualificação foi apresentado um questionário provisório que passou por análise da banca e, deixando sua contribuição, possibilitou o aperfeiçoamento do mesmo. Só então foi aplicado o protocolo de pesquisa de testes com dois professores de Artes de escolas básicas de regiões diferentes. O objetivo era verificar quais mudanças ainda seriam necessárias no questionário a partir da visão do professor de Artes de sala de aula.

Com o protocolo revisado e em condições de responder a investigação a que se interessa expor, foi então direcionado para a aplicação com a amostra da população-alvo desta pesquisa.

Especificamente, como população, tem-se neste estudo todas as escolas de ensino fundamental que possuem as séries finais, que sejam do 6º ao 9º ano, numa totalidade de 32 (trinta e duas) escolas, como mostra a tabela 1 (vide página 18).

Para uma melhor precisão no resultado da avaliação foi adotado um processo por amostragem probabilística, onde todos os indivíduos têm a mesma probabilidade de escolha para compor a amostra, ficando, portanto, a análise com mais lisura. “Se procedimentos de amostragem probabilística são usados, a precisão das estimativas da amostra pode ser calculada.” (FOWLER, 2011, p. 30)

Observando, ainda, a moldura de amostragem (tabela 1), percebe-se que esta amostra se encontra estratificada, que é quando “em vez de selecionar a amostra da população total em geral, você garante que quantidades apropriadas de elementos sejam tirados de subconjuntos homogêneos da população.” (BABBIE, 2003, p. 137-138), pois para facilitar a escolha dos elementos da amostra preferiu-se subdividir a população por sua localização geográfica, ou seja, escolas de ensino fundamental que correspondem a esta pesquisa

identificada como rural, designação dada pela própria rede educacional local, mais as escolas consideradas distritais e, ainda, as localizadas na sede. Além destas, se acrescentam os colégios de tempo integral que também tem características específicas para esta pesquisa, configurando como potenciais indivíduos para a amostra.

A escolha das escolas ocorreu de maneira aleatória, pois todas tinham as mesmas possibilidades de participação na amostragem. Assim abrangeu-se uma amostra de 13 (treze) escolas da rede municipal de ensino de Sobral, de um total de 32 (trinta e dois) estabelecimentos educacionais, que possuem característica para participar desta pesquisa. Destas, uma escola considerada rural, 2 (duas) escolas do distrito e 10 (dez) escolas localizadas na sede, dentre elas um colégio de tempo integral, estas doze últimas consideradas urbanas. Atingindo, cerca de 40% do número total de escolas, garantindo um percentual significativo do todo analisado, tanto no que diz respeito a validação dos dados como também no que tange a uma escolha de escolas com ambientes formativos bem diferenciados.

Neste público, foi aplicado o protocolo da pesquisa que, preferencialmente, se deu em um encontro presencial com o professor de Artes em seu local de trabalho, ou seja, *in loco*, na qual respondeu ao formulário, em forma de ofício. Evitou-se, neste processo, um questionário auto-administrativo, somente caso a comunicação não fosse possível diretamente se utilizaria deste artifício, o que não foi necessário.

Fato que convém mencionar, na Secretaria Municipal de Educação de Sobral, em algumas escolas são lotados dois professores de Artes, cada um assumindo 20 horas/aulas por semana. Sendo assim, teremos nos resultados, os dados de mais professores que o número de escolas, pois em três escolas foram aplicados o instrumental com os dois profissionais lotados na disciplina de Artes, totalizando então 16 (dezesseis) questionários preenchidos.

Foi feito, também, em todo o texto da dissertação uso de informações possibilitadas via internet, boletins, periódicos, jornais, bem como, dados de pesquisas de institutos, levantamentos, estatísticas que descrevem e contextualizam a educação, a arte e a cultura de Sobral. Buscou-se levantar dados de quantitativos de matrículas, escolas que possuem professor de Artes, contatos dos mesmos, diretrizes para o ensino de Artes e especificamente de Música e informações que venham a ser necessárias durante o processo dialógico com os dados da investigação em questão.

4 LEVANTAMENTO DA IMPLEMENTAÇÃO DO ENSINO DE MÚSICA NA DISCIPLINA DE ARTES EM SOBRAL: EXPOSIÇÃO, ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS

A partir de agora se descreverá o resultado da coleta que é objeto desta investigação, onde foi aplicado um questionário com 16 (dezesseis) professores da disciplina de Artes de 13 (treze) escolas da rede municipal de ensino público de Sobral.

O instrumental utilizado para obtenção dos dados desta pesquisa foi formulado com questões fechadas e que pudessem descrever com mais clareza o contexto pesquisado. Para uma melhor formatação, e mesmo uma melhor catalogação e obtenção dos resultados, o questionário foi elaborado utilizando-se uma ferramenta de levantamento de dados de mídia online chamada Formulários Google, na qual permite ainda arquivar os dados coletados e automaticamente faz uma planilha de todos os resultados obtidos, permitindo que a avaliação seja mais precisa.

Gerado o formulário de pesquisa, este foi impresso e respondido, pessoalmente, pelo professor de Artes, que tinha a sua disposição uma variedade de perguntas de caráter objetivo, com alternativas únicas, em alguns casos, e de múltiplas escolhas, em outros. Neste levantamento, nenhuma das questões foi feita de forma subjetiva. Após o preenchimento dos dados estes foram alimentados na ferramenta Formulários Google para que se configurasse a catalogação dos mesmos e, a partir daí, se fizesse o processo que se segue, de exposição, análise e discussão destas informações.

O questionário foi construído pensando em questões relevantes que pudessem retratar a forma que se dá a Educação Musical em sala de aula na escola pública de Sobral. Portanto, com questões que se tornam amplas, pois é de interesse de várias pesquisas, como estrutura, currículo, formação do professor, se os direcionamentos são embasados nas leis e diretrizes nacionais, além de perguntas que caracterizam o contexto local como: os projetos que a escola tem; o processo de formação continuada que foi a forma que a Secretaria Municipal de Educação (SME) encontrou para desenvolver o ensino de Artes dentro da escola; a estrutura física e recursos materiais, dentre outras indagações.

O propósito é descrever como se dá o ensino de Música na disciplina de Artes. Sendo assim dividiu-se o questionário em tópicos relevantes para essa descrição, tais quais: 1) Dados gerais da escola; 2) O ensino de música na disciplina de Artes; 3) Quanto a escola; 4) Quanto aos professores da disciplina de Artes; 5) Quanto aos alunos, na percepção do

professor de Artes. Nestes tópicos, que serão descritos a seguir, traz-se a caracterização do processo de ensino/aprendizagem de música no currículo regular de educação municipal de Sobral.

Dos dados obtidos, buscou-se trazer neste estudo os que se tornam mais relevantes para esta investigação, evitando-se uma apresentação exaustiva e redundâncias, culminando no resultado final, que possibilitou a descrição exposta nos tópicos seguintes. O modelo final do questionário encontra-se no Apêndice A na página 93.

Partindo do pressuposto que o professor lecionaria os conteúdos da linguagem musical, se expôs perguntas que vinham a identificar as particularidades deste ensino. Caso relevante que se encontrou foi a negação de resposta por parte de alguns professores ou mesmo da não permissão por parte do núcleo gestor para que o profissional respondesse este questionário argumentando que nesta disciplina seria lecionado conteúdos de reforço escolar, ou Português ou Matemática, fato que pretende-se ater nas considerações finais.

Ainda pela forma que as questões foram postas seria possível ao profissional que apenas leciona uma única modalidade artística deixar claro em sua forma de trabalho esta particularidade, porém alguns professores relataram que preferiam não responder ao questionário, pois como trabalhavam apenas uma linguagem específica, e esta não era música, entendia que não contribuiria com a pesquisa, fato que será também objeto de reflexão nas considerações à frente.

Sendo assim os dados levantados com os 16 (dezesesseis) professores, de 13 (treze) escolas, que aceitaram responder o questionário, traz uma realidade de como efetivamente aqueles que estão lotados nesta função tem trabalhado ou não a música em sala de aula. Somam-se a isto, essas especificidades descritas acima e poderemos ter um diagnóstico de como está sendo a implementação do ensino de música na disciplina de Artes dentro do currículo escolar em Sobral.

Para uma melhor interpretação foram acrescentados gráficos logo em seguida do parágrafo que expõe os dados de cada pergunta. Para algumas informações, por estarem muito claras, não se achou necessária a construção da ilustração concernente. Os gráficos trazem os dados realmente gerados, portanto, as alternativas que não tiveram respostas, não são representadas nos mesmos, por uma questão de concisão e melhor interpretação das informações.

Segue-se nos tópicos a frente o resultado da pesquisa ora explicitada. Preferiu-se descrever os dados concomitantemente com a análise dos mesmos, por uma questão de

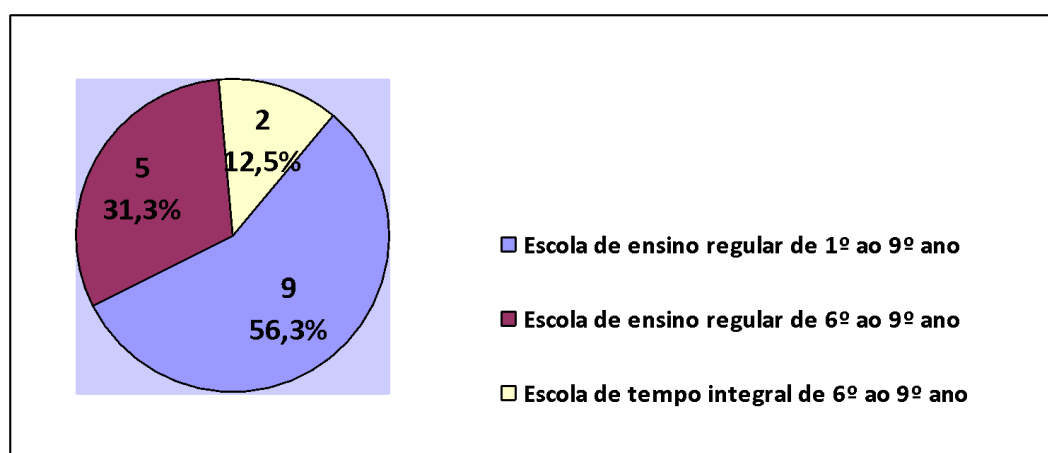
organização textual e principalmente para que se torne uma leitura mais clara, ao mesmo tempo que confortável, na medida que vão se expondo as informações e as refletindo conforme o referencial teórico estudado.

4.1 Dados Gerais

A partir de agora todos os dados mencionados são dos 16 (dezesesseis) questionários respondidos concernentes a 13 (treze) escolas visitadas. Visto que em três destas escolas estavam lotados dois professores de Artes e os mesmos se disponibilizaram em responder, foram geradas três respostas a mais que o número de escolas visitadas. Não está incluso aqui os dados referentes aos que optaram por não responder.

Das 13 (treze) escolas, segundo os professores da disciplina de Artes, temos nesta pesquisa nove (56,3%) mencionando que a escola tem o ensino regular do 1º ao 9º ano, é interessante ressaltar que as escolas do distrito e a escola rural fazem parte destas que tem que abranger todo o ensino fundamental e o infantil também; ainda cinco (31,3%) ensinam em escolas que tem apenas do 6º ao 9º ano regular e dois (12,5%) trabalham na escola de tempo integral e, portanto, lecionam do 6º ao 9º ano. Esclarecendo que na escola de tempo integral os estudantes têm aulas nos dois turnos escolares, diferentemente das escolas regulares.

Gráfico 1 – Classificação das escolas de Sobral pesquisadas quanto ao ensino ofertado.

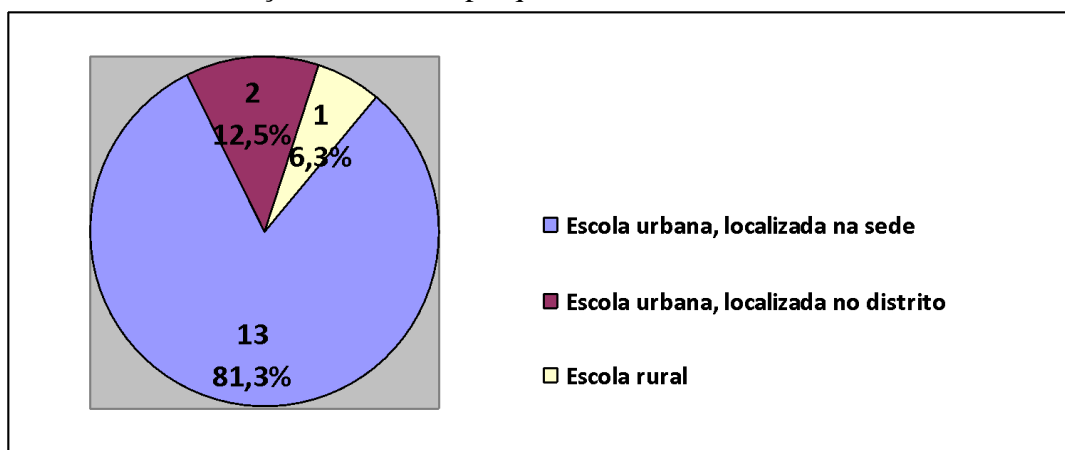


Fonte: Dados da pesquisa/ Pergunta 2 do questionário.

Destas escolas, 10 (dez) são localizadas na sede, 2 (duas) são distritais e 1 (uma) é rural. Sendo ainda, por sua estrutura física, divididas em escola de nível A, com mais de 701

alunos, doze (75%) dos professores trabalham neste tipo de escola; de nível B, entre 401 e 700 alunos, dois (12,5%) lecionam neste tipo de escola e ainda dois (12,5%) ensinam em escola de nível C, com menos de 400 alunos.

Gráfico 2 – Localização das escolas pesquisadas.



Fonte: Dados da pesquisa/ Pergunta 3 do questionário.

Estas classificações permitem perceber se há diferenças de posicionamentos para o ensino de artes pela estrutura que se apresenta ou pela localização, ou se, independente da localização, quantidade de alunos, estrutura física e o ensino ofertado, a disciplina de Artes se desenvolve com características uniformes em toda a rede.

A princípio, não se percebeu que há diferença de ensino por estas características apresentadas. Mesmo tendo uma maior quantidade de escolas de nível A na rede educacional de Sobral, o direcionamento para as escolas de nível B e C é o mesmo, contemplando que a disciplina de Artes seja dada no currículo. É o que se constata ao ver que há lotação de professores desta disciplina em escolas de tamanhos diferentes e localizações diversificadas.

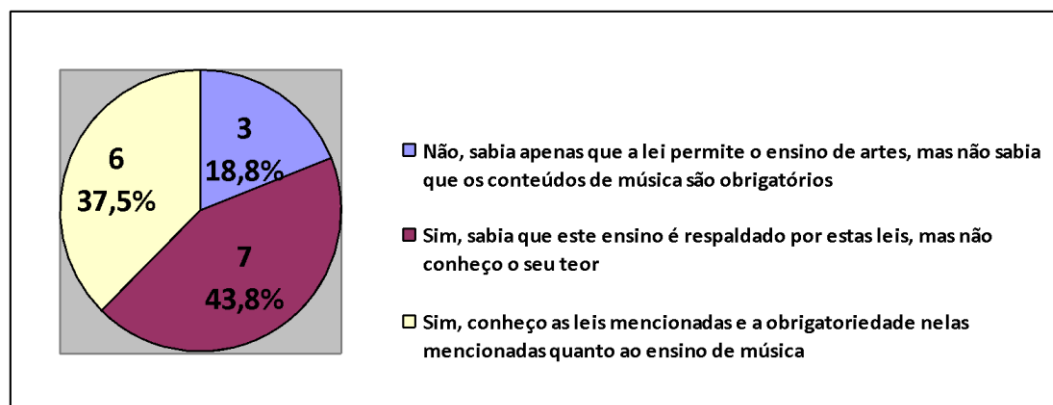
4.2 O Ensino de Música na Disciplina de Artes

Neste tópico se descreverá de maneira geral o ensino de Artes na escola em Sobral e se retratará como a música se encaixa neste processo educativo. Relatar-se-á aqui se estas aulas ocorrem dentro do currículo, como consta na lei; se o professor tem conhecimento sobre as leis que autorizam o ensino de artes e música na grade regular de ensino; se há diretrizes regionais ou se segue diretrizes nacionais como parâmetro, ou seja, como é o desenvolvimento dos conteúdos da linguagem musical na disciplina de Artes.

Inicialmente, se fez necessário saber se há da parte do educador, lotado na função de professor de Artes, consciência das leis que embasam este ensino e, especificamente, se conhecem a lei que torna o ensino de música compulsório na educação básica como as demais disciplinas do currículo. Assim foi perguntado se é do conhecimento deles a LDB 9.394/96, que institucionaliza Arte como uma disciplina do currículo básico e se conheciam também a Lei 11.769/08, que diz que o ensino de música é obrigatório, porém não exclusivo da disciplina de Artes. Cabe salientar que no momento da pesquisa não se havia aprovado a Lei 13.278/16 que modifica o texto da LDB em relação ao ensino de artes estabelecendo não só música, como dança, artes visuais e teatro como conteúdo obrigatório.

Porém, direcionando especificamente a música, nas duas leis tem-se a sua obrigatoriedade garantida. Dos 16 (dezesseis) professores participantes, três (18,8%) não conheciam da obrigatoriedade do ensino de música, mas informaram saber que Artes é disciplina regularizada pela LDB 9.394/96; sete (43,8%) afirmaram conhecer que é respaldado o ensino de música na escola, porém não conhecem o teor desta lei e seis (37,5%) dos professores comentaram estar cientes das leis e conhecer seu teor.

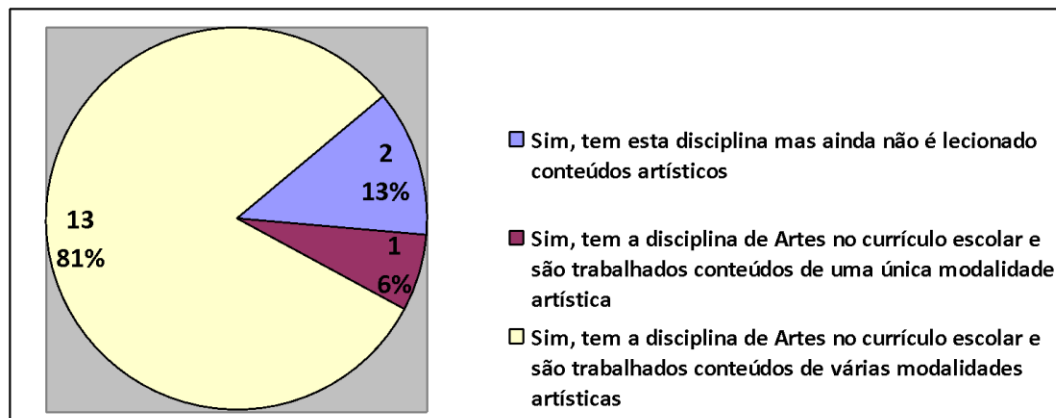
Gráfico 3 – Quanto ao conhecimento das leis que tornam Artes e Música obrigatórios no currículo escolar (LDB 9.394/96 e Lei 11.769/2008).



Fonte: Dados da pesquisa/ Pergunta 5 do questionário.

Perguntado se na escola tem a disciplina de Artes, todos responderam que sim, ou seja, 100% dos que preencheram os questionários, dois (12,5%) afirmaram ter a disciplina, mas ainda não são lecionados conteúdos artísticos, um (6,3%) confirmou ter a disciplina, porém se trabalha apenas conteúdo de uma modalidade artística e treze (81,3%), relataram ter a disciplina e que nesta são trabalhados conteúdos de todas as linguagens da arte.

Gráfico 4 – Existência da disciplina Artes na escola.



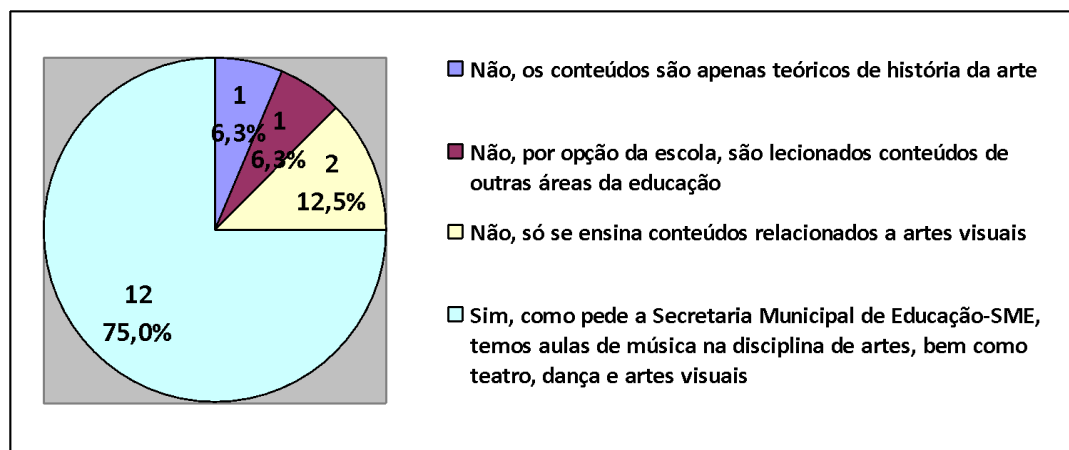
Fonte: Dados da pesquisa/ Pergunta 6 do questionário.

Percebe-se aqui um direcionamento para o ensino polivalente bastante combatido nos estudos que tratam da disciplina Artes na escola (Figueiredo, 2013; Penna, 2001, 2002, 2014; Oliveira, 2006; Del Ben, 2010), herança da extinta Educação Artística que constava na LDB de 1971. É consciência comprovada nestes estudos que esta não é a melhor forma de trabalhar artes, na medida em que se incorre no risco de não ser lecionada com qualidade as diversas linguagens artísticas, já que o profissional tem uma formação e não precisa obrigatoriamente saber dos outros conhecimentos.

Ocorre muito este fato pela falta de espaço no currículo, pois a disciplina de Artes tem uma a duas aulas semanais somente, enquanto Matemática e Português tem de 4 (quatro) a 6 (seis) aulas, mostrando uma desvalorização institucional da disciplina de Artes. Também, por não ter professores suficientes formados na área das artes é que estabelecimentos educacionais se valem ainda desta forma de trabalhar. Algo que não se sustenta mais devido ao constante crescimento de cursos superiores no Brasil e das discussões bastante frequentes do valor da música na formação social do cidadão (Arroyo, 2002, 2008; Bellochio, 2003; Souza, 2001, 2009).

Perguntado ainda se música seria uma destes conteúdos trabalhados na disciplina, quatro (25%) informaram que não e doze (75%) relataram que sim, como pede a SME, e afirmam ainda que os outros conteúdos de artes também compõem este processo. Destes, um (6,3%) afirmou ensinar somente conteúdos de história da arte; um (6,3%) ensina conteúdos de outra área da educação, não artes, e dois (12,5%) lecionam apenas conteúdos das artes visuais.

Gráfico 5 – Música na disciplina de Artes do currículo escolar.

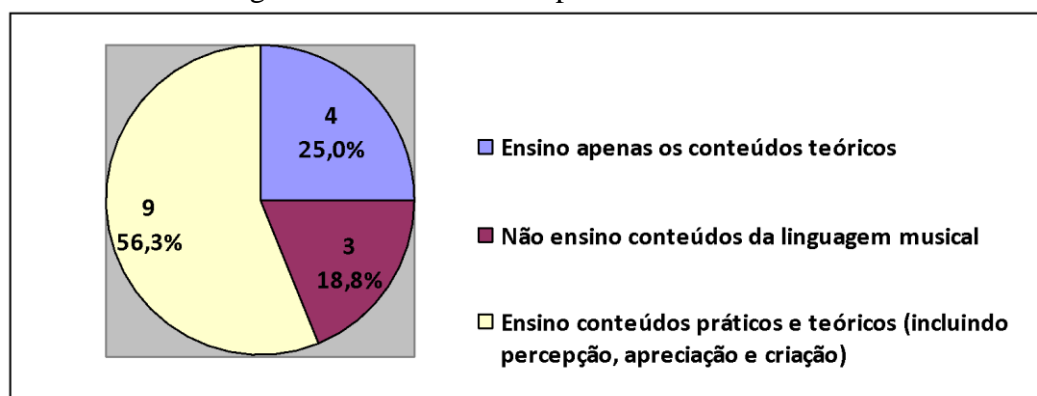


Fonte: Dados da pesquisa/ Pergunta 7 do questionário.

Destaco aqui, que na análise destes dois gráficos há uma divergência, pois se treze (81,3%), no gráfico 4 (quatro), afirmaram ter todas as modalidades artísticas e apenas doze (75%), neste quinto gráfico, informam ter música, nos leva a crer que em, pelo menos um caso, a música ainda não entra como conteúdo lecionado, apesar de afirmar trabalhar todas as linguagens. Outra divergência se encontra no fato de que dois (12,5%) relataram não trabalhar conteúdos artísticos e agora apenas um faz essa afirmação, porém outro menciona que trabalha conteúdos de história da arte, o que nos leva a crer que este não considera este assunto componente de um plano pedagógico de arte.

Tentando compreender como se dá estas aulas, uma das questões perguntada foi como o professor ensina música em sala. Três (18,8%) afirmaram não trabalhar com música em sala de aula, quatro (25%) confirmaram trabalhar apenas conteúdos teóricos e nove (56,3%) relataram trabalhar conteúdos práticos e teóricos, na perspectiva de percepção, apreciação e criação.

Gráfico 6 – Abordagens da Música na disciplina de Artes.



Fonte: Dados da pesquisa/ Pergunta 8 do questionário.

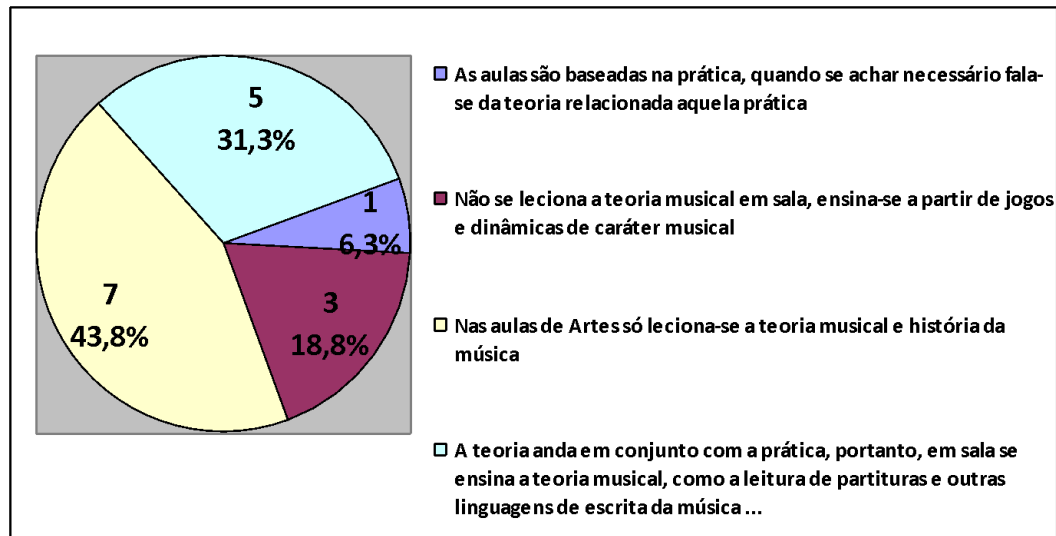
Neste ponto da pesquisa pode-se já direcionar algumas reflexões. Assim, dezesseis (100%) professores afirmam ter Artes na escola; doze (75%) destes informaram trabalhar com música nesta disciplina e agora temos quatro que (25%) trabalham apenas conteúdos considerados por eles como teóricos e somente nove (56,3%) se habilitam a trabalhar elementos práticos e teóricos.

Convêm mencionar que durante as visitas para aplicar o questionário, era recorrente a fala do professor com relação a não habilidade com música, veremos isso nos dados que falam da formação do professor mais a frente, mas que se auxiliavam de um material didático recentemente adotado pela Secretária Municipal de Educação de Sobral.

Este material se trata de uma coleção de livros específicos para cada turma escolar chamado Oficina de Música, das autoras Sônia Jardim e Magali Rodrigues, distribuído pela editora Rideel, o qual contém um livro didático para cada ano do ensino fundamental a partir do 5º ano ao 9º ano. Material este que pode ser o utilizado pelos professores que afirmaram trabalhar apenas conteúdos teóricos, assim como também o professor que trabalha apenas história da Arte pode se valer da história da música para compor este perfil de aulas teóricas.

Entendendo melhor como estes profissionais lidam com a teoria e com a prática, foi perguntado como se dá na aula de Artes o ensino/aprendizagem da teoria musical. Um (6,3%) informou trabalhar apenas a prática, se for necessário ele aborda a teoria; três (18,8%) relataram não lecionar teoria em sala, utiliza-se de jogos e dinâmicas musicais; cinco (31,3%) afirmaram trabalhar a teoria concomitante com a prática, incluindo até mesmo leitura de partitura, tablatura, etc; e sete (43,8%) confirmaram ensinar só teoria e História da música.

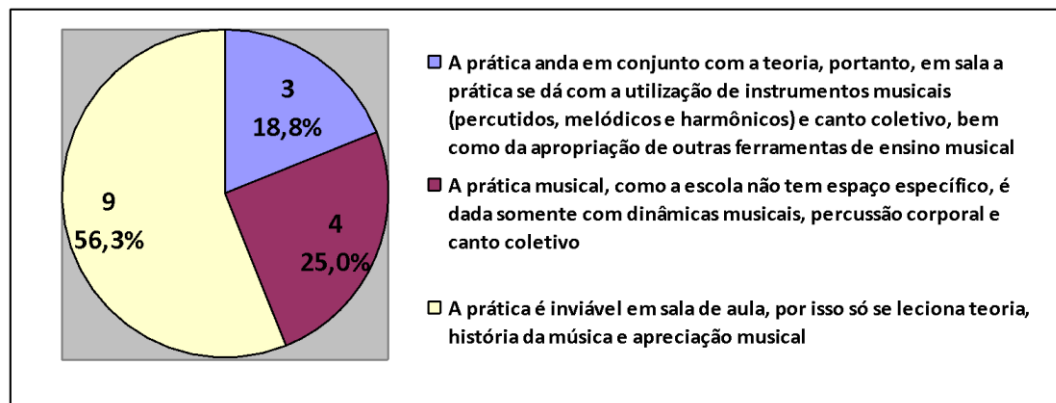
Gráfico 7 – O ensino da teoria musical na disciplina de Artes.



Fonte: Dados da pesquisa/ Pergunta 9 do questionário.

Perguntado sobre a prática musical na disciplina de Artes, três (18,8%) afirmaram que a prática anda em concordância com a teoria, sendo possível a utilização de instrumentos variados; quatro (25%) relataram que a prática musical não é possível e justifica que o problema é o espaço onde ocorre a aula e afirmam que são trabalhados conteúdos que possam ser abordados por dinâmicas e jogos musicais, percussão corporal e canto; e nove (53,6%) comentaram que a prática é inviável dentro de sala, se dedicando ao ensino da teoria, história e apreciação.

Gráfico 8 – A prática musical na disciplina de Artes.



Fonte: Dados da pesquisa/ Pergunta 10 do questionário.

Aqui aparecem situações importantes de se destacar. Primeiro, que é preponderante, o trabalho com aspectos que não envolvam a prática. Treze (81,3%) afirmaram que não é possível trabalhar com a mesma e apenas três (18,8%) relataram que faz esse tipo

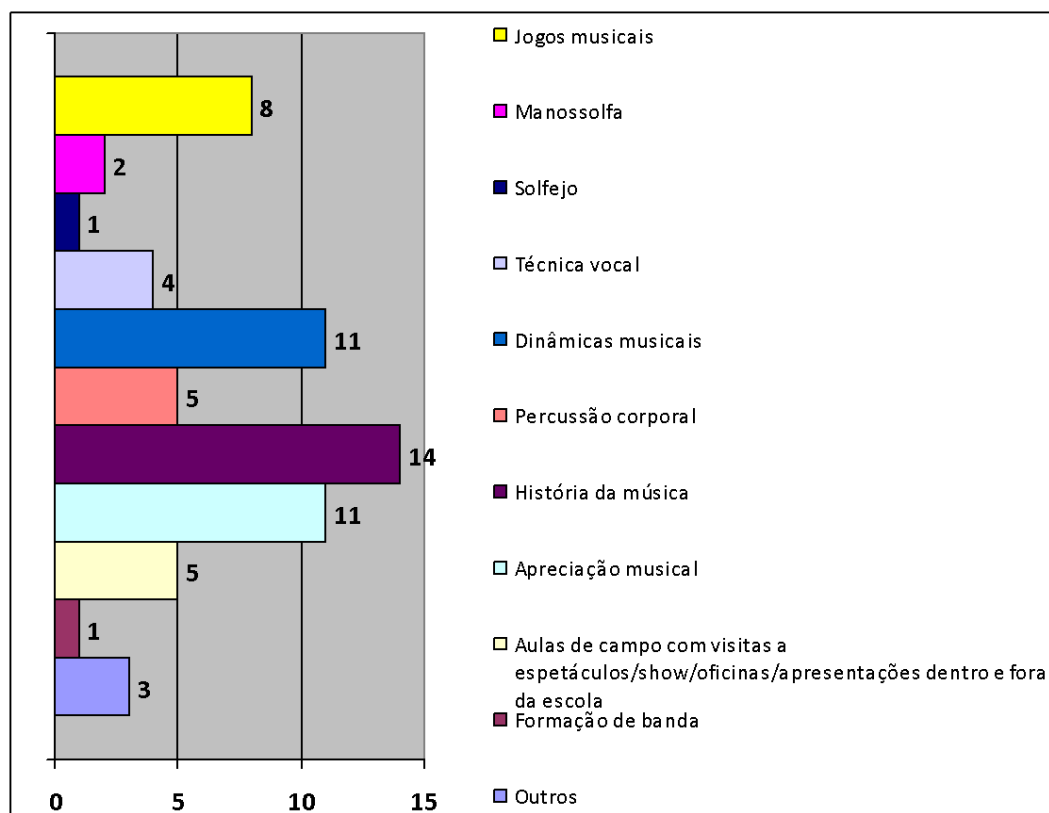
de abordagem em sala, o que levanta algumas questões como: o espaço não ser o adequado para o ensino de música, a possível não habilidade do professor em repassar tais conteúdos, a não aceitação das outras salas no momento de aula por ocasionar “barulho”, são algumas das possíveis justificativas desta grande abstenção da prática em sala de aula.

Em segundo lugar podemos destacar uma variedade de abordagens mencionadas como processo de ensino, o que caracteriza que estas aulas não são pautadas apenas pelo ensino formal. Alguns autores destacam que a Educação Musical não se dá apenas através do ensino formal. É preciso compreender os novos significados dados a música e ampliar as atividades sonoras na escola sem abrir mão de relações não sonoras, de aspecto social, imbricadas neste fazer educacional/artístico (Souza, 2001, 2009; Arroyo, 2002; Penna, 2002). Como expõe Jorgensen (1997), a Educação Musical tem que ser pensada como uma “colagem de crenças e práticas” e que existem inúmeras formas desta educação ser feita com “integralidade”.

Por outro lado, nos faz pensar também que talvez estas atividades não seguem a um direcionamento consciente, pois pode ser que haja da parte do professor um conhecimento superficial em música, gerando práticas didáticas esporádicas ou mesmo apenas reproduzidas em sala a partir da orientação do núcleo de formação contínua que a SME mantém.

Tentando ainda compreender como é desenvolvido o ensino de música em sala de aula, onde se percebe uma preferência por atividades diversas de cunho musical, pois há uma predileção por dinâmicas musicais, jogos musicais, percussão corporal, apreciação, é que se fez o questionamento para saber de que outras formas a música é abordada em sala de aula. Das respostas tem-se que oito (50%) utilizam-se de jogos musicais; dois (12,5%) da manossolfa; um (6,3%) do solfejo; quatro (25%) de técnica vocal; onze (68,8%) de dinâmicas musicais; cinco (31,3%) de percussão corporal; quatorze (87,5%) de história da música; onze (68,8%) de apreciação musical; cinco (31,5%) de aulas de campos e apreciação de espetáculos/show; e um (6,3%) informou formar bandas entre outras intervenções.

Gráfico 9 – Outras abordagens musicais na disciplina de Artes.

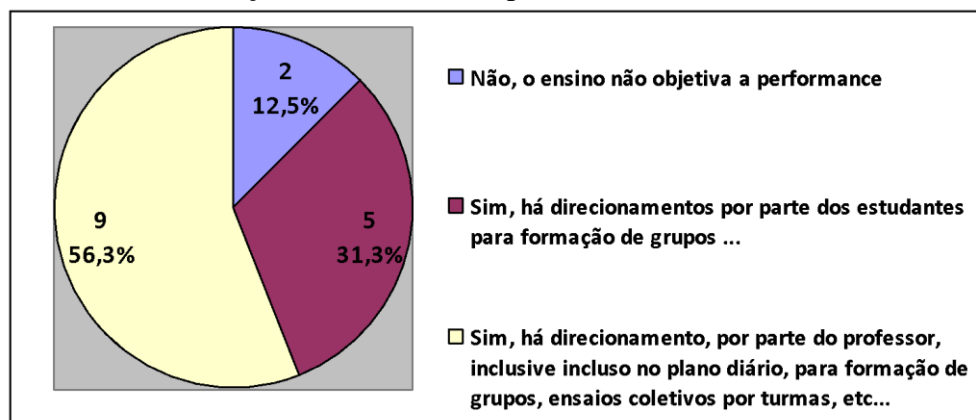


Fonte: Dados da pesquisa/ Pergunta 11 do questionário.

Por conseguinte, diante do apresentado, instiga-se vários questionamentos, tais quais: qual a compreensão de ensino de música que se tem na rede educacional de Sobral? Como é pensado o ensino de música pela SME, pela formação continuada e pelo próprio professor de Artes? Quais as bases que se fundam a Educação Musical no município? O trabalho desenvolvido em Sobral está ou não direcionado de forma coerente? São perguntas que merecem um estudo apropriado, que um levantamento apenas não é suficiente por si só a responder, porém são respostas necessárias para qualificação do processo educativo musical na escola em Sobral.

Foi interesse também saber se estas aulas direcionam para algum tipo de produção artística. Se constitui-se objetivo que os estudantes desenvolvam atividades de criação em artes e, se sim, qual seria o foco destas apresentações. Ao ser perguntado se a disciplina de Artes produz apresentações artísticas, dois (12,5%) relataram que a disciplina não objetiva a performance; cinco (31,3%) afirmaram que os próprios alunos é quem tomam a iniciativa de formar grupos artísticos; e nove (56,3%) comentaram ter direcionamento sim por parte do professor, inclusive incluso no plano pedagógico diário.

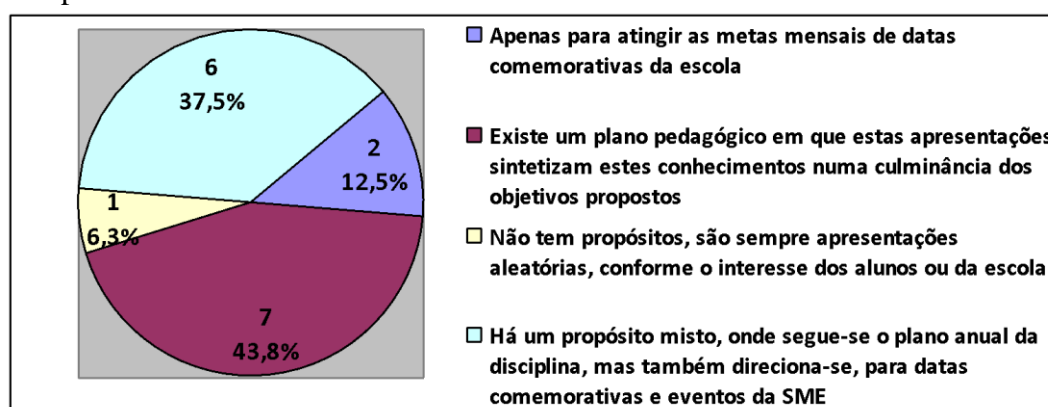
Gráfico 10 – Produção artística na disciplina de Artes.



Fonte: Dados da pesquisa/ Pergunta 12 do questionário.

Indagado sobre qual era o propósito destas apresentações/shows, que foram produzidas nas aulas de Artes e mesmo em outras atividades derivadas das oficinas de contraturno, um (6,3%) informou não haver um propósito, são apenas atividades esporádicas feitas por alunos; dois (12,5%) comentaram que o propósito é apenas as datas comemorativas anuais; seis (37,5%) relataram existir um propósito misto, pois se segue o plano curricular, mas que também tem que atingir as metas de eventos e datas comemorativas; e sete (43,8%) afirmaram ter um objetivo firmado em plano e que se sintetiza numa culminância do mesmo.

Gráfico 11 – Propósito das apresentações/show de produções artísticas da disciplina de Artes e de contraturno.



Fonte: Dados da pesquisa/ Pergunta 13 do questionário.

Interessante perceber que por parte de nove (56,3%) destes professores há uma indicação em plano para um processo de produção que é fundamental na compreensão do fazer artístico, mesmo visando datas comemorativas em oito (50%) desses, em contrapartida sete (43,8%) diz perseguir um propósito mais fundamentado do que apenas datas

comemorativas.

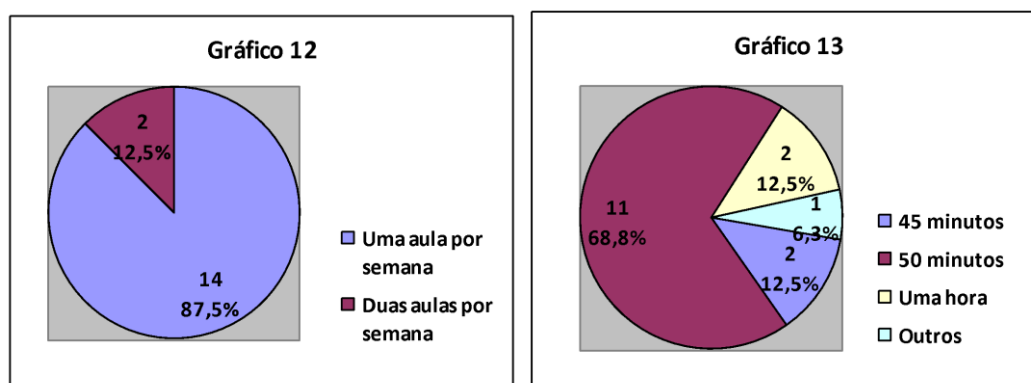
Sabe-se que muitas das vezes o profissionalismo e a boa vontade do professor não são suficientes para mudar concepções de utilidade da arte na escola, tendo que se submeter a propósitos esdrúxulos quanto ao seu trabalho, tais quais decorar a escola, pintar os muros da escola com desenhos, cantar no aniversário da secretária, estar pronto a toda circunstância de evento e data comemorativa, dentre outras várias atribuições, que se pensa, deva ser papel deste profissional.

Estes eventos esporádicos são essencialmente prejudiciais ao processo de ensino/aprendizagem em qualquer linguagem artística. Esta forma de abordagem de utilização da arte para meros acontecimentos, que não seja embasado de um estudo reservada a um plano, precisa ser repensado e é necessário direcionar as aulas para algo concreto em termos de pedagogias e processos didáticos (Souza, 2009; Del Ben, 2003; Oliveira, 2006).

Destaca-se também, neste discurso que é imprescindível a valorização e o respeito a este profissional, que se forma no mesmo tempo que os outros licenciados, que tem conhecimentos particulares como os outros professores, tão importantes quanto e que, portanto, não pode ser encarado de forma diferenciada.

Quanto à hora/aula de Artes e quantas acontecem no cronograma por turma, são ministradas em sua maioria, quatorze (87,5%) das respostas, apenas uma aula por sala nas escolas regulares, apenas nos colégios de tempo integral é que se oferta duas aulas por turma. Estas aulas duram de 40 (quarenta) minutos à uma hora, prevalecendo a aula de 50 (cinquenta) minutos, em onze (68,8%) das respostas obtidas.

Gráficos 12 e 13 – Quantidade de aulas de Artes por turma escolar e duração destas aulas.



Fonte: Dados da pesquisa/ Perguntas 14 e 15 do questionário, consecutivamente.

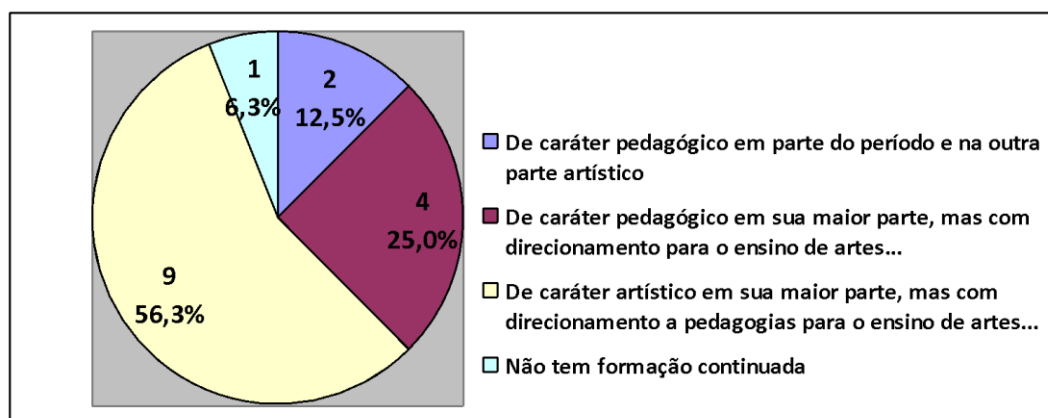
Percebe-se nestes dados, que as aulas de Artes seguem o mesmo padrão de hora/aula das outras disciplinas, mesmo sendo em menor frequência sua disponibilização. Destaco este fato por que, para confirmar, foi perguntado se estas aulas seriam ministradas dentro do programa curricular junto com as demais disciplinas e dezesseis, 100% dos respondentes, afirmaram que sim, como consta na LDB 9.394/96.

Agora, sabe-se que a disciplina de Artes compõe o rol de matérias a ser lecionada na escola básica deste município. Está claro que música, de alguma forma se encontra presente nestas aulas, com menor frequência, mas compõe. E já se dá para começar a entender como os conteúdos são abordados nestas aulas. Mas como é construída a base que permite que a música chegue ao acesso dos estudantes do ensino fundamental final?

A Secretaria Municipal de Educação mantém um núcleo de formação continuada e foi questionado sobre como se dá este processo formador do professor de Artes. Quinze (93.8%) dos professores afirmaram ter um curso de formação que acontece mensalmente, apenas um (6.3%) informou que nunca teve. Pela unanimidade dos outros respondentes podemos acreditar que este profissional que respondeu “nunca teve”, ou é novo na função na rede educacional ou então seja do distrito ou escola rural e estas formações não têm chegado como é devido a este público. Porém é um número irrisório, pois transparece, pela resposta da maioria, a consciência da existência de um núcleo de repasse de conhecimentos, de responsabilidade da SME.

Perguntado como são caracterizadas estas formações, um (6,3%) continua a afirmar que não tem formação; dois (12,5%) comentaram ser de caráter pedagógico em meio período e a outra metade de conhecimentos artísticos; quatro (25%), porém relatam que em sua maior parte são abordados assuntos voltados a processos pedagógicos, mas que são direcionados em uma menor parte para o fazer artístico e nove (56,3%) já informaram que é o contrário, em sua maior parte se trabalha conhecimentos artísticos, direcionando de maneira menos incisiva para o estudo pedagógico.

Gráfico 14 – Características das formações continuadas oferecida pela Secretaria Municipal de Educação de Sobral (SME).

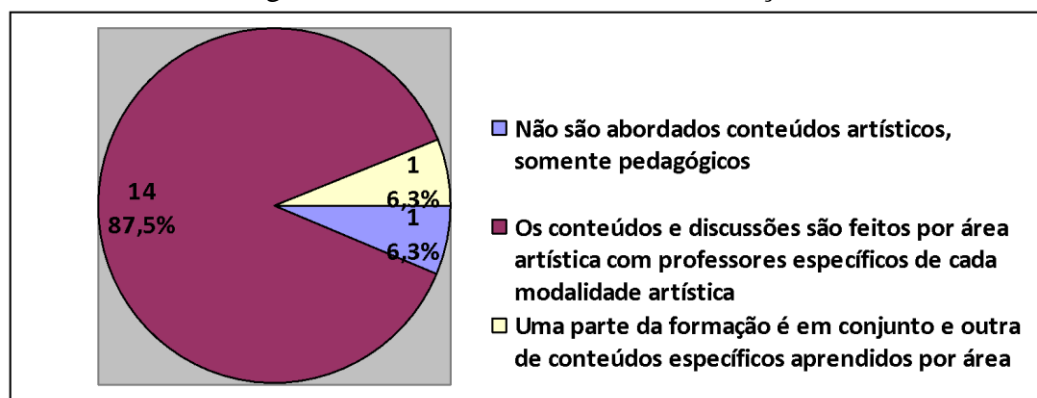


Fonte: Dados da pesquisa/ Pergunta 18 do questionário.

Observa-se aqui uma diversidade de julgamento quanto esta formação. Pode-se dizer que têm abordagens artísticas e abordagens pedagógicas, mas não dá para definir em que proporcionalidade. Supõe-se, que esta diversidade de perspectiva, possa se justificar por um posicionamento pessoal do que são pedagogias e conteúdos artísticos, mas também pode-se pensar da não frequência regular a este processo de formação, ou mesmo, uma forma de desaprovação destes encontros a partir do momento que os professores se tornam indiferentes ao avaliar como estes encontros são realizados.

Perguntados como são abordados os conteúdos artísticos nestas formações, os respondentes foram mais uma vez unânimes, quatorze (87,5%) deles relataram que os conteúdos e discussões são feitos por modalidades artísticas com professores específicos para cada linguagem; um (6,3%) informou que uma parte da formação é em conjunto e a outra de conteúdos específicos e um (6,3%) comentou não haver abordagem de conteúdos artísticos, apenas pedagógicos, este nos leva a crer é o que afirma não ter formação.

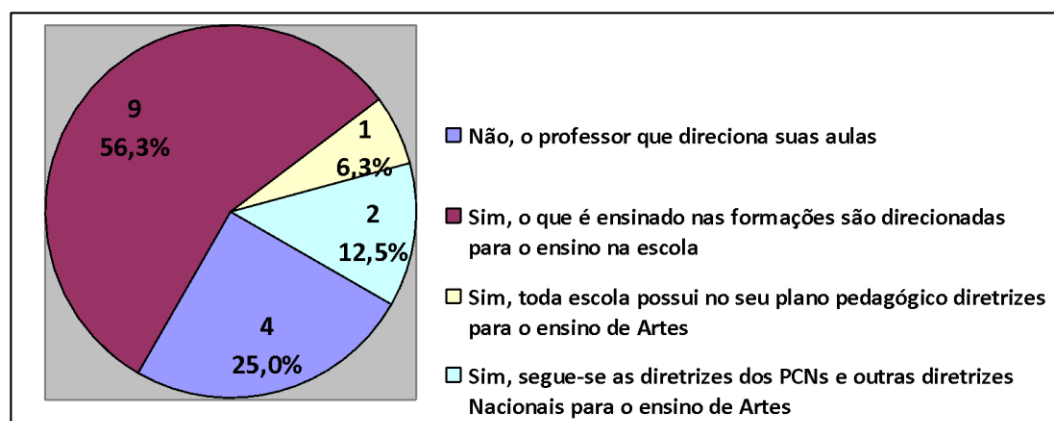
Gráfico 15 – Abordagens dos conteúdos artísticos na formação da SME.



Fonte: Dados da pesquisa/ Pergunta 19 do questionário.

Indagados se há direcionamento nestas formações, se há parâmetros regionais para o ensino de Artes ou mesmo se segue-se os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) como base de construção didática destas aulas, temos as seguintes respostas para o ensino de artes na disciplina, nove (56,3%) afirmaram que o que é ensinado nas formações é direcionado para a escola; dois (12,5%) informaram seguir os PCNs e outras diretrizes nacionais; quatro (25%) comentaram que é o professor que direciona suas próprias aulas e um (6,3%) confirmou que cada escola tem seu plano pedagógico e que em sua escola há diretrizes neste plano sobre este ensino.

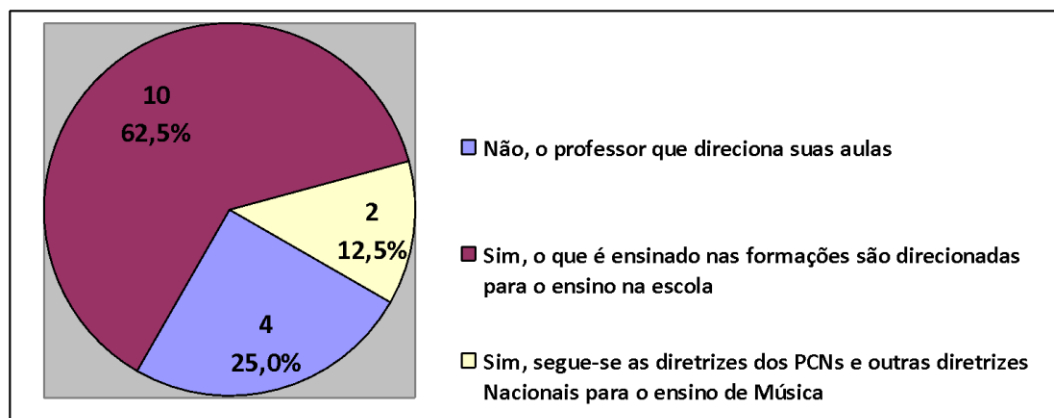
Gráfico 16 - Diretrizes para o ensino das linguagens artísticas na disciplina de Artes.



Fonte: Dados da pesquisa/ Pergunta 20 do questionário.

Perguntado ainda se há diretrizes para o ensino de música nas aulas de Artes, dez (62,5%) dos respondentes afirmaram que o que é ensinado nas formações da SME é aplicado na escola; quatro (25%) relataram seguir seu próprio plano de aula e dois (12,5%) confirmaram se basear pelos PCNs e diretrizes nacionais.

Gráfico 17 - Diretrizes para o ensino de Música na disciplina de Artes.



Fonte: Dados da pesquisa/ Pergunta 21 do questionário.

Percebe-se na avaliação destas colocações que há uma pequena rejeição ao que se ministra nas formações, onde uma parte destes profissionais prefere seguir suas próprias diretrizes ou mesmos as já formuladas nacionalmente.

Além disso, com base na análise do questionário, identificou-se que nove (56,3%) dos professores afirmaram trabalhar os conteúdos teóricos e práticos em comparação com nove (56,3%) destes mesmos professores, que afirmaram que a diretriz de trabalho seguida por ele é o que a SME passa nas formações, vem novamente remeter a reflexão de como realmente são ministradas estas aulas de música, se o que se tem feito não é apenas um processo de repasse ou se, ao contrário, há nestas formações continuadas uma qualificação que dê autonomia ao profissional de sala de aula, já que estes possam não ter uma formação específica.

Vê-se nestes dados, inicialmente, que há um direcionamento muito relacionado a indicação da Secretaria de Educação, mas percebe-se que há uma rejeição de uma parcela destes professores que preferem buscar se embasar em diretrizes pessoais ou mesmo nacionais como os PCNs, o que se intenta a afirmar que a aparição da música na rotina da aula de Artes pode se dar por uma escolha pessoal de trabalho, portanto devido a particularidades de cada professor ou gestão escolar.

Concluindo este tópico podemos confirmar a presença, em algumas circunstâncias, da música no planejamento e na aula do professor de Artes. Porém, mais que demonstrar que ela está presente na escola, pois em todas as escolas, os professores afirmaram haver algum projeto de contraturno que trabalha linguagens específicas, dentre elas música – processo este diferente do abordado na aula de Artes – é perceber que há um interesse por parte de alguns professores que a Educação Musical faça parte do programa curricular de suas

aulas.

Esclarece-se também que a avaliação de como este processo realmente se desenvolve, se pode ser definido como um programa de ensino/aprendizagem em música, necessitaria de um estudo mais elaborado que as circunstâncias temporais de um mestrado não permite e nem foi o objeto desta pesquisa.

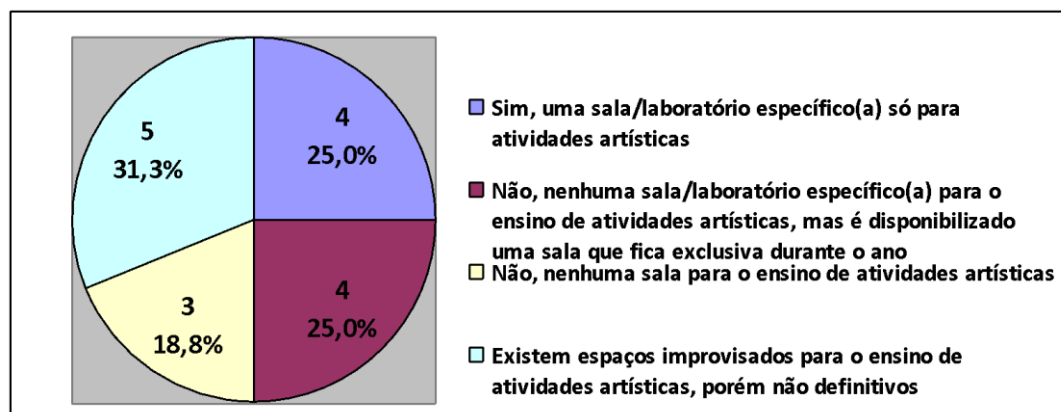
Porém peculiaridades apresentadas vão nos permitir direcionar as discussões necessárias para descrever este contexto que está sendo investigado, podendo vir a demonstrar que há uma visão equivocada ou não de ensino de Artes e, consecutivamente, de Música, podendo transparecer o despreparo ou não da SME e dos profissionais que estão em sala de aula ministrando estes estudos e outras conclusões pertinentes.

4.3 Quanto a Escola

Neste tópico se compreenderá como se encontra a estrutura física e de recursos materiais disponíveis ao professor de Artes. Entende-se como recursos materiais não só equipamentos eletrônicos, mas instrumentos musicais que possam servir de componente didático das aulas de música.

Indagado se há espaço próprio para o ensino de atividades artísticas na escola foi citada uma variedade de locais disponíveis. Quatro (25%) afirmaram que sim, tem uma sala/laboratório específico só para as aulas de atividades artísticas; quatro (25%) relataram que não tem um espaço específico, mas que durante todo o ano é disponibilizado um espaço fixo para as aulas de atividades artísticas; três (18,8%) comentaram não ter sala nenhuma para este propósito e cinco (31,3%) informaram que estas aulas são dadas em espaços improvisados, mas não definitivos.

Gráfico 18 – Espaços para o ensino de atividades artísticas.

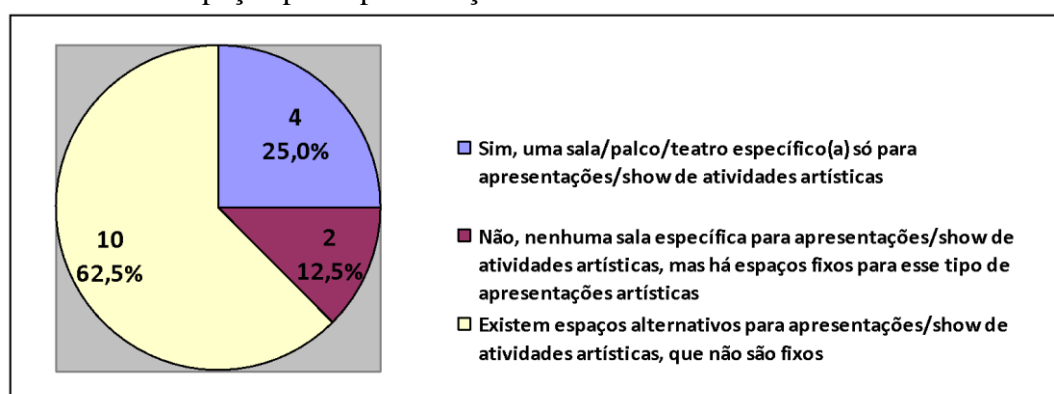


Fonte: Dados da pesquisa/Pergunta 22 do questionário.

Percebe-se que é um quadro bem dividido, onde oito (50%) informaram ter de alguma forma uma sala específica ou uma que seja disponibilizada como fixa durante o ano todo e os outros oito (50%) relataram não ter espaço nenhum ou se apropriam de locais alternativos. Mas veja-se que a pergunta se refere ao ensino de atividades artísticas e pode ser que esteja levando em consideração as aulas que acontecem no contraturno também, pois as aulas de Artes que compõem a grade curricular e que são ministradas como as outras disciplinas devem ocorrer no mesmo espaço que as demais matérias escolares.

Perguntado se a escola possui espaço próprio para apresentações/shows de atividades artísticas, dez (62,5%) dos participantes informaram que utilizam-se de espaços alternativos, não fixos; quatro (25%) afirmaram ter um local apropriado para este tipo de atividade e dois (12,5%) relataram não ter um local apropriado, mas que existe um local fixo destinado a este fim.

Gráfico 19 – Espaços para apresentações/shows de atividades artísticas.

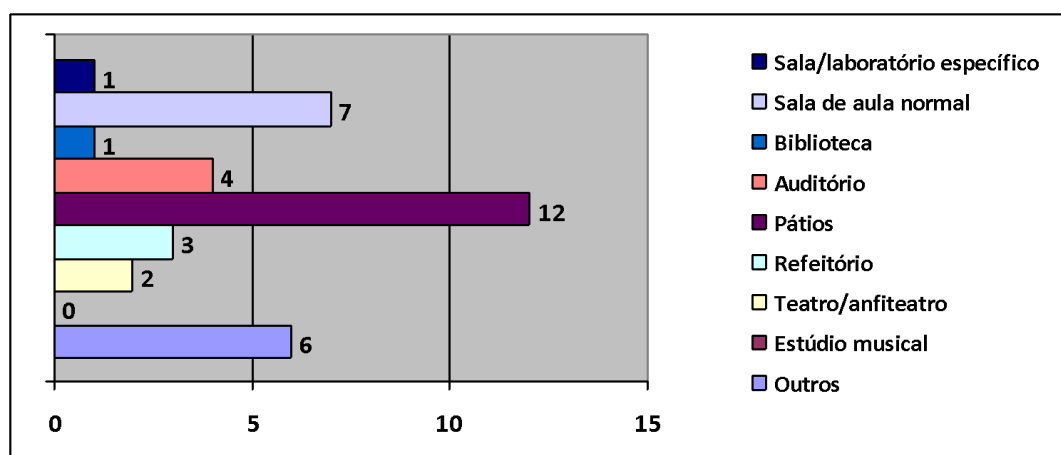


Fonte: Dados da pesquisa/Pergunta 23 do questionário.

Foi pedido para que destacassem estes espaços que estavam se referindo nos

pontos anteriores, onde ocorrem as apresentações artísticas, incluídas nela a música. Como locais estipulados temos: um professor (6,3%) informou ter um local específico para este tipo de atividade; sete (43,8%) comentaram ser a sala de aula normal onde acontecem estas atividades; um (6,3%) destacou a biblioteca; quatro (25%) mencionaram o auditório; doze (75%) relataram que são feitas nos pátios; três (18,8%) se utilizam dos refeitórios; dois (12,5%) destacaram os anfiteatros e seis (37,5%) informaram outros espaços como o que eles chamam de sala de atos, sala disponível a todas as linguagens artísticas, a sala da jornada ampliada, que normalmente é uma sala reservada especificamente para os projetos de contraturno e quadra de esportes.

Gráfico 20 – Discriminação dos espaços utilizados para apresentações/shows das atividades artísticas/Música.



Fonte: dados da pesquisa/Pergunta 24 do questionário.

Na descrição destes dados percebe-se que em Sobral não é diferente de muitos ambientes educacionais no Brasil. Não há uma preocupação estrutural para o ensino de artes. Quase nunca é planejada na planta de uma escola, uma sala que possa abarcar atividades lúdicas e artísticas. Ao se propor projetos de ensino artístico e ao se buscar atender a legislação quanto ao ensino de artes, depara-se com uma infraestrutura que não aloca tais incursões, levando o professor de atividades artísticas a ministrar aulas nos mais variados espaços possíveis, pátios, quadra de esportes, refeitórios, bibliotecas, etc., inclusive, sem eufemismo, pois é discurso batido, embaixo de árvores para aproveitar a sombra.

Como escreve Oliveira (2006, p. 27), ao falar do ensino de música na escola, “Mas entre o sonho e a realidade existem pontos vazios. Esses vazios são nossas estruturas escolares, administrativas e políticas”. Porém em Sobral, como estes projetos de artes já

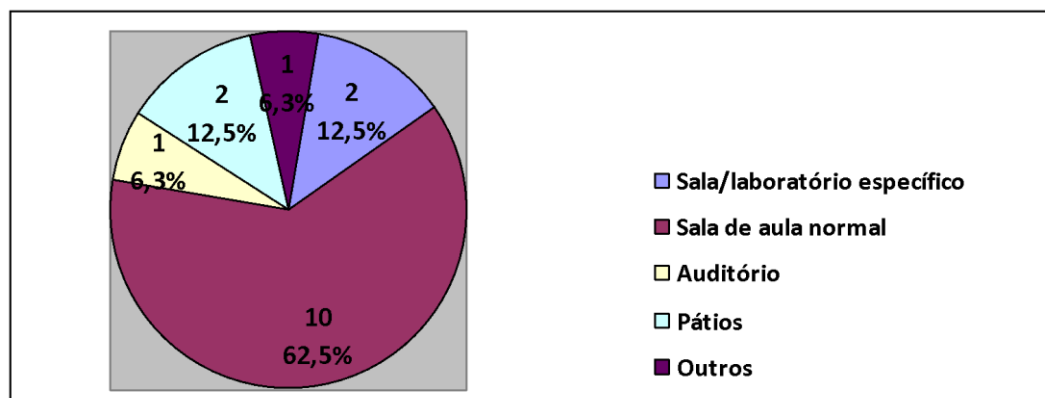
existem há algum tempo, estes aspectos parecem ter sido objeto de repensar o espaço escolar, pois 50% das escolas já tem local designado só para estas atividades, o que se pode ser considerado um avanço.

Questionado sobre onde ocorrem as aulas da disciplina de Artes, todos, 100% dos participantes, foram categóricos em responder que acontecem na sala de aula normal como as demais disciplinas. O que por um lado é um ganho, pois temos conquistado o espaço do currículo, por outro lado temos caminhos a percorrer no sentido de estruturas adequadas, pois analisando estes dados vemos que estas salas ditas específicas ou reservadas são utilizadas para atividades de contraturno, o professor da disciplina de Artes dá sua aula numa sala comum que não reserva o aparato necessário para este tipo de ensino.

Pedido para destacar espaços alternativos que estes professores também dariam suas aulas de Artes foram mencionados os mesmos espaços utilizados para apresentações de atividades artísticas/musicais listadas acima com proporções parecidas.

Indagado mais, sobre a aula de música na disciplina de Artes, buscando saber se o professor mantém o mesmo formato de trabalho, ou seja, em sala de aula normal, tivemos as seguintes respostas: dez (62,5%) afirmaram trabalhar em sala de aula mesmo, os outros seis (37,5%) se utilizam de locais alternativos como: dois (12,5%) utilizam uma sala específica para o ensino de Artes; um (6,3%) ministra esta aula no auditório; dois (12,5%) leciona no pátio e um (6,3%) de outros espaços como a sala da jornada ampliada ou a sala de atos.

Gráfico 21 – Espaço onde ocorre o ensino de Música na disciplina de Artes.



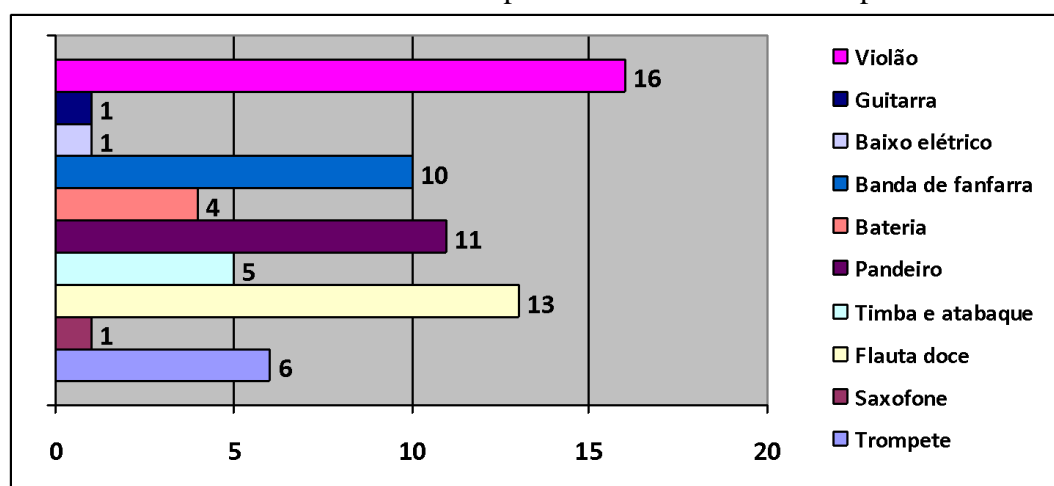
Fonte: Dados da pesquisa/Pergunta 27 do questionário.

Quanto a recursos materiais foi perguntado se a escola disponibiliza de instrumentos musicais e aparelhos eletrônicos que possam auxiliar o processo de ensino musical, dezesseis (100%) afirmaram que sim. Percebe-se que, neste aspecto, as escolas são

bem amparada, pois em todas elas têm algum ou mais de um tipo de instrumento. Resta saber se é bem utilizado e se o professor está preparado para trabalhar com este recurso.

Enumerando tais equipamentos temos: os dezesseis professores (100%) afirmaram ter violões na escola; um (6,3%) ter guitarra; um (6,3%) relatou ter baixo elétrico; dez (62,5%) comentaram ter banda de fanfarra, também considerado aqui os instrumentos da banda marcial; quatro (25%) afirmaram ter bateria; onze (68,8%) informaram ter pandeiros; cinco (31,3%) confirmaram ter timbas e atabaques; treze (81,3%) ter flauta doce em sua escola; um (6,3%) ter saxofone e seis (37,5%) informaram ter trompetes. Vê-se, como comentado, uma diversidade de instrumentos disponíveis na escola para o professor de Artes e pode-se dizer que em quantidades relevantes para um bom trabalho.

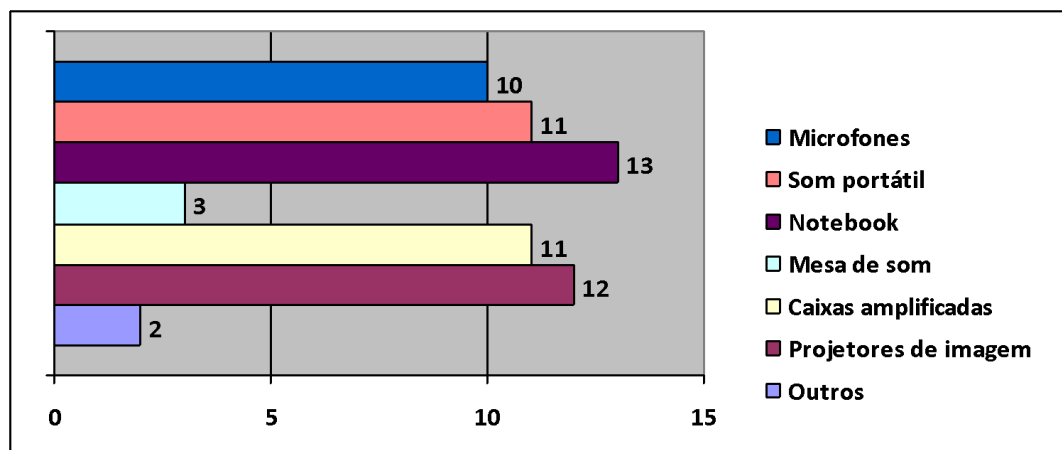
Gráfico 22 – Instrumentos musicais disponíveis nas escolas municipais de Sobral.



Fonte: Dados da pesquisa/Pergunta 29 do questionário.

Além dos instrumentos musicais foi listado outros equipamentos, que também são utilizados na aula de Artes e que todas as escolas têm. São eles: dez (62,5%) dos respondentes dizem utilizar microfones nas aulas de música; onze (68,8%) se utilizam de aparelho de som portátil; treze (81,3%) dispõem de notebook para uso em sala; três (18,8%) informaram ter uma mesa de som; onze (68,8%) afirmaram usar caixas amplificadas e doze (75%) usam projetores de imagens nestas aulas dentre outros equipamentos.

Gráfico 23 – Outros recursos materiais disponíveis nas escolas municipais de Sobral.



Fonte: Dados da pesquisa/Pergunta 30 do questionário.

É importante considerar estes dados, pois demonstra que a administração escolar do município se preocupou em amparar os projetos artísticos ao longo dos anos e esse fato vem favorecer a implementação atual de inserção do ensino de música na disciplina de Artes. Pode-se dizer que de recursos materiais, diferente da estrutura, todas as escolas estão equipadas, possibilitando uma apropriação da Educação Musical com uma diversidade de atividades, permitindo a diversificação de metodologias e práticas pedagógicas musicais. Argumento este, da variedade de experiências, referenciado por Penna (2002), Jorgensen (1997), Arroyo (2002), Souza (2009), Del Ben (2003), mas que precisa ser apropriada de maneira consciente, por isso a necessidade de formação, seja ela acadêmica, artística ou as duas e uma constante busca, por parte das instituições e dos profissionais, por novos conhecimentos aplicáveis dentro de sala de aula.

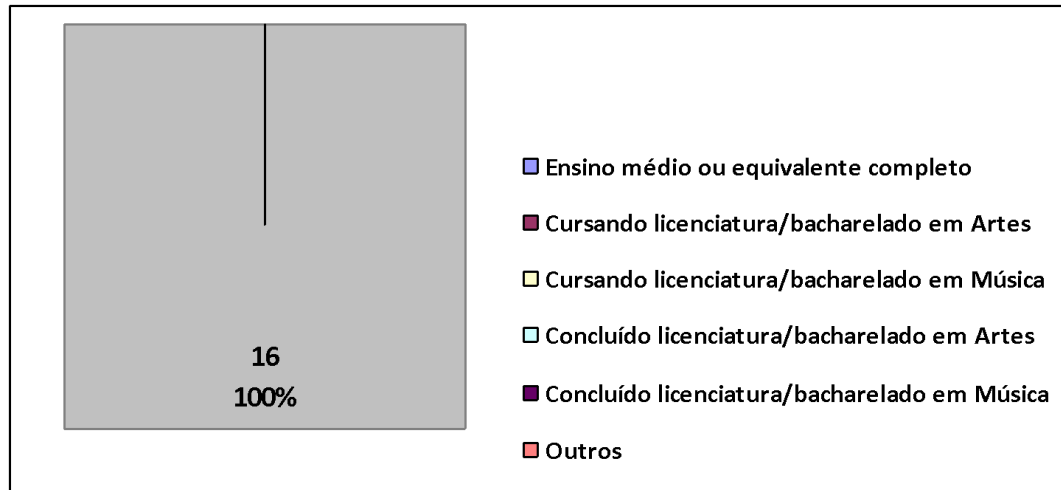
4.4 Quanto ao professor de Artes

Viu-se como se configura a estrutura e os recursos na rede educacional investigada. Mas e os professores? Neste tópico expõem-se características do profissional que se encontra em sala de aula como professor de Artes. Qual sua formação, quais suas experiências e habilidades. O tempo de trabalho como educadores e como artistas, dentre outras características.

Inicialmente, a pergunta necessária de ser respondida seria qual a formação acadêmica deste personagem. Dezesesseis (100%) afirmaram estar formados ou cursando uma licenciatura, porém nenhuma das respostas foi licenciatura na área de Artes ou mesmo Música, apesar de que o município mantém um curso superior de música na modalidade

licenciatura pela Universidade Federal do Ceará (UFC). As licenciaturas mencionadas, na opção outros, em sua maioria, foram Pedagogia e Letras, e em frequência menor História, Educação Física e Matemática.

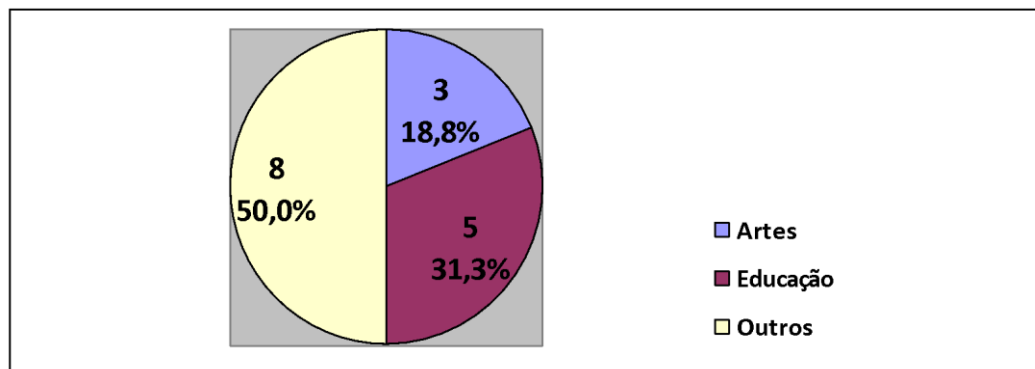
Gráfico 24 – Formação acadêmica dos professores de Artes da escola municipal em Sobral.



Fonte: Dados da pesquisa/Pergunta 31 do questionário.

Indagado sobre a pós-graduação, cinco (31,3%) informaram não ter, mas pretendem fazer; seis (37,5%) estão com uma especialização em andamento e cinco (31,3%) já concluíram uma especialização. Questionado ainda em que área seria sua pós-graduação, três (18,8%) informaram ser em Artes; cinco (31,3%) afirmaram ser em alguma área da Educação e oito (50%) declararam, na opção outros, que sua Pós é em Gestão Escolar ou mesmo que ainda não tem pós-graduação, que é o caso de cinco respondentes.

Gráfico 25 – Área de especialidade dos cursos de Pós-Graduação dos professores de Artes da escola municipal em Sobral.



Fonte: Dados da pesquisa/Pergunta 33 do questionário.

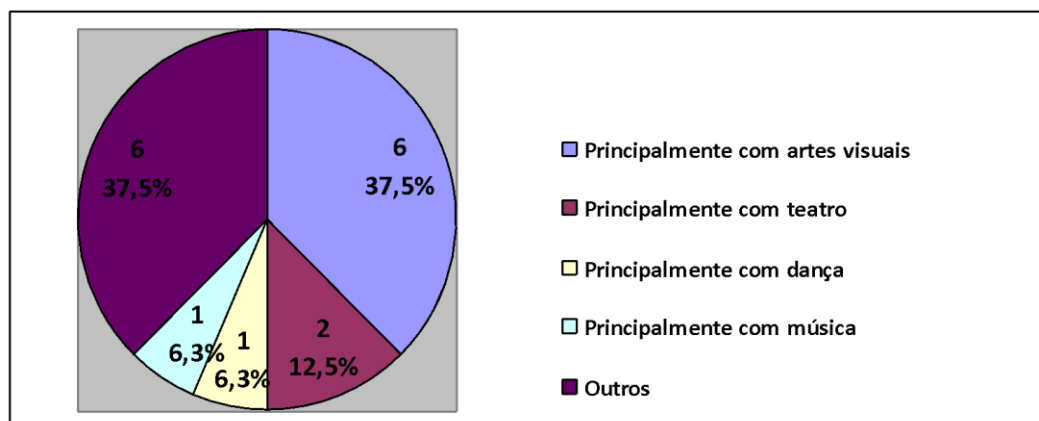
Vê-se que a formação superior em Artes ou alguma das linguagens específicas, artísticas, não é uma das descrições deste contexto e que apenas três (18,8%) buscaram uma Pós-Graduação na área. Diante do quadro acadêmico apresentado é que se justifica a manutenção mensal da formação continuada mantida pela Secretária de Educação, pois esta, como se viu, desenvolve conhecimentos artísticos e pedagógicos, segundo os participantes da pesquisa.

Porém esta situação levanta um questionamento crítico. Se um profissional, que ao estudar quatro anos de sua vida numa graduação, não desenvolve todas as competências necessárias para o trabalho em sala de aula (Pimenta 2005; Tardif, 2007), visto a constante renovação de práticas pedagógicas, necessitando se manter em processo de aprendizagem contínuo, inclusive com a própria prática docente, como um profissional que não tem formação acadêmica específica, na área que leciona, e que dispõe apenas de uma formação mensal, pode lidar com o ensino de Artes/Música de qualidade em sala de aula?

Mesmo justificando-se pela formação artística do profissional, há de se perceber que se deve ter um estudo mais direcionado para pedagogias da Educação Musical (Kraemer, 2000). Pois como coloca Pimenta (2005, p. 71) “Nos processos de formação de professores, é preciso considerar a importância dos saberes das áreas de conhecimento, dos saberes pedagógicos, dos saberes didáticos, dos saberes da experiência do sujeito professor.” Corroborado por Tardif (2007, p. 41) “Pode-se definir o saber docente como um saber plural, formado pelo amálgama, mais ou menos coerente, de saberes oriundos da formação profissional e de saberes disciplinares, curriculares e experienciais.”

Continuando a descrição do conhecimento do professor, foi indagado como artista, quais seriam suas habilidades. Seis (37,5%) relataram que é principalmente com artes visuais; dois (12,5%) afirmaram que principalmente com teatro; um (6,3%) informou que principalmente com dança; um (6,3%) confirmou que principalmente com música; os outros seis marcaram a opção outros, pois têm habilidades em mais de uma linguagem, apresentando-se em maior número artes visuais e teatro, dança e teatro e outra resposta com teatro e música.

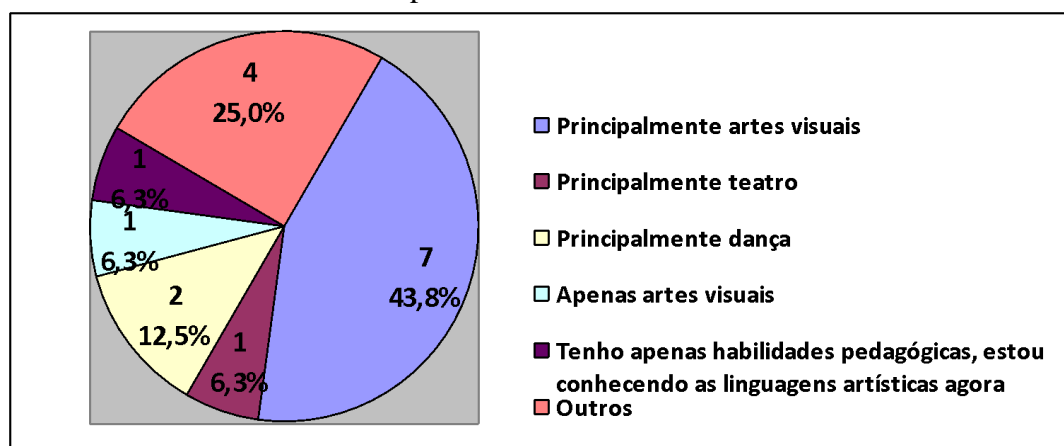
Gráfico 26 – Habilidades artísticas dos professores de Artes.



Fonte: Dados da pesquisa/Pergunta 34 do questionário.

Além disso foi perguntado para o professor de Artes qual seria o conteúdo que ele melhor leciona. Sete (43,8%) afirmaram que é principalmente a linguagem de Artes Visuais; um (6,3%) principalmente o Teatro; dois (12,5%) principalmente a Dança; um (6,3%) foi categórico ao dizer que ele ensina melhor apenas Artes Visuais; um (6,3%) ainda afirmou que por enquanto domina apenas as linguagens pedagógicas e quatro (25%) novamente marcaram a opção outros para identificar que leciona mais de uma modalidade com segurança. Destes apenas um respondeu Teatro e Música, ficando os outros entre Dança e Teatro, Artes Visuais e Teatro.

Gráfico 27 – Habilidades como professor de Artes.

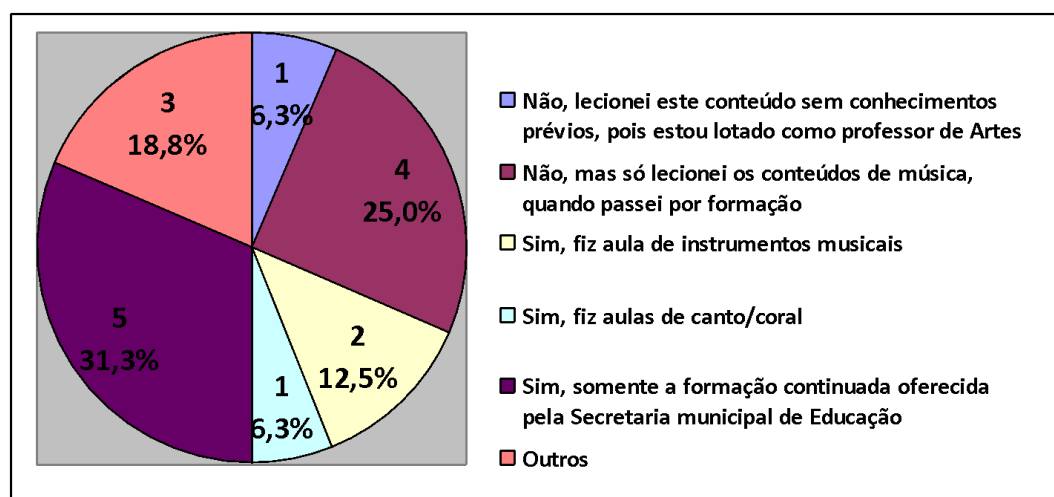


Fonte: Dados da pesquisa/Pergunta 35 do questionário.

Percebe-se uma preferência pelo ensino de Artes Visuais, o que pode significar que, mesmo dizendo que seguem o cronograma como pede a SME, as atividades de Dança, Teatro e Música possam ser acontecimentos esporádicos. Vê-se também que a habilidade em Música é indicada em poucas opções, tanto de conhecimento como de ensino.

Para entender como se dá esta preparação para o ensino dos conteúdos musicais foram feitas algumas perguntas, a primeira delas busca descobrir se para ensinar música, este professor teve cursos preparatórios. Um (6,3%) informou não ter conhecimento prévio nenhum; quatro (25%) também relataram não ter este estudo prévio, mas só lecionaram os conteúdos musicais após a formação, o que se entende está se referindo à formação oferecida pela SME; dois (12,5%) afirmaram já ter feito aulas de instrumentos musicais; um (6,3%) informou ter feito aulas de canto/coral; cinco (31,3%) confirmaram ter tido somente a formação continuada disponibilizada pela SME e três (18,8%) marcaram a opção outros, afirmando que já haviam estudado pelo menos duas destas formas de aprendizado, no caso canto e instrumento.

Gráfico 28 – Conhecimentos prévios e cursos preparatórios dos professores de Artes.



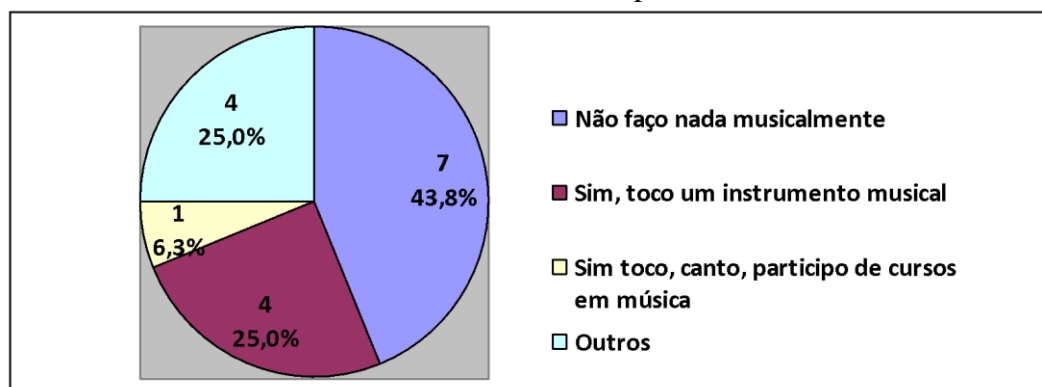
Fonte: Dados da pesquisa/Pergunta 36 do questionário.

Nota-se, nestes dados, que mesmo estes professores não marcando que tem sua principal habilidade em música, eles já passaram por algum aprendizado em música, o que é o caso de seis (37,8%) deles. Outro aspecto a se mencionar e que coincide com as respostas dadas no tópico O Ensino de Música na Disciplina Artes, quando 9 (nove) respondentes informam trabalhar teoria e prática como direciona a SME, é que nove (56,3%) confirmaram que a única formação que tiveram foi a ofertada pela Secretária de Educação. Destaca-se esta coincidência para identificar que talvez o único aprendizado que estes professores tiveram para o ensino de Artes foi aquele oferecido pela SME.

Perguntado ainda se atualmente o professor faz algo de cunho musical, sete (43,8%) informaram não fazer nada musicalmente; quatro (25%) confirmaram tocar um

instrumento musical; um (6,3%) relatou tocar, cantar e ainda fazer curso em música; quatro (25%) marcaram na opção outros, indicando que fizeram até bem pouco tempo cursos em música como festivais, ou apenas especificaram que tocam e cantam.

Gráfico 29 – Práticas atuais de cunho musical do professor de Artes.



Fonte: Dados da pesquisa/Pergunta 37 do questionário.

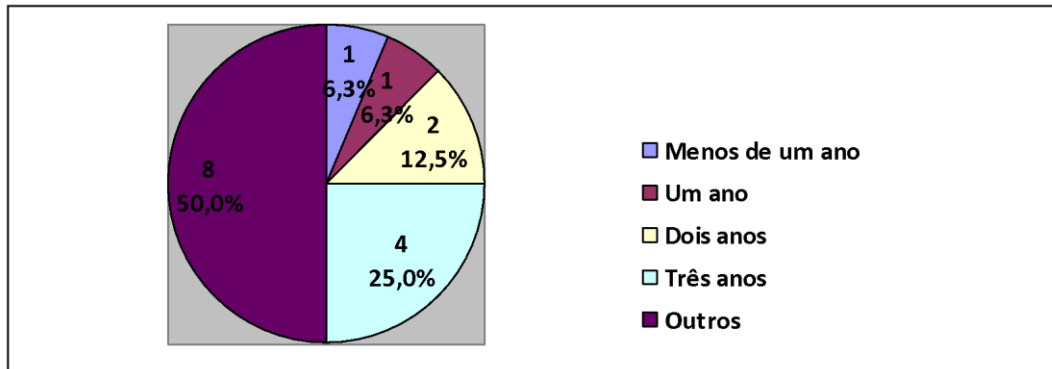
É preciso destacar o avanço percebido neste ponto. Os professores passaram a buscar o conhecimento musical, o que é um quadro interessante, pois incide principalmente na avaliação de qualidade destas aulas. Vê-se que de seis (37,8%) que tinham conhecimentos prévios agora temos nove (56,3%) que afirmam buscar agregar conhecimento em música as suas habilidades. Isso pode demonstrar um ganho para as aulas de música no município. Por outro lado, temos quase metade sem nenhum conhecimento musical, sete (43,8%) que afirmaram não fazer nada musicalmente.

Figueiredo (2013) e Bellochio (1999, 2000) defendem em seus estudos que uma possibilidade para o desenvolvimento de atividades musicais seria ofertar mais disciplinas sobre Educação Musical na formação do pedagogo e este poderia ser um aliado neste processo de ensino. Este argumento favoreceria o ensino em locais onde a formação acadêmica específica ainda não chegou ou mesmo quando o quadro de formados não é suficiente para suprir todas as escolas da rede, além de que o único profissional habilitado para ensinar do infantil ao 5º ano é o pedagogo. Sobral se encaixa neste aspecto e poderia, com a devida formação, direcionar os pedagogos para o ensino de música.

Buscando saber o nível de experiência deste professor com atividades artísticas e também com o ensino de artes, foi questionado o tempo que ele desenvolve esta linguagem. Um (6,3%) informou que desenvolve esta habilidade a menos de um ano; um (6,3%) há um ano; dois (12,5%) a apenas dois anos; quatro (25%) desenvolvem habilidades artísticas a três

anos e oito (50%) destacaram datas mais prolongadas, indo de 10 (dez) a 15 (quinze) anos como artistas.

Gráfico 30 – Tempo de experiência com atividades artísticas.

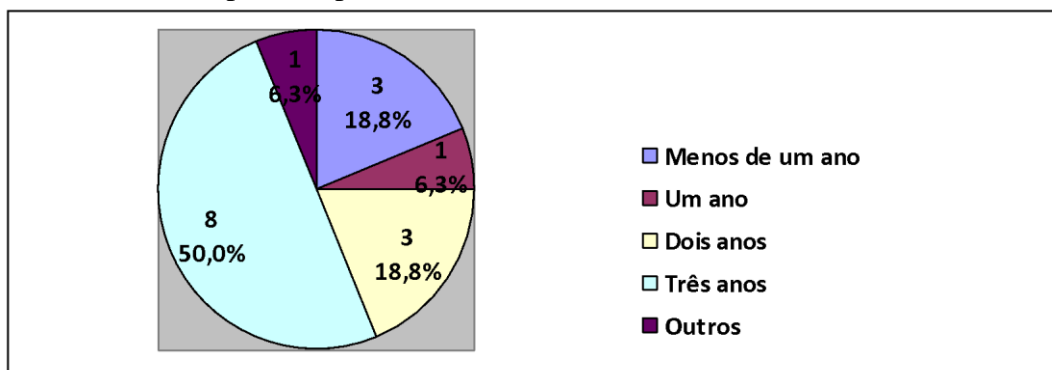


Fonte: Dados da pesquisa/Pergunta 38 do questionário.

Percebe-se que metade tem experiência de longos anos como artista e a outra metade apenas pouco tempo, o que pode influenciar na forma de trabalhar com artes, principalmente por que não tem uma formação específica, assim é necessária da SME uma forma mais criteriosa de contratação destes profissionais, exigindo no mínimo experiência artística para suprir a falta da graduação.

Perguntado então há quanto tempo estes respondentes lecionam a disciplina de Artes, três (18,8%) afirmaram que a menos de um ano; um (6,3%) informou que há um ano; três (18,8%) comentaram que lecionam artes a dois anos; oito (50%) relataram ensinar há três anos e um (6,3%) está naquele quadro dos que já tem uma habilidade de muitos anos e portanto, marcou que está lecionando artes a mais de 10 anos.

Gráfico 31 – Tempo de experiência com o ensino de Artes.

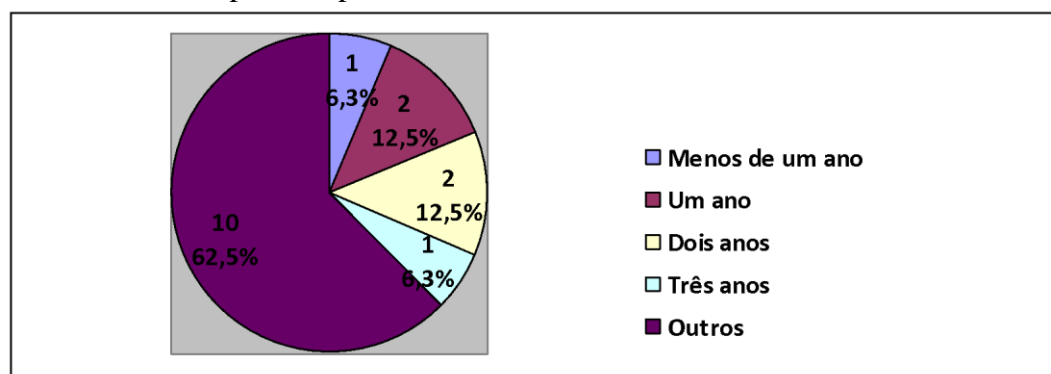


Fonte: Dados da pesquisa/Pergunta 39 do questionário.

Aqui apresenta o que se configura como quadro temporal desta nova fase do ensino de Artes na escola de Sobral. É somente em 2014 que o município passou a obedecer a legislação, contratando profissionais com experiências artísticas para lecionar nesta disciplina e vemos que oito (50%) estão lecionando desde este momento. Vê-se ainda que outros sete (43,8%) estão a menos de três anos e, destes, quatro (25%) somente há um ano ou menos de um ano. Crê-se também que o professor que respondeu “mais de dez anos” se referiu ao seu trabalho como artista ou mesmo contabilizou seu trabalho na escola em outros projetos, pois como vimos em capítulos anteriores, artes faz parte da realidade escolar de Sobral desde os anos 2000, mesmo que configurado de outras formas.

Foram feitas estas mesmas perguntas, porém com o foco na habilidade com música e no ensino de música e obtiveram-se as seguintes respostas. Um (6,3%) participante informou trabalhar com música a menos de um ano; dois (12,5%) há apenas um ano; dois (12,5%) há dois anos; um (6,3%) há três anos e dez (62,5%) marcaram, na opção outros, nunca ter trabalhado com música.

Gráfico 32 – Tempo de experiência com atividades musicais.



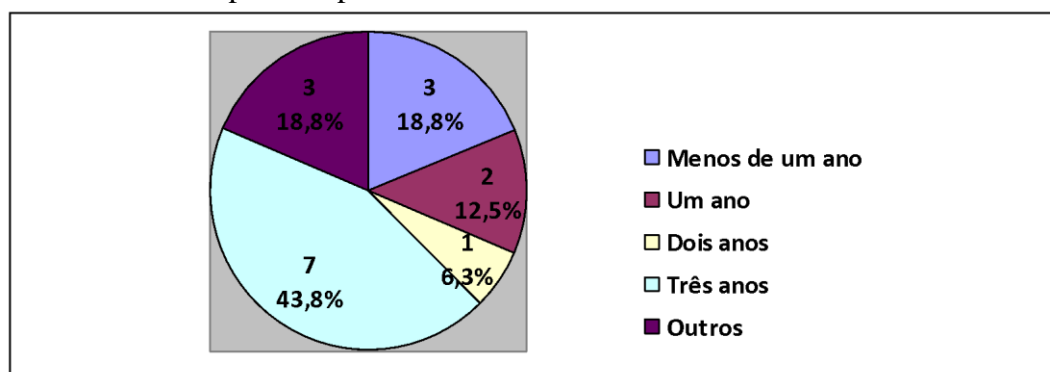
Fonte: Dados da pesquisa/Pergunta 40 do questionário.

Acredita-se que os que dizem trabalhar de menos de um ano a três anos estão se referindo ao seu trabalho em sala de aula, sendo assim é possibilidade que destes professores, poucos deles tinham habilidades suficientes para desenvolver um trabalho artístico com teor musical.

Já quanto ao seu trabalho com o ensino de música na escola eles responderam que, três (18,8%) ensinam música a menos de um ano; dois (12,5%) lecionam há um ano; um (6,3) afirmou que ensina música há dois anos; sete (43,8%) confirmaram lecionar música a três anos, portanto desde essa nova posição da SME para o ensino de Artes e três (18,8%)

marcaram na opção outros que não lecionam música em suas aulas, o que corresponde com os dados iniciais.

Gráfico 33 – Tempo de experiência com o ensino de Música.



Fonte: Dados da pesquisa/Pergunta 41 do questionário.

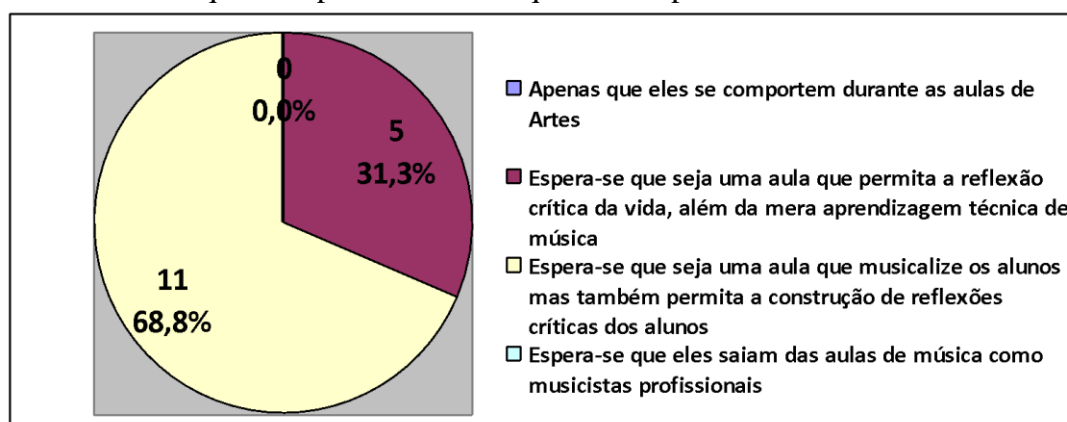
Este, portanto é o retrato relativo aos aspectos que envolvem o profissional que está em sala de aula hoje na escola em Sobral. Percebe-se que falta experiência para o ensino de música levando-se em conta a não-formação acadêmica específica, a não habilidade artística em música e o pouco tempo de trabalho com a Educação Musical em sala de aula. Acrescenta-se a estes detalhes uma pequena busca pessoal por formação na área da música, a preferência pelo ensino de artes visuais e uma formação continuada que acontece mensalmente e que pode não ser suficiente, por si só, para direcionar um trabalho sonoro no currículo escolar.

4.5 Quanto aos Alunos, na percepção dos professores de Artes

Foi de interesse desta investigação saber também qual o feedback percebido pelos professores de Artes em relação aos estudantes. Saber as perspectivas dos profissionais, quanto ao direcionamento geral de suas aulas, com relação aos conteúdos de música e saber como eles descrevem de que forma os alunos receberam e reagiram a este estudo.

Perguntado o que se espera dos alunos nas aulas de Artes, especificamente com relação aos conteúdos de música, cinco (31,5%) responderam que esperam que estas aulas permitam a reflexão crítica da vida, além da mera aprendizagem técnica em música; onze (68,8%) marcaram a opção que espera que musicalize os alunos, mas também que permita a construção de reflexões críticas.

Gráfico 34 – O que se espera dos alunos quanto ao aprendizado musical.

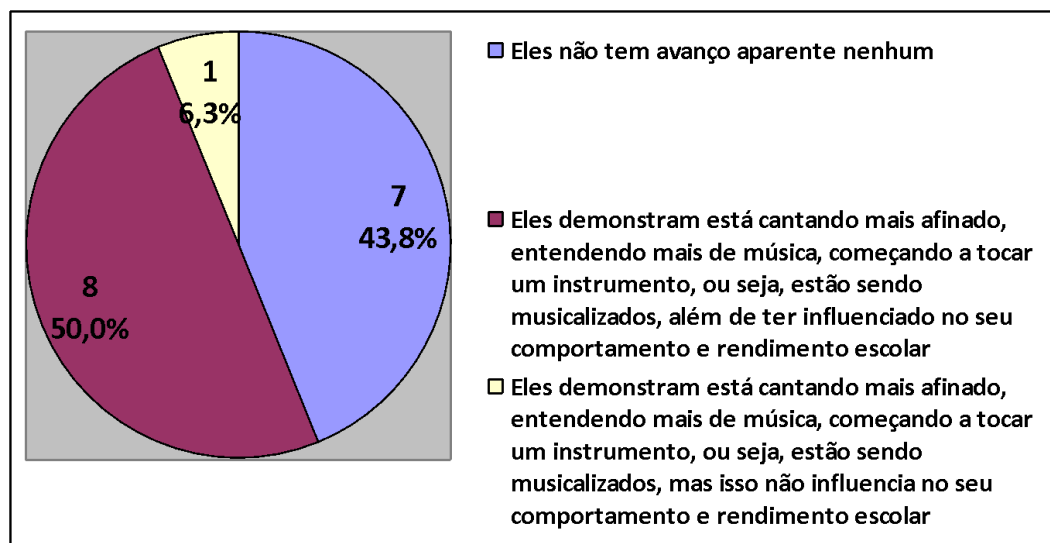


Fonte: Dados da pesquisa/Pergunta 42 do questionário.

Estes se abstiveram de responder opções mencionando que a disciplina seria apenas para manter um bom comportamento dos alunos em sala de aula, ou mesmo, que eles saiam destas aulas musicistas profissionais, demonstrando uma consciência destes professores ao compreender que a primeira opção não pode ser tratada como objetivo a ser alcançado e a segunda, mesmo sendo um intuito possível e esperado, dependerá das limitações do profissional e do sistema.

Indagado qual o retorno percebido no aluno e se este tem influenciado o rendimento acadêmico do mesmo, foi respondido da seguinte forma: sete (43,8%) informaram não ter retorno aparente nenhum; um (6,3%) afirmou que sim, eles estão sendo musicalizados, pois cantam mais afinados, compreendem melhor os processos sonoros, até um aprendizado instrumental está sendo inicializado, mas que não influencia no rendimento escolar e oito (50%) fizeram comentários parecidos ao anterior, dizendo que eles estão sendo musicalizados, cantando mais afinados, entendendo melhor de música e se iniciando em um instrumento, porém afirmam, ao contrário, que as aulas de Artes influenciam sim no rendimento escolar do estudante.

Gráfico 35 – Retorno observado nos estudantes das aulas de Música na disciplina de Artes.

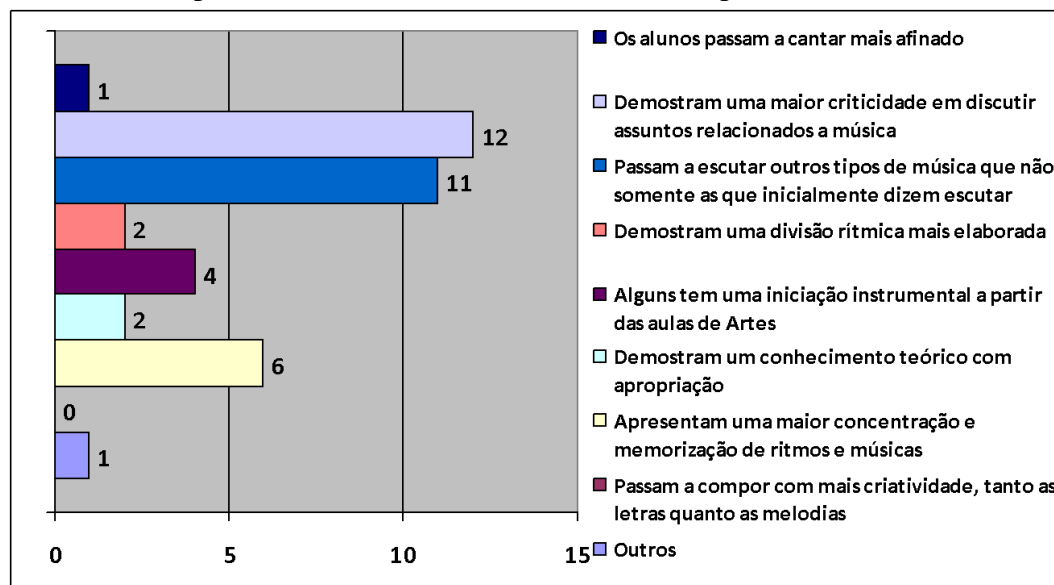


Fonte: Dados da pesquisa/Pergunta 43 do questionário.

Diante dos dados já levantados, compreende-se que estes processos adquiridos devem ser analisados de maneira mais apropriada, não se podendo levar em conta esses aprendizados sem um estudo adequado. Nesta pergunta se direciona apenas aos saberes e não como se dão estes saberes e como eles são apreendidos. Porém é um relato importante pois nove (56,3%) professores afirmaram estar tendo uma forma de consolidação dos estudos apresentados em sala quanto a música e oito (50%) relataram que estes conteúdos influenciam no rendimento escolar do aluno, nos dando, como educadores, mais argumentos da necessidade de termos o ensino musical na escola.

Pedido para enumerar alguns aprendizados a partir da rotina de aula de música em sala, os professores elencaram os seguintes itens: um (6,3%) informou que os alunos passaram a cantar mais afinados; doze (75%) que os estudantes demonstram mais criticidade em discutir assuntos relacionados ao conhecimento musical; onze (68,8%) que eles passam a escutar músicas de outros gêneros diferentes dos que inicialmente diziam escutar; dois (12,5%) afirmaram que os alunos demonstram uma divisão rítmica mais elaborada; quatro (25%) comentaram que os alunos têm uma iniciação musical a partir das aulas de Artes; dois (12,5%) informaram que os alunos desenvolvem um conhecimento teórico com apropriação; seis (37,5%) confirmaram que os estudantes, nas aulas de Artes, apresentam uma maior concentração e memorização de ritmos e músicas. Foi perguntado também se eles passavam a compor com mais facilidade. Nenhum dos professores marcou esta opção e um respondente marcou a opção outros, descrevendo que não há ensino de música em suas aulas.

Gráfico 36 – Aprendizados nas aulas de Música na disciplina de Artes.



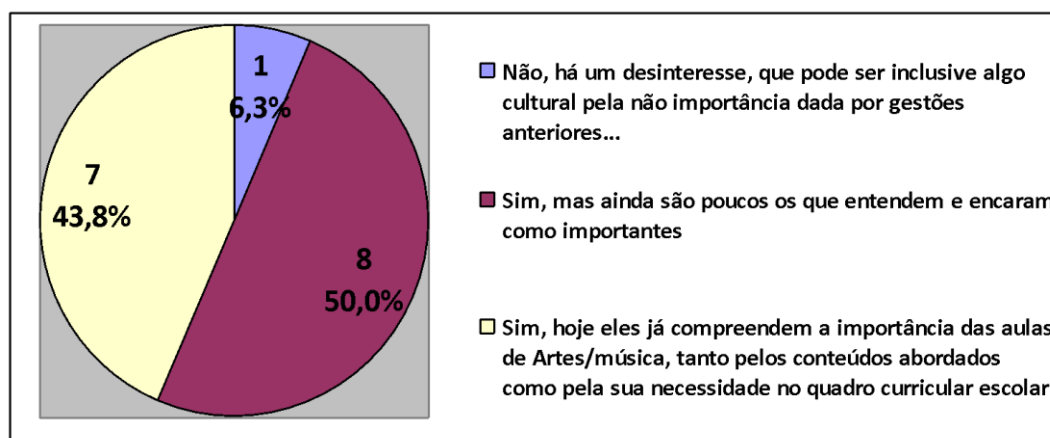
Fonte: Dados da pesquisa/Pergunta 44 do questionário.

Refletindo-se sobre o que está sendo apresentado pode-se dizer que os ganhos são reais, porém não se pretende adentrar a essas análises. Importa-se apenas, pela metodologia apresentada, listá-los. Mas esta visão dos tipos de retornos mais apresentados nesta parte da pesquisa é também um aspecto que se deve buscar quando se intentar ao ensino de música (Penna, 2002; Souza, 2009; Arroyo, 2002)

Foi feito ainda perguntas pessoais quanto à essencialidade do ensino de Artes no currículo da escola básica, bem como dos conteúdos de música a ser ministrado nestas aulas. Os dezesseis (100%) participantes foram unânimes em dizer que veem como uma disciplina, inclusive os conteúdos musicais, tão essencial quanto as outras linguagens educativas e destacam contribuições na formação social do cidadão.

Perguntado ainda sobre os estudantes, se estes demonstram dar importância a estas aulas de música, tiveram-se as seguintes respostas: um (6,3%) relatou que não, pelo contrário eles demonstram desinteresse, que pode ser algo cultural devido a não importância dada por gestões anteriores; oito (50%) afirmaram que sim, há uma aparente importância, mas que isso não advém de todos os estudantes e sete (43,8%) também informaram perceber que é dada sim importância pelos alunos, pois valorizam o conteúdo e entendem sua necessidade no currículo escolar.

Gráfico 37 – A importância dada pelos estudantes às aulas de Artes/Música.



Fonte: Dados da pesquisa/Pergunta 47 do questionário.

Vê-se com estes dados que os alunos ainda não compreendem a importância do ensino de linguagens artísticas, por vezes até desvalorizando estas aulas. Este fato pode se dar por algo cultural no nosso país que sempre teve o currículo voltado para outras disciplinas, menosprezando as Artes. Encontrou-se que sete (48,3%) disseram que os alunos entendem a essencialidade do ensino de Artes/Música na escola, um número médio que indica que o processo deste aprendizado deve ser instigado de maneira a descrever sua importância na formação humana, por conseguinte sendo necessária no currículo escolar.

Só com a valorização das aulas de Artes pelos agentes envolvidos, desde a gestão executiva das Secretarias de Educação, os gestores escolares, os professores de Artes, isso se refletirá no estudante e poderá se vislumbrar uma ideologia de prioridade para o ensino de Artes na escola, podendo-se usufruir de toda formação que este ensino possibilita.

Descreveu-se, nestes parágrafos, a partir de pontos relevantes para esta pesquisa, o ensino de música na disciplina de Artes em Sobral. Fez-se também uma análise do que foi apurado a partir do trabalho de campo elaborado e em concordância com o referencial teórico construído, tentando contribuir para formulações de argumentos, questionamentos, direcionamentos e reflexões que possam enriquecer o diálogo de uma Educação Musical presente no currículo da escola básica.

4.6 Professores que optaram por não responder o questionário

Os dados que relatam as respostas dos 16 (dezesseis) questionários preenchidos estão descritos nos tópicos acima neste capítulo. As informações que seguem neste subcapítulo são advindas das visitas no ato de aplicação do questionário. Por se considerar,

que ao tentar descrever este contexto estudado, as observações levantadas são importantes argumentos das considerações que se pretende fazer, se relatará estas situações.

Ao se contrapor ou mesmo complementar o levantamento com os diálogos feitos na hora do preenchimento do instrumental da pesquisa poderá se dizer, com mais fidedignidade, como se encontra o ensino de música nas escolas municipais de Sobral. Estas observações são falas dos respondentes, que devidamente autorizaram a anotação do seu discurso como adendo ao que estavam preenchendo. E outras observações, a partir deste diálogo ou mesmo de acontecimentos gerais, como as justificativas de não participação na pesquisa.

Estas outras escolas ficam melhor descritas neste processo da forma que se segue, pois como a pesquisa foi feita mantendo o anonimato do respondente e da escola, têm-se como objetivo principal apenas os dados levantados.

Nesta perspectiva, pode-se mencionar das escolas visitadas, que não responderam ao questionário a seguinte descrição quanto ao motivo da não participação. Em uma escola que chamaremos de Escola D, lecionam dois professores, um respondeu ao questionário, mesmo afirmando que ministrava reforço escolar de Matemática e a outra professora de Artes não foi apresentada ao pesquisador para poder decidir se aceitaria participar ou não da pesquisa, porque a coordenadora escolar afirmou que esta não lecionava Artes na disciplina homônima, que segundo orientação da escola esta profissional trabalha reforço pedagógico de Português.

Num outro estabelecimento, chamaremos de Escola X, duas professoras são lotadas na função de professores de Artes. A articuladora dos projetos falou em uma primeira visita que estas professoras não trabalhavam música por não ter habilidades com esta linguagem artística. Falou inclusive do material didático, anteriormente citado, da Editora Rideel, mas ratificou que ainda esperavam instruções para manipulação de tal conteúdo. Em contato com uma das professoras ela reafirmou o que havia sido repassado e disse que não responderia o questionário, pois considerava que não contribuiria já que em suas aulas lidava apenas com as artes visuais.

Na Escola Y, está lotada apenas uma professora, que não se encontrava no momento, e que segundo o diretor não trabalhava com a música em sala de aula, pois dominava apenas as artes visuais. Mencionou também o material de apoio da Editora Rideel, mas que ainda não sabia como estava sendo trabalhado este material.

Em outra escola, chamaremos de Z, diferentemente das três a pouco mencionadas,

se localiza no distrito, e também não foi permitido o diálogo com o professor, pois segundo a coordenadora, como a escola se encontra com um déficit de aprendizagem, por direcionamento da gestão escolar estas aulas estavam sendo substituídas por aulas de Português.

Percebe-se nestes professores que preferiram não responder ao questionário, que dois deles abertamente declaram se utilizarem destas aulas para outro fim que não o ensino de artes, sendo em seu maior uso o reforço de outras disciplinas escolares. Os outros três, dizem trabalhar artes, mas se dedicam somente a sua linguagem de conhecimento, no caso as artes visuais.

Aqui gera uma crítica contra este processo de polivalência pela própria prática da aula. Como um profissional que não tem formação alguma em determinada modalidade artística, nem acadêmica nem de saberes populares, vai lecionar com segurança uma linguagem que não conhece? Isso proporciona uma abnegação do direcionamento da SME e faz o profissional lecionar somente os conteúdos que tem apropriação, o que deveria ser o real direcionamento (Figueiredo, 2013; Del Ben, 2010; Penna, 2001, 2002, 2014).

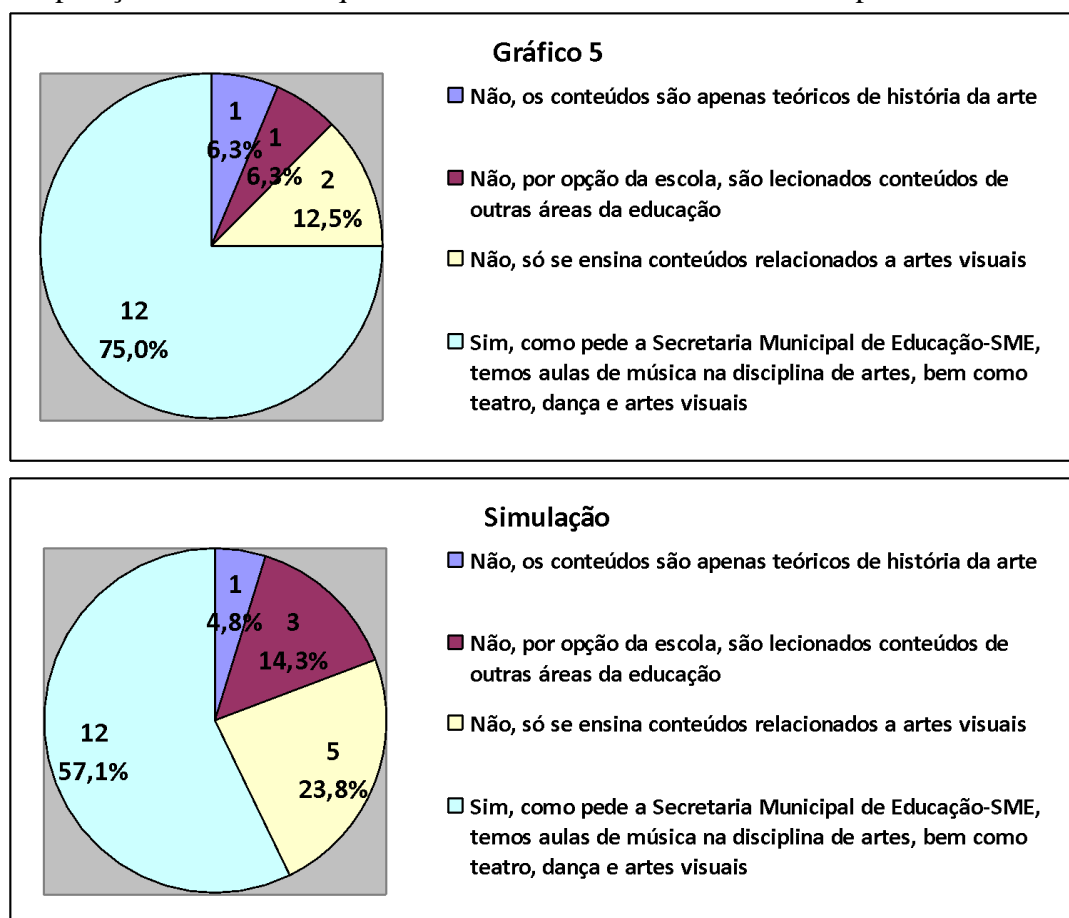
Mesmo que surjam argumentos de que os estudantes têm direito ao contato com todas as linguagens artística, diga-se que é um discurso válido na possibilidade de ter-se um profissional com habilidades em todas as áreas, porém têm-se que ser responsáveis quanto a este acesso, pois o profissional despreparado não proporcionará um ensino que se possa considerar de qualidade, portanto não justificando este argumento.

Assim, se fossemos reconstruir os dados com as informações ora apresentadas, supondo que estes professores responderam ao questionário, porém marcando as opções, de que trabalha apenas com artes visuais, no caso soma-se 3 (três) a estes dados, ou não ensinam artes, adiciona-se mais 2 (dois) aos dados, teríamos os seguintes resultados: somando-se os 16 (dezesesseis) respondentes com 1 (um) da Escola D, que leciona reforço de português, mais 2 (dois) da escola X que ensina apenas artes visuais, com outra da Escola Y, que também leciona Artes Visuais, mais 1 (um) da Escola Z que trabalha reforço pedagógico em Português, teríamos os dados de 21 (vinte e um) professores de Artes, referentes a 16 (dezesesseis) estabelecimentos de ensino municipais (50% do total de escolas que poderiam compor a amostra desta pesquisa).

Revedo, dos dezesseis (100%) questionários, quatro (25%) disseram não trabalhar com música e doze (75%) afirmaram lecionar este conteúdo na disciplina, sendo que apenas nove (56,3%), no gráfico 6, disseram que trabalham como pede a SME, ensinando

tanto a prática quanto a teoria das aulas de música. Veja que agora se teria que, dos vinte e um (novo 100% de dados levantados), quatro (19%) não ensinariam nenhuma modalidade artística; cinco (23,8%) lecionariam apenas artes visuais; doze (57,1%) trabalhariam música em sala de aula, sendo que nove (agora 42,8%) ministrariam as aulas com um caráter teórico e prático, seguindo as diretrizes de SME.

Gráfico 38 – Simulação dos dados acrescentando-se as negativas de resposta em comparação ao Gráfico 5 que descreve o ensino de música na disciplina de Artes.



Fonte: Dados da pesquisa (Gráfico 5)/Dados coletados in loco a partir de conversas e justificativas de negativa de respostas à pesquisa (Gráfico de Simulação).

É considerável o número de escolas que direcionam seu ensino para outras atividades, desrespeitando a área educacional em artes e não obedecendo ao que consta na lei. É uma situação, que numa análise rápida, se mostra insustentável. A lei obriga o ensino de artes em suas linguagens artes visuais, dança, música e teatro (Lei 13.278/2016) e sabe-se do tempo curto disponibilizado a este ensino. Portanto, não se sustenta o uso desta aula para se trabalhar mais conteúdos que já são beneficiados no currículo por uma quantidade maior de

aulas.

Sabe-se que há um discurso de valorização do ensino de artes. Existem aspectos que justificam a importância do ensino de música na escola e estes valores não podem ser renegados. A música é uma modalidade de ensino tão necessária quanto Português, Matemática ou qualquer outra linguagem educacional. Essa discriminação, que já ocorre na divisão de tempo do quadro curricular de disciplinas, não pode ser sustentada quanto à essencialidade dos conhecimentos possibilitados.

Outro fato encontrado é que o número de profissionais que se dedicam apenas ao ensino de artes visuais pode ser maior, lembrando que em sua maioria os respondentes afirmaram que sua habilidade é com artes visuais, pois além dos 5 (cinco) que declararam abertamente temos mais 4 (quatro) que informaram que trabalham música somente a partir de conhecimentos teóricos. Este aspecto nos faz refletir onde estão os professores licenciados em música. Os profissionais que estão em sala de aula, ao trabalharem apenas artes visuais, estão agindo conforme o que se defende como correto, não trabalhar na perspectiva da polivalência. Mas os formados ou formandos em música? Por que não apareceu nenhuma resposta com essa formação acadêmica? Penna (2002) constata que os licenciados em música preferem escolas especializadas em música e que a escola básica, pela diversidade de abordagens que exige, não é seu objetivo de trabalho.

Mas há de se destacar que dos novos dados reformulados, ainda doze (57,1%) informaram trabalhar música em suas aulas, sendo que nove (42,8%) afirmaram que trabalha com conteúdos teóricos e práticos. Dados estes que identificam que uma média de 50% dos professores de Artes em Sobral ministram conteúdos da linguagem musical, possibilitando aos alunos a experiência do aprendizado de conhecimentos musicais.

Porém, não é possível saber, através dos dados desta pesquisa, o real conhecimento trabalhado pelos outros professores, que mesmo afirmando pouca habilidade ou nenhuma com música, relatam ensinar teoria e prática. Portanto, este estudo, se direciona a uma indagação central que precisa de uma resposta política/administrativa concreta e mudanças de postura nos setores envolvidos nesta estrutura educacional, desde a Secretária Municipal de Educação, passando pelo Núcleo Gestor de cada escola e chegando ao professor de Artes. Esta seria a pergunta que se espera resposta: realmente acontece, e como de dar, o processo de ensino/aprendizagem em música na rede educacional municipal de Sobral?

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Desenvolveu-se nas linhas deste texto um esforço em contribuir para o processo de ensino/aprendizagem em música com foco na educação escolar básica. O interesse pelo assunto partiu da convivência longínqua com a linguagem musical nestas perspectivas de ensino, neste contexto que se tornou o campo de pesquisa desta investigação.

Poder acrescentar argumentos, reflexões, descrições, discussões, questionamentos, ponderações e conclusões na construção do conhecimento na área da Educação Musical é objetivo neste estudo como um todo, que se concretiza na forma de um levantamento de dados.

Destaca-se o contexto local, a cidade de Sobral, pelas possibilidades que oferece para o desenvolvimento do ensino de artes e de música em especial, pois se cultiva neste município a cultura da educação como primordial e a cultura artística como símbolo de importância e, assim, reflete-se no ambiente escolar a colaboração destes dois conhecimentos na formação dos estudantes da rede municipal de educação. O que possibilitou entender a necessidade de projetos artísticos dentro da escola e, conseqüentemente, influenciando a presença do professor de Artes no currículo escolar, sinalizando para esta pesquisa como realidade instigante para a descrição que se propôs.

Na construção deste trabalho se justificou, no capítulo introdutório, a necessidade e o porquê de se fazer um levantamento que pudesse retratar a implementação do ensino de música na disciplina de Artes nas escolas de Sobral, para que se possa ter conhecimento desta, no intuito que estes dados não se mantenham desconhecidos.

A partir deste argumento de valor, no segundo capítulo se fez um relato histórico descritivo da cidade ora pesquisada, buscando fazer um desenho da estrutura educacional do município, enfatizando como se projeta a mesma quanto à educação local, regional e nacional e direcionando qual seria a população-alvo da investigação. Fez-se neste ponto uma relação da presença da Educação Musical ao longo dos anos dentro dos estabelecimentos de ensino nesta localização.

Para argumentar com os dados a serem levantados se fez um estudo literário dos principais textos que dialogariam com o tema em questão. No terceiro capítulo se construiu um referencial teórico condizente com as expectativas de assuntos a serem discutidos. Assim se referendou com estudos consagrados em Educação Musical no Brasil (Penna 2001, 2002, 2014; Figueiredo 2013; Del Ben 2003, 2005, 2010; Souza 2001, 2009; Arroyo 2002, 2008;

Bellochio 1999, 2000, 2003). Neste mesmo tópico se decidiu pelo melhor método de pesquisa para o que se almejava investigar (Fowler, 2011; Babbie, 2003), tendo neste, sua descrição e a forma de coleta de dados.

Descreveu-se, portanto, no capítulo seguinte, o quarto, o resultado dos dados levantados pelo survey que foi aplicado junto aos professores de Artes das escolas que compunham a amostragem deste estudo. Sendo assim, neste, tem-se como está a implementação dos conteúdos da linguagem musical, ou seja, como está se dando o ensino de música na sala de aula do currículo regular da escola básica, mais precisamente no ensino fundamental final, do 6º ao 9º ano, em Sobral.

Durante as visitas nas escolas, percebeu-se nos diálogos um redundante aparecimento do ensino de artes relacionado com a literatura, direcionando a crer que, nestes casos em específico, estas aulas de Artes têm um interesse maior no apoio de outros conhecimentos do que não o próprio ensino artístico. Aspecto este que pode ser prejudicial ao ensino de artes. Se utilizar de outras práticas, atividades, métodos, não quer dizer fugir do objetivo que é o ensino de música. Têm que se ter o foco na música como conhecimento principal destas atividades (Arroyo, 2002; Souza, 2001, 2009; Penna, 2002; Jorgensen, 1997; Oliveira, 2006).

Algumas observações foram percebidas e outras acrescentadas pelo profissional respondente, que levam a contextualizar melhor suas respostas. Por exemplo, é consenso que o espaço onde ocorrem as aulas de artes e música não é adequado, confirmado já nos dados da pesquisa inclusive onde treze (81,3%) respondentes consideram a prática em sala de aula inviável, e que também foi enfaticamente falada por alguns professores em suas colocações, dizendo que a sala de aula comum, onde as outras disciplinas também acontecem, não é apropriada para atividades práticas em música.

Um aspecto que foi ponto de interesse em ser expressado por alguns professores foram os comentários sobre a formação continuada, relatando que são formações que não percebem o contexto da sala de aula, estabelecendo diretrizes de ensino/atividades práticas que vão além das possibilidades do ensino na sala, onde os conteúdos pedagógicos não são aplicáveis em sala de aula. Por consequência, devendo ser repensada. Criticou inclusive esta visão polivalente que a SME impõe ao professor de Artes.

Acrescentaram ainda a necessidade de diversificar as formações para que o professor de Artes possa ensinar música com mais segurança, se apropriando de conteúdos variados, desde a partitura à música regional, pois são poucos os professores que têm o

preparo para ensinar música, segundo estes profissionais. Pode-se supor que estas críticas existem, pois, pela falta de conhecimento musical necessário, torna-se difícil o desenvolvimento de tais atividades em sala de aula da mesma forma que é ensinada nas formações.

Entenda que não se faz neste estudo uma análise destas formações, tem-se que ponderar que estes discursos podem partir de uma insatisfação pessoal, o objetivo da pesquisa foi outro. Estas falas são abordadas apenas para poder se idealizar as respostas obtidas e, assim, argumentar com estes dados numa reflexão que descreva o contexto de ensino de música em Sobral a partir do levantamento aqui proposto.

Outra colocação feita pelo professor de Artes sobre a importância da profissão foi que, em suas palavras, “falta valorização do trabalho de artes, falta valorização da disciplina de Artes e dos trabalhos desenvolvidos a partir deste conhecimento. Se Artes fosse matéria de cobrança nas avaliações seria mais valorizada”. Percebe-se que os profissionais se sentem desvalorizados, na medida em que fazem seu trabalho e não é reconhecida a importância das aulas e o que nelas é aprendido/produzido, podendo gerar desestímulo e isso refletir inclusive na qualidade de práticas futuras e mesmo em suas aulas.

Destaca-se ainda, que o interesse em aplicar os conteúdos de música nas aulas curriculares de Artes parte muito de concepções individuais, quase sempre do professor, às vezes do núcleo gestor, pois mesmo tendo direcionamento para que se tenha o ensino de música na disciplina homônima em todas as escolas de ensino fundamental final de Sobral, encontram-se escolas que não atendem este regulamento, não esquecendo que há uma legislação no Brasil que torna este ensino obrigatório na escola básica (Lei 9.394/96 e Lei 13.278/16). Percebe-se que quando é interesse da direção escolar, estas aulas acontecem, quando o profissional se impõe estas aulas acontecem, mas quando são direcionados a trabalhar outras linguagens, também assim se procede.

A partir do que está sendo exposto nesta pesquisa e ponderando todas as informações desta dissertação podem-se considerar alguns fatos, mas principalmente, pode-se concluir, a partir dos dados levantados, que na verdade ficam muitos questionamentos, porém que também possibilitaram direcionar algumas reflexões a partir destas informações. Reflexões estas que qualificam ou desqualificam as análises de alguns fatos que se apresentaram. Mas que representam o contexto pesquisado naquele determinado momento, pois que se entende que em ser um processo, encontra-se em constante adaptação, podendo em outras circunstâncias gerar dados complementares ou mesmo informações novas.

Sendo assim destaca-se como ponto positivo o fato que 100% dos respondentes afirmaram ter a disciplina de Artes no currículo escolar, independente da localização ser urbana, distrital ou rural, e que estas aulas acontecem dentro da sala de aula como as outras disciplinas.

Tomados como referência os dezesseis (100%) questionários têm-se que doze (75%) informaram ter Educação Musical em suas aulas, destes nove (56,3%) trabalham conteúdos da teoria e da prática. Se tomarmos como base os não respondentes também, passando a vinte e uma (100%) informações, tem-se que doze (57,1%) relatam trabalhar música em suas aulas, desses nove (42,8%) lecionam teoria e prática. Vê-se que nos dois dados é considerável a aparição do ensino sonoro em sala de aula na disciplina de Artes.

Incurões estas, relatadas com uma variedade de práticas como jogos musicais, técnica vocal, dinâmicas musicais, apreciação, história da música, percussão corporal, dentre outras, que podem ser analisadas como planejadas a partir de perspectivas de ensinos que tem como interesse a formação social relacionado com o aprendizado musical (Arroyo, 2002; Souza, 2001, 2009; Penna, 2002; Jorgensen, 1997), mas que também, por outro lado, podem ser avaliadas como sendo práticas esporádicas ou mesmo um processo apenas de repasse já que nove (56,3%) chegaram a afirmar que a sua única formação pra o ensino de música é o disponibilizado pela SME, coincidentemente os mesmos percentuais que responderam ensinar teoria e prática musical, como direciona a Secretaria de Educação.

Por falar na formação da SME, outro ponto que se pode, a princípio, ver como positivo é que segundo quinze professores (93,8%) existe uma formação que os auxilia e direciona para as atividades que devem ocorrer na disciplina em sala de aula. Porém, a falta de informação sobre essas formações, inclusive por parte do professor que tem uma variedade de conceitos sobre as mesmas, nos faz analisar que possam não ser satisfatória à totalidade dos profissionais da rede. E há de destacar como desvantagem que estas formações são mensais, por conseguinte, podendo não ser suficiente para apropriação do conhecimento necessário para que este professor possa transmiti-lo, ainda mais se forem processos de ensino de alguma linguagem que porventura não seja de sua habilidade.

Aulas de Artes acontecem uma vez por semana nas escolas regulares e duas nas de tempo integral, sendo em sua maioria de 50 (cinquenta) minutos, aspecto temporal este que demonstra uma desvalorização do ensino de Artes, pois é mínimo o tempo de uma única aula semanal.

Outro fato relevante é que oito (50%) das escolas têm um espaço específico para

ensino de atividades artísticas, metade da amostra portanto e que em dezesseis (100%) delas há um aparato de recursos como instrumentos variados e equipamentos para utilização nas aulas de música. Porém não foi identificado o seu uso, ou mesmo se utilizam como o fazem, já que treze (81,3%) dos respondentes dizem que é inviável a prática em sala de aula. Argumento este que preocupa, pois nove (56,3%) informaram trabalhar também a prática, o que nos remete a refletir as concepções de Educação Musical, ou mesmo de suas práticas diárias, nos levando a considerar, mais uma vez, se as intervenções musicais são acontecimentos aleatórios.

Aspectos considerados negativos aparecem sucessivamente quando levantados os dados da formação do professor. Nenhum dos respondentes tem formação específica em Artes ou alguma área específica e destes apenas três (18,8%) buscaram fazer uma pós-graduação em Artes. Soma-se a isto o fato que em sua maioria oito (50%) relataram que dominam e melhor lecionam artes visuais, contra um (6,3%) que diz que sua habilidade é melhor em música, forma-se um quadro preocupante.

Mas pode-se perceber um ponto significativo, onde seis (47,8%) informaram já ter algum conhecimento prévio em música e que atualmente nove (56,3%) afirmaram praticar algo de cunho musical. Pode-se perceber o interesse em desenvolver estas habilidades, provavelmente para favorecer o trabalho com a Educação Musical em suas disciplinas. Uma possibilidade de uma melhor formação seria os cursos de Pedagogia, que é inclusive a formação acadêmica da maioria dos professores respondentes, oferecerem mais disciplinas de ensino/aprendizagem musical, podendo este profissional, estando mais preparado, auxiliar no processo de ensino sonoro na escola (Figueiredo, 2013; Bellochio, 1999, 2000).

Um ponto negativo é o direcionamento para o ensino polivalente, onde este mesmo professor, durante o ano tem que lecionar todos os conteúdos, mesmo não tendo formação específica e nem de conhecimentos artísticos em alguns casos. E complementa este argumento, que ao ser perguntado da formação artística em música, os dados obtidos foram irrelevantes, situação esta que não pode ser considerada como aceita para uma instituição de ensino público, que deve ter como primordial a manutenção das leis (Figueiredo, 2013; Penna, 2001, 2002, 2014; Del Ben, 2005, 2010).

Situação que está relacionada diretamente com a desvalorização do trabalho do professor e numa análise de qualidade de suas aulas, pois o professor precisa trabalhar de maneira confortável seus conhecimentos para que possa surtir um aprendizado satisfatório.

Como defende Oliveira:

Os profissionais precisam se sentir confortáveis nas suas funções docentes em música e ter uma identidade ou perfil de atuação clara da profissão de educação musical para que a sociedade brasileira possa, em retorno, defender a sua necessidade e permanência perante o sistema educacional. A área de música já é bastante diversa e requer muitas habilidades, experiências e saberes acumulados. (OLIVEIRA, 2006, p. 26).

Estes dados somados as observações feitas, podem direcionar a crer que na disciplina de Artes o ensino de música precisa ser tomado com mais cuidado, já que conta com pouco tempo de ocorrência em sala de aula, com professores que sua habilidade não envolve os conhecimentos em música, a estrutura de uma sala de aula comum possa ser inviável, formações que não atendem as necessidades, visto que são acontecimentos mensais e precisa-se de uma análise de seu teor pedagógico e artístico e, ainda, uma eminente desvalorização da educação artística e conseqüente da Educação Musical como componente curricular de ensino obrigatório na escola pública municipal em Sobral, quando de sua substituição pelo ensino de complementação em Português e Matemática.

Compreende-se que esta estrutura educacional precisa pensar e repensar suas práticas para proporcionar um ensino de Artes cada vez mais consistente. A busca insistente por estudos, pesquisas, diretrizes, novas práticas, são vitais para a constante renovação que um projeto em educação necessita, seja em qualquer linguagem. Mas que seja observado o contexto para que se proponham conteúdos e abordagens condizentes com a sala de aula.

O ensino de Artes (artes visuais, dança, música e teatro), primeiro, precisa realmente acontecer em todas as escolas, não se pode aceitar mais que seja substituído por complementação escolar, a lei é bem clara, é obrigatório o ensino de Artes. Um concurso público para professor de Artes, com exigência de formação na área, poderia amenizar este quadro. Estas aulas também não podem ser camufladas com aulas de letramento com o auxílio das artes, a disciplina é de Artes e, necessariamente, devem ser lecionados conteúdos de teor artístico. É direito dos estudantes.

Há que se pensar uma estrutura que desvincule a polivalência destas aulas, o professor de música precisa se dedicar a estes conhecimentos para poder transmitir suas aulas com qualidade, assim como o professor de dança, artes visuais e teatro. Mesmo que cada professor de uma linguagem específica tenha que se locomover por várias escolas. Algo que poderia ser favorecido se o tempo de aula no currículo para Artes fosse maior. E neste aspecto, os licenciados em música precisam ocupar estes espaços, pois se na cidade esta é a única formação superior, estes precisam lutar e ter garantidos o seu lugar nesta estrutura.

Impreterivelmente, precisa-se valorizar este ensino no processo educacional deste município. Especificamente em música, é necessário dar o devido valor deste conhecimento. Música é uma arte que está presente em todos os momentos que envolve a rotina do ser humano, fazendo parte da formação individual. Música é uma das primeiras formas de manifestações artística historicamente falando e das primeiras a ser manifesta no ser humano nos primeiros meses de vida. O processo educativo em música possibilita ganhos intelectuais, motores, cognitivos, artísticos, estéticos, sociais, entre muitos outros. Portanto, este aprendizado na escola deve ser devidamente valorizado, bem quisto e incentivado.

Tem-se que valorizar o professor de Artes. Este profissional passa uma vida dedicada a fazeres artísticos, estuda quatro anos numa licenciatura, quase sempre ingressa numa pós-graduação, sempre em busca de mais conhecimentos artísticos e pedagógicos em sua área, não pode ser discriminado com serviços que não são os seus. Decorar escola não é serviço de professor de Artes é de decorador e tem profissionais que se dedicam a este serviço. Pintar parede não é função do professor de Artes, tem empresas especializadas nisso. Cantar nas datas emblemáticas não é função do professor de Artes, para isso tem empresas cerimonialistas. O professor tem que transmitir conhecimentos, educar, ensinar, tem que estar dedicado ao ensino e aprendizagem de sua linguagem para possibilitar aos estudantes conhecimentos que só este profissional mantém.

E, claro, têm-se que valorizar o estudante, dar o devido respeito. Não se pode ofertar um ensino artístico de qualquer forma. É sabido que se tem, diariamente, que quebrar o preconceito de que a disciplina de Artes não é importante, “nem reprova” como dizem os estudantes. Algo que, quando se mantêm o respeito ao conhecimento oferecido, ministrando os conteúdos com firmeza e ligados a práticas atuais, quem sabe até com o uso de mídias (Souza, 2009; Arroyo, 2002), será o resultado obtido.

Assim, de tudo o que foi exposto, é certo que ficam muitas perguntas que as refaço novamente aqui, pois que os dados descrevem o ensino de música na disciplina de Artes, mas não permite a compreensão de muitos aspectos, o que já era esperado, já que se propôs um levantamento de dados e não um estudo de caso. Desta pesquisa pode-se dizer que possibilitou conhecer o contexto investigado, mas resultaram também indagações que precisam ser investigadas a partir de outras metodologias futuramente. Algumas destas perguntas são:

Qual a compreensão de ensino de música que se tem na rede educacional de Sobral? Como é pensado o ensino de música pela SME, pela formação continuada e pelo

próprio professor de Artes?

Quais as diretrizes que se funda a Educação Musical no município?

Como um profissional que não tem formação acadêmica específica, na área que leciona, e que dispõe apenas de uma formação mensal, pode lidar com o ensino de música de qualidade em sala de aula?

Como se desenvolvem os aprendizados nessa perspectiva de ensino polivalente? Por que não o ensino por linguagem artística? Por que ainda não teve um concurso público que oferecessem vagas para professores de Artes formados em áreas específicas?

Quais os reais conhecimentos ensinados e aprendidos nas aulas de Artes em Sobral?

O trabalho desenvolvido em Sobral está ou não direcionado de forma coerente?

Existe ensino/aprendizagem em música na rede educacional municipal de Sobral?

Não era intenção cessar todas estas e outras indagações que surgiram durante a pesquisa; responder todos os questionamentos sobre esta temática. Porém direciona-se aqui a necessidade de uma investigação mais elaborada, com uma metodologia condizente que possa identificar estes pontos que foram levantados, algo que possa ser objeto de investigação em uma pesquisa futura de doutorado. Mas tem-se nestas linhas a descrição do ensino e aprendizagem em Artes com o foco na Educação Musical no currículo da cidade de Sobral.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Poliana de Carvalho. Educação musical na escola pública: Um estudo sobre a situação do ensino da Música nas escolas da rede municipal de Salvador. Salvador, 2007. Dissertação de mestrado em Música, Programa de Pós-graduação em Música da Universidade Federal da Bahia/UFBA.
- ARROYO, Margaret. Educação Musical na Contemporaneidade. Anais do II Seminário Nacional De Pesquisa Em Musica Da UFG. Jun. 2002. p. 18-29. Disponível em: <<https://mestrado.emac.ufg.br/n/31464-sempem-anais-on-line>>. Acesso em: 26 maio 2016.
- ARROYO, Margaret. Estudos de pós-graduação que focalizam juventudes, músicas e escolas: algumas indicações para a Educação Musical. XVII Encontro Nacional da ABEM. Out. 2008. p. 1-8. Disponível em: <<http://docplayer.com.br/9238603-Estudios-de-pos-graduacao-que-focalizam-juventudes-musicas-e-escolas-algumas-indicacoes-para-a-educacao-musical.html>>. Acesso em: 26 maio 2016.
- BABBIE, Earl. Métodos de Pesquisas de Survey. Tradução: Guilherme Cezarino. Belo Horizonte: Ed.: UFMG, 1999. 2ª reimpressão, 2003.
- BELLOCHIO, Cláudia Ribeiro. O curso de pedagogia e a formação inicial de professores: reflexões e experiências no ensino de música. Expressão: Revista do Centro de Artes e Letras da UFSM, Santa Maria, RS, ano 3, v. 2, n. 2, p. 73-77, jun./dez. 1999.
- BELLOCHIO, Cláudia Ribeiro. A educação musical nas séries iniciais do ensino fundamental: olhando e construindo junto às práticas cotidianas do professor. 2000. Tese (Doutorado) – Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2000.
- BELLOCHIO, Cláudia Ribeiro. Da produção da pesquisa em educação musical à sua apropriação. Revista da Anppom. v.9, 2003, p. 35-48. Disponível em: <<http://www.anppom.com.br/revista/index.php/opus/article/view/86>>. Acesso em: 28 abril 2016.
- BRASIL. Lei 5692/71. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília: Ministério da Educação, 1971. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L5692.html>. Acesso em: 26 maio 2016.
- BRASIL. Lei 9394/96 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília: Ministério da Educação, 1996.
- BRASIL. Parecer CNE/CEB 22/2005. Brasília: MEC, 2005. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/pceb22_05.pdf>. Acesso em: 26 maio 2016.
- BRASIL. Lei 11.769 de 18 de agosto de 2008. Altera a Lei n. 9394/96, para dispor sobre a obrigatoriedade do ensino de música na educação básica. Brasília: Presidência da República, 2008.

BRASIL. Lei 12.287 de 13 de julho de 2010. Altera a Lei n. 9394/96, no tocante ao ensino de Arte. Brasília: Presidência da República, 2010.

BRASIL. Parecer CNE/CEB 12/2013. Brasília: MEC, 2013. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=14875-pceb012-13&category_slug=dezembro-2013-pdf&Itemid=30192>. Acesso em: 26 abril 2016.

BRASIL. Lei 13.278 de 02 de maio de 2016. Altera a Lei n. 9394/96, para dispor sobre a obrigatoriedade do ensino de artes visuais, dança, música e teatro na educação básica. Brasília: Presidência da República, 2016.

DEL BEN, Luciana. A Pesquisa em Educação Musical no Brasil: Breve trajetória e desafios futuros. Per Musi. Belo Horizonte, v. 7, 2003. p. 76-82.

DEL BEN, Luciana. Um estudo com escolas e professores da rede estadual de educação básica de Porto Alegre/RS: subsídios para a elaboração de políticas de educação musical. Relatório Técnico-Científico. Processo CNPq nº 474146/03-0. 2005.

DEL BEN, Luciana. O ensino de Música na Educação Básica. Anais da Confaeb, 2010. Última modificação 25/08/2010, 19:05. Disponível em: <http://aaesc.udesc.br/confaeb/Anais/luciana_del-ben.pdf>. Acesso em: 27 abril 2016

FIGUEIREDO, S. L. F. Teaching music in the preparation of generalist teachers: A Brazilian experience. Bulletin of the Council for Research in Music Education, 161/162, p. 73-81, 2004a.

FIGUEIREDO, S. L. F. A preparação musical de professores generalistas no Brasil. Revista da ABEM. Porto Alegre, v.11, 55-62, 2004b.

FIGUEIREDO, Sérgio. Intermédio: revista do Programa de Pós-graduação em Educação, Campo Grande, MS, v. 19, N. 37, p.29-52, jan/jun. 2013.

FIGUERÔA, Arthur de Souza; MONTEIRO, Dielton P. Maranhão & ABREU, Delmary Vasconcelos de. Mapeamento dos professores de música que atuam nas escolas de educação básica das cidades de Brasília e Cruzeiro/DF. Apresentado no XIII Encontro Regional Centro-Oeste da ABEM. Campinas, 2014.

FONTEERRADA, M. De tramas e fios: Um ensaio sobre música e educação. São Paulo: Editora da UNESP, 2005.

FOWLER, Floyd J., Jr. Pesquisa de Levantamento. Tradução: Rafael Padilha Ferreira; Revisão técnica: Dirceu da Silva. Porto Alegre: Penso, 2011.

FUCCI AMATO, Rita de Cássia. Capital cultural versus dom inato: questionando sociologicamente a trajetória musical de compositores e intérpretes brasileiros. Opus, Goiânia, v. 14, n. 1, p. 79-97, jun. 2008.

HIRSCH, I. B. Música nas séries finais do ensino fundamental e no ensino médio: um survey com professores de arte/música de escolas estaduais da região sul do Rio Grande do Sul.

Porto Alegre, 2007. Dissertação (Mestrado em Música), Instituto de Artes, Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

INEP, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Vencendo o desafio da aprendizagem nas séries iniciais: A experiência de Sobral/CE. In: Série Projeto Boas Práticas na Educação; v. 1. Brasília: INEP, 2005.

IPECE, Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará. Perfil Básico Municipal de Sobral. 2014. Disponível em: <www.ipece.ce.gov.br>. Acesso em: 26 jun. 2015.

JORGENSEN, E. In search of music education. Urbana: University of Illinois Press, 1997.

KRAEMER, Rudolph-D. Dimensões e funções do conhecimento pedagógico-musical. Em Pauta – Revista do PPG em Música – UFRGS, Porto Alegre, v.11, n.16/17, p. 50-73, abr/set, 2000.

LOUREIRO, Alícia Maria Almeida. O ensino de Música na escola fundamental. São Paulo: Papirus, 2010.

OLIVEIRA, Alda de Jesus. Educação Musical e Diversidade: Pontes de Articulação. Revista da ABEM. Porto Alegre, v. 14, 25-33, mar. 2006.

PENNA, M. Este é o ensino de artes que queremos? Uma análise das propostas dos Parâmetros Curriculares Nacionais. João Pessoa: Editora Universitária UFPB, 2001.

PENNA, M. Professores de música nas escolas públicas de ensino fundamental e médio: uma ausência significativa. Revista da ABEM, Porto Alegre, v. 7, p. 07-19, set. 2002.

PENNA, Maura (Coord). A arte no ensino médio nas escolas públicas da Grande João Pessoa. João Pessoa: D'ARTES/UFPB, 2002. Relatório de pesquisa.

PENNA, Maura (Coord). A situação do ensino de arte: mapeamento da realidade nas escolas públicas da Grande João Pessoa – 2ª etapa. João Pessoa: D'ARTES/UFPB, 2002. Relatório de pesquisa.

PENNA, Maura. Música(s) e seu Ensino. 2. ed. rev. e ampl. Porto Alegre: Sulina, 2014.

PIMENTA, S. G. Docência no ensino superior. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

SOARES, Ana Paula de Macedo. Boletim Dicas. INSTITUTO PÓLIS, 1999. Disponível em: <<http://polis.org.br/publicacoes/programa-sobral-crianca>>. Acesso em: 02 jul. 2015.

SOBRAL. Decreto Nº 303 de 23 de Janeiro de 2001. Lei de criação da Escola de Música de Sobral.

SOBRAL. Jornal Municipal, Nº IX. 07 de novembro de 2002. Disponível em: <http://www.sobral.ce.gov.br/jornal/2002/10ed/escola_viva.htm>. Acesso em: 02 jul. 2015.

SOBRAL. Boletim Municipal. Ano XVIII, nº 184. 08 de outubro de 2015. Disponível em:

<http://www.sobral.ce.gov.br/boletim/2015/b_outubro2015/pdf_Interativo/08-10-2015.pdf>.
Acesso em: 09 out. 2015

SOBRAL. Ranking das escolas municipais no IDEB 2013. Disponível em:
<http://www.sobral.ce.gov.br/boletim/files/Seduc/Ranking_Escolas_Municipais_Ideb_2013.pdf>. Acesso em: 26 jun. 2015.

SOUZA, Jusamara. Múltiplos espaços e novas demandas profissionais: reconfigurando o campo da educação musical. In: ENCONTRO ANUAL DA ABEM, 10, 2001, Uberlândia. Anais.... Porto Alegre: Associação Nacional de Educação Musical, 2001. p. 85-92.

SOUZA, Jusamara. Aprender e ensinar música no cotidiano: pesquisas e reflexões. In: Souza, J. et al. Aprender e ensinar música no cotidiano. Org. por Jusamara Souza. – Porto Alegre: Sulina, 2009. p.7-12. (Coleção Músicas) - 2ª edição.

VIEIRA, Leonardo. Secretário de Sobral, no Ceará, comenta sucesso do município nas outras edições do IDEB. O GLOBO: online, 2014. Disponível em:
<<http://oglobo.globo.com/sociedade/educacao/educacao-360/secretario-de-sobral-no-ceara-comenta-sucesso-do-municipio-nas-outras-edicoes-do-ideb13842820#ixzz3eBxGG11A>>.
Acesso em: 26 jun. 2015.

WOLFFENBÜTTEL, Cristina Rolim. Ensino de Música na Educação Básica: uma investigação em escolas públicas do Rio Grande do Sul. XXI Congresso da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Música - Uberlândia – 2011.

TARDIF, M. Saberes docentes e formação profissional. 8. ed. Petrópolis: Vozes, 2007.

TOURINHO, I. Usos e funções da música na escola pública de 1o grau. Fundamentos da Educação Musical, ABEM, v. 1, 91-113, 1993.

APÊNDICE A – INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS

QUESTIONÁRIO – SURVEY/LEVANTAMENTO DE DADOS

O ENSINO DE MÚSICA NO MUNICÍPIO DE SOBRAL: LEVANTAMENTO SOBRE A IMPLEMENTAÇÃO DA MÚSICA NA DISCIPLINA DE ARTES DENTRO DO CURRÍCULO ESCOLAR.

Prezado (a) Professor (a),

Estamos convidando-o para participar de uma pesquisa, de abrangência regional, que visa conhecer como se dá a implementação da música na disciplina de Artes nas escolas de Educação Básica de Sobral/CE (Ensino Fundamental Final 6º ao 9º ano).

Esta pesquisa é fruto de um estudo de mestrado em artes, cujo interesse é conhecer como se dá os processos que envolvem o ensino/aprendizagem em música na disciplina de Artes (desde espaços físicos e temporal, metodologias, formação do professor a opiniões pessoais sobre este ensino).

Sua participação é muito importante para o desenvolvimento da área da Educação Musical em nosso município.

Atenciosamente,

Mestrando: Miquéias Gomes Ferreira

Orientador: Dr. Marco Antonio Toledo Nascimento

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ – UFC

PROFARTES – Mestrado Profissional em Artes UDESC/UFC

PESQUISAMUS Grupo de pesquisa em Música e Educação da UFC/Sobral

*Obrigatório



UNIVERSIDADE
FEDERAL DO CEARÁ



Bem Vindo!

Obrigado por participar da pesquisa!

1. Por gentileza, leia atentamente as informações abaixo antes de responder o questionário. O tempo de resposta é de aproximadamente 20 minutos e não existem respostas certas ou erradas. As informações e os resultados obtidos serão divulgados em publicações e eventos acadêmicos e científicos, sendo garantido o anonimato dos respondentes. Para obter mais informações sobre o trabalho, por gentileza, entre em contato pelo e-mail: miqueiasgf@hotmail.com *

Marcar apenas uma oval.

Declaro que concordo em participar da pesquisa

1 DADOS GERAIS

2. Esta escola se classifica, quanto ao ensino ofertado, como: *

Marcar apenas uma oval.

Escola de ensino regular de 1º ao 9º ano

Escola de ensino regular de 6º ao 9º ano

Escola de tempo integral de 1º ao 9º ano

Escola de tempo integral de 6º ao 9º ano

3. Com relação a localização, esta escola é considerada: *

Marcar apenas uma oval.

Escola urbana, localizada na sede

Escola urbana, localizada no distrito

Escola rural

4. Quanto ao nível desta escola, segundo classificação local, sua escola é: *

Marcar apenas uma oval.

Escola de nível C até 400 alunos

Escola de nível B de 401 a 700 alunos

Escola de nível A a partir de 701 alunos

2 O ENSINO DE MÚSICA NA DISCIPLINA DE ARTES

Quanto a disciplina de Artes, música na disciplina de Artes e características gerais do projeto Artes no currículo escolar

5. Você conhece a LDB (lei 9.394/96) e a lei 11.769/08, que falam da obrigatoriedade do ensino de Artes e dos conteúdos música neste ensino, dentro da escola básica? *

Marcar apenas uma oval.

Não, esse assunto é novo para mim

Não, sabia apenas que a lei permite o ensino de artes, mas não sabia que os conteúdos de música são obrigatórios

Sim, sabia que este ensino é respaldado por estas leis, mas não conheço o seu teor

Sim, conheço as leis mencionadas e a obrigatoriedade nelas mencionadas quanto ao ensino de música

6. Nesta escola há disciplina de Artes? *

Marcar apenas uma oval.

Não, nenhuma aula de artes, nenhuma disciplina chamada Artes na grade curricular

Não, mas tem aula de modalidades artísticas por outros projetos no contraturno

Sim, tem esta disciplina mas ainda não é lecionado conteúdos artísticos

Sim, tem a disciplina de Artes no currículo escolar e são trabalhados conteúdos de uma única modalidade artística

Sim, tem a disciplina de Artes no currículo escolar e são trabalhados conteúdos de várias modalidades artísticas

7. Música é um dos conteúdos desta disciplina? *

Marcar apenas uma oval.

Não, os conteúdos são apenas teóricos de história da arte

Não, por opção da escola, são lecionados conteúdos de outras áreas da educação

Não, só se ensina conteúdos relacionados a artes visuais

- () Sim, somente se ensina música nesta escola, nas aulas de artes
 () Sim, como pede a Secretaria Municipal de Educação-SME, temos aulas de música na disciplina de artes, bem como teatro, dança e artes visuais
 () Como não temos essa disciplina na escola, também não se ensina música

8. Como você ensina os conteúdos de música em sala de aula? *

Marcar apenas uma oval.

- () Ensino apenas os conteúdos teóricos
 () Ensino apenas conteúdos práticos
 () Ensino conteúdos práticos e teóricos (incluindo percepção, apreciação e criação)
 () Não ensino conteúdos da linguagem musical

9. Como se dá na aula de Artes o ensino/aprendizado dos conteúdos da teoria musical? *

Marcar apenas uma oval.

- () Não se leciona a teoria musical em sala, ensina-se a partir de jogos e dinâmicas de caráter musical
 () A teoria anda em conjunto com a prática, portanto, em sala se ensina a teoria musical, como a leitura de partituras e outras linguagens de escrita da música como tablatura e cifras, propriedades do som, melodia, harmonia e ritmo, teoria de utilização dos instrumentos que são aprendidos em sala, além de história da música
 () Nas aulas de Artes só leciona-se a teoria musical e história da música
 () As aulas são baseadas na prática, quando se achar necessário fala-se da teoria relacionada aquela prática

10. Como se dá na aula de Artes o ensino/aprendizado dos conteúdos da prática musical? *

Marcar apenas uma oval.

- () Após os conteúdos teóricos, passasse a utilizar os instrumentos para praticar o que foi aprendido
 () A prática anda em conjunto com a teoria, portanto, em sala a prática se dá com a utilização de instrumentos musicais (percutidos, melódicos e harmônicos) e canto coletivo, bem como da apropriação de outras ferramentas de ensino musical
 () A prática é inviável em sala de aula, por isso só se leciona teoria, história da música e apreciação musical
 () A prática musical, como a escola não tem espaço específico, é dada somente com dinâmicas musicais, percussão corporal e canto coletivo

11. De que outras formas você aborda os conteúdos de música na aula de Artes? *

Marque todas que se aplicam.

- [] Jogos musicais
 [] Manossolfa
 [] Solfejo
 [] Técnica vocal
 [] Dinâmicas musicais
 [] Percussão corporal
 [] História da música
 [] Apreciação musical
 [] Aulas de campo com visitas a espetáculos/shows/oficinas/apresentações dentro e fora da escola
 [] Formação de banda
 [] Outro:

12. A disciplina de Artes produz apresentações artísticas? *

Marcar apenas uma oval.

- () Não, o ensino não objetiva a performance

- Não, o ensino em sala não possibilita apresentações pelo seu formato de ensino massivo
- Sim, há direcionamentos por parte dos estudantes para formação de grupos para que se apresentem nos momentos apropriados
- Sim, individualmente, quando algum aluno propõe por si só
- Sim, há direcionamento, por parte do professor, inclusive incluso no plano diário, para formação de grupos, ensaios coletivos por turmas, etc, para que se apresentem nos momentos apropriados, ou como fechamento da disciplina num determinado período do ano
13. As apresentações/shows artísticos em geral, incluindo as produzidas nas aulas de Artes, caso tenham, seguem a que propósito? *

Marcar apenas uma oval.

- Apenas para atingir as metas mensais de datas comemorativas da escola
- Existe um plano pedagógico em que estas apresentações sintetizam estes conhecimentos numa culminância dos objetivos propostos
- Não tem propósitos, são sempre apresentações aleatórias, conforme o interesse dos alunos ou da escola
- Há um propósito misto, onde segue-se o plano anual da disciplina, mas também direciona-se, para datas comemorativas e eventos da SME

14. Quantas aulas de Artes você tem por turma/sala de aula? *

Marcar apenas uma oval.

- Nenhuma
- Uma
- Duas
- Três
- Mais de três

15. Quanto tempo dura uma aula de Artes? *

Marcar apenas uma oval.

- Menos de 30 minutos
- 30 minutos
- 45 minutos
- 50 minutos
- Uma hora
- Outro:

16. As aulas de Artes, são ministradas dentro do cronograma curricular junto com as outras disciplinas, como manda a lei? *

Marcar apenas uma oval.

- Não, estas aulas acontecem no contraturno pois a escola não tem condições físicas de ter esta aula no mesmo turno
- Não, a escola não quer que as outras aulas sejam atrapalhadas
- Sim, como consta na LDB 9.394/96 a aula é dada no mesmo turno em que as demais disciplinas são lecionadas
- Outro:

17. A Secretaria Municipal de Educação (SME) mantém um curso de formação continuada para os professores de artes? *

Marcar apenas uma oval.

- Não, nunca teve
- Não, mas já teve
- Sim, semanalmente há encontros
- Sim, quinzenalmente há encontros
- Sim, mensalmente há encontros

18. Como você pode caracterizar estas formações (caso tenha)? *

Marcar apenas uma oval.

- De caráter apenas pedagógico
- De caráter apenas artístico
- De caráter pedagógico em parte do período e na outra parte artístico
- De caráter pedagógico em sua maior parte, mas com direcionamento para o ensino de artes, onde se aprende dinâmicas e atividades para o ensino dos conteúdos artísticos
- De caráter artístico em sua maior parte, mas com direcionamento a pedagogias para o ensino de artes, onde se aprende a lidar com a didática para o ensino dos conteúdos artísticos
- Não tem formação continuada

19. Como são abordados os conteúdos artísticos nas formações? *

Marcar apenas uma oval.

- Não são abordados conteúdos artísticos, somente pedagógicos
 - Os conteúdos e discussões são abordados em conjunto com todas as áreas aprendendo juntos o mesmo assunto
 - Os conteúdos e discussões são feitos por área artística com professores específicos de cada modalidade artística
 - Uma parte da formação é em conjunto e outra de conteúdos específicos aprendidos por área
20. Quanto aos conteúdos, há diretrizes para o ensino das linguagens artísticas na disciplina de Artes? *

Marcar apenas uma oval.

- Não, as aulas são dadas de qualquer forma
- Não, o professor que direciona suas aulas
- Sim, o que é ensinado nas formações são direcionadas para o ensino na escola
- Sim, toda escola possui no seu plano pedagógico diretrizes para o ensino de Artes
- Sim, a SME tem diretrizes específicas para o ensino de Artes
- Sim, segue-se as diretrizes dos PCNs e outras diretrizes Nacionais para o ensino de Artes

21. Há diretrizes para o ensino de música na disciplina de Artes? *

Marcar apenas uma oval.

- Não, as aulas são dadas de qualquer forma
- Não, o professor que direciona suas aulas
- Sim, o que é ensinado nas formações são direcionadas para o ensino na escola
- Sim, toda escola possui no seu plano pedagógico diretrizes para o ensino de música
- Sim, a SME tem diretrizes específicas para o ensino de música
- Sim, segue-se as diretrizes dos PCNs e outras diretrizes Nacionais para o ensino de música

3 QUANTO A ESCOLA

22. Esta escola possui espaço próprio para o ensino de atividades artísticas? *

Marcar apenas uma oval.

- Sim, uma sala/laboratório específico(a) só para atividades artísticas
- Não, nenhuma sala/laboratório específico(a) para o ensino de atividades artísticas, mas é disponibilizado uma sala que fica exclusiva durante o ano
- Não, nenhuma sala para o ensino de atividades artísticas
- Existem espaços improvisados para o ensino de atividades artísticas, porém não definitivos

23. Esta escola possui espaço próprio para apresentações/show de atividades artísticas? *

Marcar apenas uma oval.

- Sim, uma sala/palco/teatro específico(a) só para apresentações/show de atividades artísticas
- Não, nenhuma sala específica para apresentações/show de atividades artísticas, mas há

espaços fixos para esse tipo de apresentações artísticas

Não, nenhuma sala para apresentações/show de atividades artísticas

Existem espaços alternativos para apresentações/show de atividades artísticas, que não são fixos

24. Destaque os espaços onde ocorre apresentações/show das atividades artísticas/Música, oficiais e alternativos: *

Marque todas que se aplicam.

Sala/laboratório específico

Sala de aula normal

Biblioteca

Auditório

Pátios

Refeitório

Teatro/anfiteatro

Estúdio musical

Outro:

25. Especificamente, quanto a disciplina de Artes do currículo regular, em que espaço esta aula ocorre? *

Marcar apenas uma oval.

Sala específica para o ensino de Artes, que a escola disponibiliza

Sala de aula normal, como as outras disciplinas

Espaços alternativos disponíveis no momento da aula

Espaços alternativos disponíveis de forma fixa, para o ensino da disciplina de Artes

26. Destaque os espaços alternativos onde ocorre o ensino da disciplina de Artes, caso exista:*

Marque todas que se aplicam.

Sala/laboratório específico

Sala de aula normal

Biblioteca

Auditório

Pátios

Refeitório

Teatro/anfiteatro

Estúdio musical

Outro:

27. Destaque o espaço oficial onde ocorre o ensino de música na disciplina de Artes: *

Marcar apenas uma oval.

Sala/laboratório específico

Sala de aula normal

Biblioteca

Auditório

Pátios

Refeitório

Teatro/anfiteatro

Estúdio musical

Outro:

28. Quanto a equipamentos, a escola possui instrumentos musicais? *

Marcar apenas uma oval.

Não possui instrumentos musicais

Não possui instrumentos musicais, mas pede emprestado a outras escolas para as aulas de Artes

Não possui instrumentos musicais, mas pede que os alunos tragam os seus

Sim, Possui instrumentos próprios da escola

29. Se sim, destaque-os se for possível *

Marque todas que se aplicam.

Violão

Guitarra

Baixo elétrico

Cavaco

Violino

Banda de fanfarra/banda marcial

Bateria

Pandeiro

Timba e atabaque

Flauta doce

Saxofone

Trompete

Outro:

30. Destaque outros equipamentos, utilizados nas aulas de Artes/Musica: *

Marque todas que se aplicam.

Microfones

Som portátil

Notebook

Mesa de som

Caixas amplificadas

Projetores de imagem

Outro:

4 QUANTO AO PROFESSOR DA DISCIPLINA DE ARTES

31. Qual a sua formação acadêmica? *

Caso esteja cursando ou concluiu um curso diferente das opções dadas mencione-o na caixa: outros

Marcar apenas uma oval.

Ensino médio ou equivalente completo

Cursando licenciatura/bacharelado em Artes

Cursando licenciatura/bacharelado em Música

Concluído licenciatura/bacharelado em Artes

Concluído licenciatura/bacharelado em Música

Outro:

32. Você possui curso de pós-graduação?*

Marcar apenas uma oval.

Não é meu interesse

Não, mas pretendo fazer

Sim, especialização em andamento

Sim, especialização concluída

Sim, mestrado em andamento/concluído

Sim, doutorado em andamento/concluído

33. Se sim, você tem curso de pós-graduação, este curso foi em que área? *

Caso tenha pós-graduação em outra área mencione na caixa: outros

Marcar apenas uma oval.

Artes

Específico em música

Educação

Outro:

34. Como artista, quais são suas habilidades práticas? *

Caso tenha habilidade com mais de uma atividade artística mencione na caixa: outros

Marcar apenas uma oval.

Principalmente com artes visuais

Principalmente com teatro

Principalmente com dança

Principalmente com música

Apenas com artes visuais

Apenas com teatro

Apenas com dança

Apenas com música

Tenho apenas habilidades pedagógicas, estou conhecendo as linguagens artísticas agora

Outro:

35. Como professor de Artes, quais os conteúdos que você melhor leciona? *

Caso tenha habilidade com mais de uma atividade artística mencione na caixa: outros

Marcar apenas uma oval.

Principalmente artes visuais

Principalmente teatro

Principalmente dança

Principalmente música

Apenas artes visuais

Apenas teatro

Apenas dança

Apenas música

Tenho apenas habilidades pedagógicas, estou conhecendo as linguagens artísticas agora

Outro:

36. Para o ensino de música, você teve cursos preparatórios antes? *

Se você tem conhecimentos prévios em mais de uma forma de formação, mencione-os na caixa outros.

Marcar apenas uma oval.

Não, lecionei este conteúdo sem conhecimentos prévios, pois estou lotado como professor de Artes

Não, mas só lecionei os conteúdos de música, quando passei por formação

Sim, fiz aula de instrumentos musicais

Sim, fiz aulas de canto/coral

Sim, fiz aulas de teoria e jogos musicais para ensinar na escola

Sim, somente a formação continuada oferecida pela Secretaria municipal de Educação

Outro:

37. Atualmente, você faz algo que seja de cunho musical? *

Marque todas que se aplicam.

Não faço nada musicalmente

Não estudo/prático mais nada em música

- Sim, toco um instrumento musical
 Sim, canto num grupo coral
 Sim toco, canto, participo de cursos em música
 Vivo profissionalmente da música instrumental/vocal
 Outro:

38. Há quanto tempo você trabalha com Artes? *

Marcar apenas uma oval.

- menos de um ano
 um ano
 dois anos
 três anos
 Outro:

39. Há quanto tempo você leciona na disciplina de Artes? *

Marcar apenas uma oval.

- menos de um ano
 um ano
 dois anos
 três anos
 Outro:

40. Há quanto tempo você trabalha com música? *

Marcar apenas uma oval.

- menos de um ano
 um ano
 dois anos
 três anos
 Outro:

41. Há quanto tempo você trabalha com o ensino de música na escola? *

Marcar apenas uma oval.

- menos de um ano
 um ano
 dois anos
 três anos
 Outro:

5 QUANTO AOS ALUNOS, NA PERCEPÇÃO DOS PROFESSORES DE ARTES

42. O que se espera dos alunos nas aulas de Artes, especificamente com relação aos conteúdos de música? *

Marcar apenas uma oval.

- Apenas que eles se comportem durante as aulas de Artes
 Espera-se que seja uma aula que permita a reflexão crítica da vida, além da mera aprendizagem técnica de música
 Espera-se que seja uma aula que musicalize os alunos mas também permita a construção de reflexões críticas dos alunos
 Espera-se que eles saiam das aulas de música como musicistas profissionais

43. Qual o retorno você tem observado nos alunos que você leciona a disciplina de artes? *

Marcar apenas uma oval.

- Eles não tem avanço aparente nenhum
 Eles estão sabendo tudo de música

Eles demonstram está cantando mais afinado, entendendo mais de música, começando a tocar um instrumento, ou seja, estão sendo musicalizados, além de ter influenciado no seu comportamento e rendimento escolar

Eles demonstram está cantando mais afinado, entendendo mais de música, começando a tocar um instrumento, ou seja, estão sendo musicalizados, mas isso não influencia no seu comportamento e rendimento escolar

44. Você percebe quais são os aprendizados musicais que eles adquirem nas aulas de Artes *
Marque todas que se aplicam.

Os alunos passam a cantar mais afinado

Demonstram uma maior criticidade em discutir assuntos relacionados a música

Passam a escutar outros tipos de música que não somente as que inicialmente dizem escutar

Demonstram uma divisão rítmica mais elaborada

Alguns tem uma iniciação instrumental a partir das aulas de Artes

Demonstram um conhecimento teórico com apropriação

Apresentam uma maior concentração e memorização de ritmos e músicas

Passam a compor com mais criatividade, tanto as letras quanto as melodias

Outro:

45. Qual a sua opinião quanto às aulas de Artes no currículo escolar? *

Marcar apenas uma oval.

Vejo como uma disciplina que está ai só para preencher mesmo o espaço da grade curricular, não a considero que seja tão importante quanto as outras

Vejo como uma disciplina tão essencial quanto as outras, mas não entendo que seja necessária dentro do currículo escolar

Vejo como uma disciplina tão essencial quanto as outras e vejo contribuições específicas como a formação social do cidadão, por isso acredito na essencialidade desta disciplina na grade curricular

Não sou a favor que Artes seja dada no currículo escolar, pois acredito que artes é só para quem tem talento

Outro:

46. Qual a sua opinião quanto as aulas de música na disciplina de Artes no currículo escolar?*

Marcar apenas uma oval.

Vejo como um conteúdo que está ai só para preencher mesmo o espaço da grade curricular, não a considero que seja tão importante quanto os outros

Vejo como uma disciplina tão essencial quanto as outras, mas não entendo que seja necessária dentro do currículo escolar

Vejo como um conteúdo tão essencial quanto os outros e vejo contribuições específicas como a formação social do cidadão, por isso acredito na essencialidade deste conteúdo na grade curricular

Não sou a favor que música seja dada no currículo escolar, pois acredito que música é só para quem tem talento

Outro:

47. Você percebe se os alunos vêem estas aulas como importantes? *

Marcar apenas uma oval.

Não, as aulas de Artes/música são encaradas com muito desinteresse

Não, há um desinteresse, que pode ser inclusive algo cultural pela não importância dada por gestões anteriores e até mesmo das leis que não a tinham como obrigatórias

Sim, mas ainda são poucos os que entendem e encaram como importantes

Sim, hoje eles já compreendem a importância das aulas de Artes/música, tanto pelos conteúdos abordados como pela sua necessidade no quadro curricular escolar

CHEGAMOS AO FIM!

Reafirmo a sua contribuição com a Educação Musical. Estes dados permitirão estudos que visam aprofundar o debate sobre música na escola básica. Com a sua ajuda poderemos manter atualizadas as discussões sobre o ensino e aprendizado de artes e as linguagens que a representa, em particular a Educação Musical.

OBRIGADO POR SUA COLABORAÇÃO!

Miquéias Gomes Ferreira
Marco Antonio Toledo Nascimento
UFC
PROFARTES
PESQUISAMUS



ANEXO A – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO**TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO**

TÍTULO DA PESQUISA: O ENSINO DE MÚSICA NO MUNICÍPIO DE SOBRAL: LEVANTAMENTO SOBRE A IMPLEMENTAÇÃO DA MÚSICA NA DISCIPLINA DE ARTES DENTRO DO CURRÍCULO ESCOLAR

PESQUISADOR: Miquéias Gomes Ferreira

ORIENTADOR: Prof. Dr. Marco Antonio Toledo Nascimento.

CONTEXTO DO PROJETO: Projeto realizado como pré-requisito para obtenção do título de Mestre pelo Mestrado Profissional em Artes-ProfArtes da Universidade Federal do Ceará.

INFORMAÇÕES SOBRE O PROJETO: Esta pesquisa de mestrado traz como objetivo principal realizar um levantamento do ensino de música nas aulas de Artes do município de Sobral, para produzir dados concretos sobre esta realidade quanto ao ensino/aprendizagem desta linguagem artística. Refletindo a Educação Musical a partir desta descrição e resguardada nas pertinentes discussões.

SUA PARTICIPAÇÃO: Sua colaboração consiste em responder a um questionário com perguntas objetivas do pesquisador durante a visita à escola que tem como tempo de duração aproximadamente 20 minutos.

Apesar de todas as respostas serem importantes para a pesquisa, você é livre para deixar uma ou outra sem resposta, ou ainda terminar a sua participação a qualquer momento, sem a necessidade de justificativa.

MEDIDAS DE SIGILO: a participação neste projeto é inteiramente anônima, não será possível, em nenhuma hipótese, a sua identificação. Porém, os dados derivados de suas respostas poderão ser utilizados em outras análises ou outras pesquisas, sempre de forma anônima.

INFORMAÇÕES SUPLEMENTARES: em caso de dúvidas sobre a pesquisa ou sobre sua participação, favor contatar Miquéias Gomes Ferreira (miqueiasgf@hotmail.com)

AGRADECIMENTOS: Sua colaboração é preciosa para a realização deste estudo e nós agradecemos a sua participação.

RECLAMAÇÕES OU CRÍTICAS: caso haja reclamações ou críticas relativas a sua participação nesta pesquisa, você poderá se dirigir, sempre em anonimato, ao pesquisador Miquéias Gomes Ferreira através do:

E-mail: miqueiasgf@hotmail.com

Telefone: 088 992097245

CONSENTIMENTO: Visando assegurar o consentimento para aplicação do questionário e utilização dos dados na pesquisa, eu _____ concordo em responder ao protocolo/survey apresentado pelo pesquisador. Entendo que se trata de uma pesquisa acadêmica sem nenhum pagamento por esta participação.

Assinatura

Sobral, ___ de _____ de 2016.

